



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

MARIA ADRIANA FARIAS RODRIGUES

AGULHAS DE SANGUE:

**RENDA RENASCENÇA E EXPROPRIAÇÃO DO TRABALHO: ANÁLISE
DA COMUNIDADE RURAL NO CARIRI PARAIBANO E DA PRODUÇÃO
INDUSTRIAL NA CIDADE DE POÇÃO – PE.**

**SUMÉ - PB
2019**

MARIA ADRIANA FARIAS RODRIGUES

AGULHAS DE SANGUE:

**RENDA RENASCENÇA E EXPROPRIAÇÃO DO TRABALHO: ANÁLISE
DA COMUNIDADE RURAL NO CARIRI PARAIBANO E DA PRODUÇÃO
INDUSTRIAL NA CIDADE DE POÇÃO – PE.**

**Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura em Ciências Sociais do Centro de
Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da
Universidade Federal de Campina Grande,
como requisito parcial para obtenção do título
de Licenciado(a) em Ciências Sociais.**

Orientador: Professor Dr. Valdonilson Barbosa dos Santos.

**SUMÉ - PB
2019**

R696a Rodrigues, Maria Adriana Farias.

Agulhas de sangue: renda renascença e expropriação do trabalho: análise da comunidade rural no Cariri Paraibano e na produção industrial na Cidade de Poção - PE. / Maria Adriana Farias Rodrigues. - Sumé - PB: [s.n], 2019.

139 f.

Orientador: Professor Dr. Valdonilson Barbosa dos Santos.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

1. Renda renascença. 2. Artesanato e trabalho. 3. Expropriação do trabalho. 4. Trabalho e direitos humanos. 5. Mulheres rendeiras. 6. Poção – PE – Renda renascença. 7. Alta costura. 8. Trabalho análogo ao escravo. I. Título.

CDU: 334.712(043.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

MARIA ADRIANA FARIAS RODRIGUES

AGULHAS DE SANGUE:

**RENDA RENASCENÇA E EXPROPRIAÇÃO DO TRABALHO: ANÁLISE
DA COMUNIDADE RURAL NO CARIRI PARAIBANO E DA PRODUÇÃO
INDUSTRIAL NA CIDADE DE POÇÃO – PE.**

Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura em Ciências Sociais do Centro de
Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da
Universidade Federal de Campina Grande,
como requisito parcial para obtenção do título
de Licenciado(a) em Ciências Sociais

BANCA EXAMINADORA:

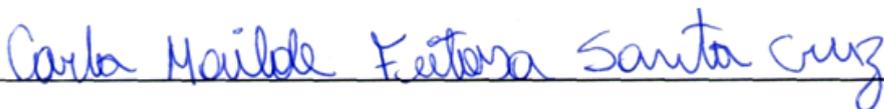


Professor Dr. Valdonilson Barbosa Santos Orientador UACIS/CDSA/UFCG



Rosana de Medeiros Silva

Examinadora II- Mestranda em Sociologia UACIS/CDSA/PROFSOCIO



Carla Mailde Feitosa Santa Cruz

Examinadora III—Mestra em Direitos humanos, Cidadania e Políticas
Públicas/UFPB/CDSA/UFCG

Trabalho aprovado em: 11 de dezembro de 2019.

SUMÉ - PB

AGRADECIMENTOS

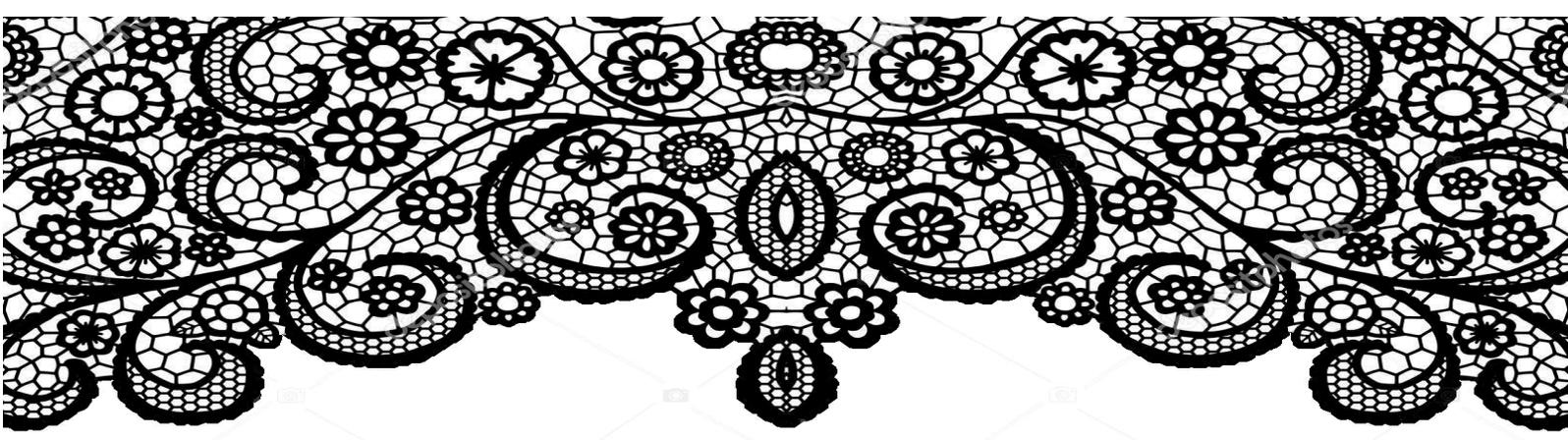
Agradeço em primeiro lugar aos espíritos iluminados que proporcionaram minha trajetória terrena e a expressão de amor supremo “Deus”. Agradeço também ao meu queridíssimo e inesquecível avô, cuja epígrafe foi feita especialmente em sua homenagem. Também comprimento de forma sincera meus familiares que me ajudavam indiretamente no percurso desse trajeto norteado por dificuldades. Agradeço de forma muito especial minha amiga Rebeca Noemi de Oliveira Bezerra por ter transcrito algumas entrevistas e me ajudado nessa última fase, dando o apoio necessário. Agradeço ao meu amigo Gabriel Miranda dos Santos, por todo carinhoso e amor ofertado na inserção de campo, sem sua ajuda, jamais iria hoje está escrevendo sobre a produção de Renda Renascença em Poção-PE.

Agradeço de forma fraterna ao meu orientador Prof. Dr. Valdonilson Barbosa Santos que me acolheu nessa empreitada, oferecendo uma autonomia que deixasse o meu espírito acadêmico livre. Agradeço também ao Prof. Dr. Rozenval Almeida (Estrela) por todas as orientações dadas ao transcurso da minha caminhada acadêmica. Não poderia deixar de agradecer ao CDSA como um todo, embora esteja personificando o centro, suas paredes, as cadeiras, as árvores, cada objeto e ser vivo que aqui se encontra se fez presente no meu cotidiano durante esses quatro anos de curso. Em alguns momentos de minhas tribulações pessoais está na Universidade era algo terapêutico. Estudar nunca foi algo torturante, para mim há nos livros a magia que o mundo real não pode compor. A Universidade representa o microcosmo multicultural. Por fim, agradeço a mim mesma por não ter desistido, quase sempre estive só e fiz dessa solidão um frutífero pergaminho repleto de reflexões sobre a vida, amadureci muito e pude compreender mais sobre mim mesma.



A Despedida

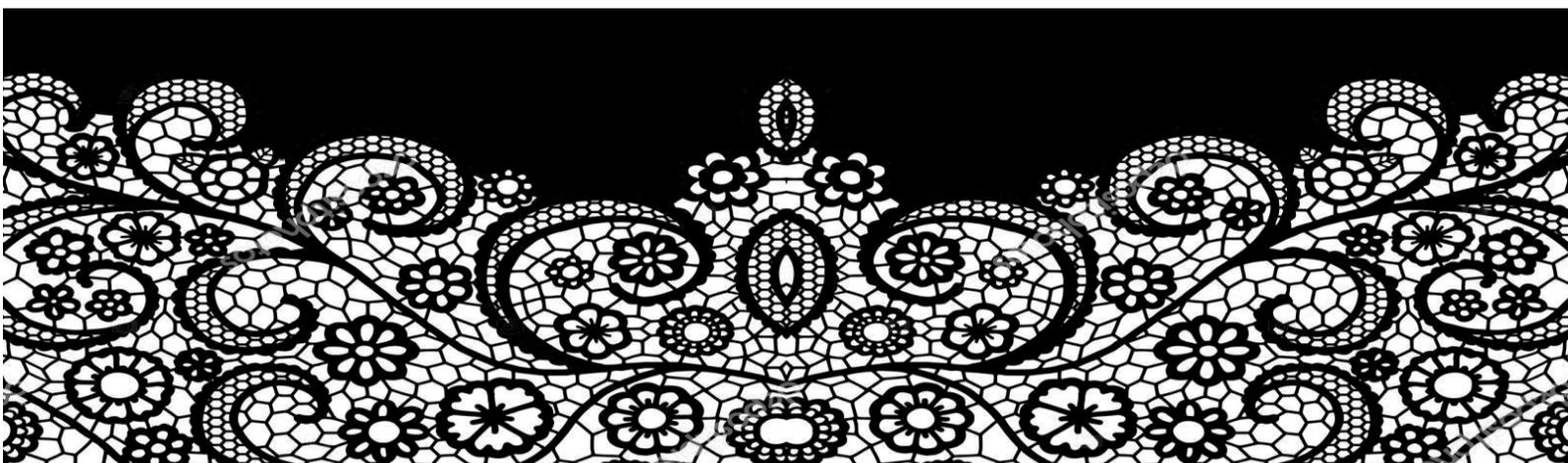
As nuvens do semiárido
São pinturas de recordação
Em cada desenho formado
Há no âmago uma emoção
Do fundo escuro da vida
Lembranças emergem
Como gotículas de esperança
Cristalizadas numa infância idílica
Correndo rumo aos seus braços
Seus cabelos brancos e sua voz
Emolduram as histórias infantis
Já inventaram de tudo...
Menos uma forma de te reencontrar
Meu velhinho, meu amado vovô
Apelidado de algodão doce
Conselheiro fiel e amigo imortal
Amou meus olhos muito antes de mim
Eu era um quadro infantil travessa
Correndo solta na estrada da vida
Sua existência foi o sopro de amor
Que embalou meus sonhos.
(*In memoriam* – José dos Santos Farias)



Ouro Branco

A pele enrugada pela exposição solar
As mãos calejadas do trabalho laboral
Dançavam no ar com as agulhas
O ritmo do bordado europeu
Na delicadeza nordestina
Os desenhos contavam
Sobre as belezas do semiárido
Figurinos sofisticados surgiam
Suas criações eram vestidas
Pelos rostos plastificados e endinheirados
A elite esbanjava o requinte clássico
As rendeiras vestidas da miséria e exploração
Quanta contradição há no moderno...
Quanta injustiça há “nos bondosos corações”
Bocas entreabertas sussurram o empoderamento feminino...
Mas, que empoderamento?
A invisibilidade, o custo de produção paupérie?
As condições insalubres?
As Jornadas de trabalho desumanas? ...
Rendeiras escondidas da mídia...
Como botijas de ouro perdidas no cariri paraibano
O poder de vender imagens, só imagens, desvirtuadas...
Da realidade fria, alienada e subordinada...

- (Maria Adriana Farias Rodrigues)



RESUMO

O presente trabalho acadêmico detém como objetivo enveredar uma discussão sobre a produção de Renda Renascença e a expropriação do trabalho. Segundo Bourdieu (2007) a distinção social é um importante elemento diferenciador das classes sociais. O método de pesquisa é de ordenamento qualitativo, utilizando-se de questionários semi-estruturados para coleta de dados na comunidade rural de Lagoa Azul, situada no Cariri Paraibano na cidade de Monteiro-PB e em Poção-PE, bem como é feito o uso do recurso etnográfico na observação direta, essa técnica foi empregada apenas na comunidade de Lagoa Azul. O primeiro ponto de discussão recaiu sobre a problemática alicerçada na construção da Alta Costura designada por Fonseca (2015) como um campo permeado por símbolos culturais elitistas. No segundo momento da discussão há a problematização da dificuldade da tipificação do Trabalho Análogo ao Trabalho como salienta Cardoso (2019), produzindo reflexões em torno do processo histórico do campo do trabalho e, respectivamente, como acontecimentos a exemplo da II Guerra Mundial influenciaram os debates contemporâneos a cerca da dignidade humana em frente às condições degradantes no espaço do trabalho. Há nesse ponto também, as controvérsias inerentes à presença dos empresários rurais no campo brasileiro e as formas de exploração resultantes como orienta Fernandes (2008) da situação de dependência econômica. Os últimos capítulos são analíticos, averiguando os dados analisados no campo de estudo, questões de gênero, desigualdade salarial, exploração e valor simbólico da Renda Renascença entram em pauta. Os resultados apontam que a produção de Renda Renascença é realizada sobre o bojo do desamparo público, promovendo que grandes empresárias do ramo explorem a mão de obra de forma barateada e sem vínculos legais.

Palavras-Chaves: Alta Costura. Renda Renascença. Trabalho Análogo ao Escravo. Ruralidade

ABSTRACT

RODRIGUES, Adriana Farias. **Blood needles - reborn income and expropriation of work:** analysis of the rural community in the cariri of Paraíba and industrial production in the city of poção-pe 2019. p. 144. Course Completion Work. Federal University of Campina Grande / Campus of Sustainable Development of the Semiarid Region. 2019.

This academic work has as objective to embark a discussion of the production of Renaissance Income and Work Similar to Slavery. According to Bourdieu (2007) social distinction is an important differentiator of social classes. The research method is qualitative system, using semi-structured questionnaires for data collection in the rural community of Blue Lagoon, located in the Cariri Paraibano in the city of Monteiro-PB and Poção-PE, and is made using ethnographic feature on direct observation, this technique was used only in the Blue Lagoon community. The first point of discussion fell on issues rooted in the construction of Couture called Fonseca (2015) as a field permeated by cultural symbols elitist. In the second phase of discussion for the questioning of the difficulty of typing Labor Analogous to work as stresses Cardoso (2019), producing reflections on the historical process of the working field, respectively, as events such as the World War II influenced the debates contemporaries about human dignity in the face of deteriorating conditions in the labor space. There is also at this point, the controversies inherent in the presence of rural entrepreneurs in the Brazilian countryside and forms of exploitation as guides resulting Fernandes (2008) of the economic situation of dependence. The last chapters are analytical, checking the data analyzed in the field of study, gender, income inequality, exploitation and symbolic value of Income Renaissance enter on the agenda. The results show that the production of income Renaissance is performed on the bulge of the public helplessness, promoting that great entrepreneurs in the industry to explore the labor cheapened and without legal ties.

Keywords: Haute Couture. English embroidery. Analogous Work to the Slave. Rurality.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

UNICEF – FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA

PAB – PROGRAMA DE ARTESANATO BRASILEIRO

DUDH -A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

SDN – SOCIEDADE DAS NAÇÕES

PNAD – PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO

FUNCULTURA– FUNDO DE INCENTIVO À CULTURA

CPB – CÓDIGO PENAL BRASILEIRO

CF – CONSTITUIÇÃO FEDERAL

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – **OIT**

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – **ONU**

PRONAF – PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO A AGRICULTURA

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 TRAÇANDO OS CAMINHOS METODOLÓGICOS E CONSTRUINDO O UNIVERSO DE PESQUISA.....	15
2.1 Tipo de estudo.....	15
2.2 Escrita e métrica – a representação simbólica da escrita	19
2.3 Lagoa azul, de onde partiu a ideia de pesquisar renda renascença	19
2.4 Caracterização ecológica, florística e fitossociológica do bioma caatinga	21
2.5 Processo de construção simbólica na comunidade de lagoa azul	23
2.6 Discutindo as características econômicas do sítio lagoa azul.....	25
2.7 Andarilha na capital da renda renascença: entre fábricas e rendas	30
3 O SURGIMENTO DA RENDA RENASCENÇA – DE VERSALHES AO NORDESTE BRASILEIRO	41
3.1 Os elementos de distinção social da sociedade de corte	55
3.2 O ensaio antropofágico da moda brasileira – identidade nacional.....	61
4. RENDA RENASCENÇA E EXPROPRIAÇÃO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE.....	64
4.1 Restrospectiva histórica dos direitos humanos – trabalho	64
4.2 Trabalho: dispositivos constitucionais e conceituações teóricas	69
4.3 Empresários Rurais e Anotações Sobre Capitalismo Agrário.....	80
5 O SILÊNCIO DAS INDIGENTES: A BOTIJA DE OURO PERDIDA NO CARIRI PARAIBANO	86
5.1 “Não Importa ser escrava dos infernos, quero saber se estou Trabalhando”: Escravidão e irracionalidade – Entre as Lágrimas e o Desamparo do Grande Capital.....	102
5.2 O Princípio da Reciprocidade – Trabalho e Simbolismo	107
5.3 Processos de Sociabilidade e Graus de Campesinidade na Comunidade Lagoa Azul – Tecendo Linhas e Construindo Histórias	111
6 RENDA, FÁBRICA E SIMBOLISMO SOCIAL.....	113
6.1 Gênero e Renda Renascença – contradições e o papel social feminino	113
7 CONSIDERAÇÕES INCONCLUSIVAS.....	130
8 REFERÊNCIAS.....	132
ANEXO A.....	137
ANEXO B.....	139
ANEXO C.....	140

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como problemática central discutir as relações de produção na fabricação de Renda Renascença, discutindo os padrões de Alta Costura, expropriação do Trabalho na comunidade rural de Lagoa Azul, localizada no Cariri Paraibano, no município de Monteiro-PB e, por conseguinte, averiguar a produtividade da Renda Renascença em Poção-PE que desde 2018 busca receber a patente oficial pelo surgimento da renda no Brasil.

De acordo com Almeida (2013), a prática escravista ainda é um fenômeno contemporâneo, inúmeros indivíduos são submetidos a condições análogas ao Trabalho Escravo, à chamada “Lei Áurea”, promoveu a “libertação” legal dos escravos, no entanto, as bases sociais para tal promoção não foram efetuadas, configurando um cenário incoerente, permeado por uma “semiliberdade”, isso ocorre em detrimento da inexistência, conforme Cardoso (2019), de mecanismo que estivessem disponíveis para o processo de integração social dos escravos libertos, o lastro histórico na sociedade brasileira influencia até os dias atuais a hecatombe social vivenciada no escopo societário.

Conforme Wanderley (2000), o campesinato brasileiro é permeado por relações simbólicas e de produção, o camponês “moderno” não pode ser visualizado por uma ótica estática, mas sim de constante atualização. Embora o âmbito rural nacional esteja modernizando-se, ainda existe a presença de práticas arcaicas, principalmente na relação de produção, como salienta Meneses (2018). Neste aspecto, podemos considerar que houve alterações nos processos de sociabilidade no campo, no entanto, tais modificações não descontroem a concepção de *modus vivendi* e *modus operandi* típico do cotidiano do campesinato brasileiro.

Dessa forma, existe atualmente conforme Wanderley (2000) e Machado (2013), uma necessidade de adentrar no âmbito do campesinato brasileiro, na atividade de compreender os processos de integração social e, similarmente, as arbitrariedades existentes em tal ambiente, que são provenientes, segundo Fernandes (2008), pela subserviência do mundo agrário em frente à economia nacional. Fernandes (2008), afirma que o Brasil detém uma dependência econômica em relação às economias centrais, gerando assim, uma necessidade de exploração para manter o padrão elitista da sociedade urbana, neste sentido, o campo se torna o setor de extração das riquezas para conceber os sustentáculos da “elite predatória”, promovendo a teoria da “*dependência dentro da dependência*”. A economia nacional é satelizada em relação às economias centrais, gerando uma heteronomia e, dessa forma, a economia rural é subserviente a nacional, propiciando uma relação de exploração em cadeia que promove ao

campo alto índice de miserabilidade. Assim também como o surgimento de empresários (a) oportunistas que visualizam na situação de carência, um ambiente fértil para explorar sem penalidades jurídicas.

As realidades estudadas estão inseridas em dois Estados, Paraíba e Pernambuco, o primeiro ambiente de estudo está situado no âmbito rural, cujos núcleos de sociabilidade efervescente são próximos, promovendo na concepção de Candido (1995), maior coesão social e participação coletiva de seus membros na tomada de decisão, o trabalho busca averiguar as relações existentes na “*Associação Mulheres Rendeiras do Cariri Paraibano – Bordado de Luxo*”, será analisada uma sede do Projeto, intitulado como uma ONG (Organizações não Governamentais, que são instituições criadas sem ajuda ou vínculos com o governo, geralmente com proposituras sociais e sem fins lucrativos). O segundo campo de pesquisa está situado no Agreste Pernambucano, na cidade de Poção-PE, situada na rota de escoamento e produção de Renda Renascença, a localidade do estudo deu-se em decorrência da especificidade, o estabelecimento de renda de Sr.^a Joana Brado¹, uma das maiores do Nordeste em produção de matéria prima, tais como: lacê, linha, entre outros utensílios indispensáveis na processo de fabricação.

O objetivo geral deste trabalho busca averiguar os processos de sociabilidade na comunidade rural de Lagoa Azul, município de Monteiro-PB e Poção- PE, averiguando as possíveis relações entre a produção artesanal de Renda Renascença de luxo e a expropriação do trabalho. Nos objetivos específicos temos as seguintes disposições: analisar os processos de sociabilidade e produção simbólica na comunidade rural do Cariri Paraibano Ocidental, Lagoa Azul (município de Monteiro-PB) e na cidade de Poção-PE, buscando evidenciar as relações trabalhistas na produção da Renda Renascença; identificar os significados inerentes à produção da Renda Renascença e sua vinculação com o empoderamento feminino, confecção de Alta Costura e o artesanato regionalista; comparar a produção de Renascença nas comunidades rurais em relação à cidade de Poção-PE, e, respectivamente, a valorização econômica no mercado das peças fabricadas, discutindo a dicotomia entre processo de produção autônomo e “no cabresto sendo atrelada determinada marca ou título de Renda Nobre”.

Esta monografia está estruturada da seguinte forma: a primeira seção, intitulada - “Traçando os caminhos metodológicos e construindo o universo de pesquisa” discorre sobre o percurso metodológico adotado durante o desenrolar da pesquisa. Além disso, nesse ponto

¹ Os nomes utilizados são fictícios em decorrência do sigilo acadêmico solicitado previamente pelos entrevistados.

também é apresentado os universos debatidos, descrevendo as principais características da comunidade Lagoa Azul –PB , como também da cidade de Poção-PE e suas particularidades, demonstrando a importância da Renda Renascença e, respectivamente, as relações trabalhistas envolvidas. A segunda Sessão discute o surgimento da Alta Costura, discutindo os elementos de distinção social presente no uso das vestimentas na sociedade palaciana, isto é – envereda uma discussão sobre a sociedade de corte e, por conseguinte, como os padrões de etiqueta promoveram o surgimento da Alta Costura. Ainda nesta seção é descrito o surgimento da Renda Renascença e seu enraizamento na nação brasileira, especificamente no Nordeste, analisando similarmente as etapas do processo de produção das peças, bem como a catalogação dos principais pontos da Renda Renascença até os dias atuais.

Na terceira seção é abordada a dimensão do mundo do trabalho, discutindo problemáticas inerentes a expropriação do trabalho no mundo contemporâneo. Também é levado em consideração à questão dos empresários rurais e como o índice de expropriação do trabalho no campo é altíssimo ao ser comparado com outras realidades dispostas na esfera social, isso é derivado da presença de empresários oportunistas, que sabendo das aberturas deixadas pelo poder público na proteção dessas comunidades, apoderam-se desses locais e exploram, ancorados na impunidade.

Já na quarta e quinta sessões contam as análises de dados e estudos no campo de pesquisa, sendo discutida temas como – Gênero e Renda Renascença: os papéis sociais na produção da renda, compesinidade e construção simbólica, o silenciamento das mulheres em frente a exploração na comunidade de Lagoa Azul e a questão cultural no ato de tecer, sendo visualizando o vínculo sentimental estabelecido entre as rendeiras e o processo de tecimento das rendas.

A pesquisa é de suma importância haja vista a especificidade da temática abordada, conforme levantamento prévio de estudos da arte na área foi perceptível à inexistência de produções científicas que discutam a temática da expropriação do trabalho na contemporaneidade na produção da Renda Renascença. Segundo Giddens (2011), a atividade do sociólogo consiste em desvendar o social, promovendo assim, estudos empíricos sobre as realidades apresentadas, ainda nessa perspectiva, Bauman (2017) discute que as atribuições do sociólogo estão edificadas na percepção do “aparentemente invisível”, compreender as dinâmicas sociais pós-modernas e os comportamentos dessa nova era é essencial para o campo sociológico. Dentro dessas premissas de análise, o compromisso edificado nesse trabalho dialoga principalmente com a necessidade de desvendar ambientes sociais diversos,

buscando entender as dinâmicas sociais presentes e, respectivamente, suas consequências nas relações subjetivas construídas pelos indivíduos.

Todo trabalho detém motivações pessoais, este não difere das demais pesquisas desenvolvidas, esse estudo parte da necessidade pessoal de comprometer-se com os estudos sociológicos adquiridos até o término da graduação, comprometendo-se a desvendar as realidades “obscuras” existentes na esfera social, busco através desta pesquisa disponibilizar informações as entidades públicas, possibilitando assim, possíveis intervenções e apoio político as mulheres rendeiras, propiciando a inserção de políticas públicas de melhoria da produção das rendas e melhores condições de trabalho, embora essa pesquisa não garanta a concretude da humanização política dos pesquisados, é uma tentativa de melhorar o ambiente social em prol de condições de existência dignas que estão inseridas na Constituição de 1988.

2 TRAÇANDO OS CAMINHOS METODOLÓGICOS E CONSTRUINDO O UNIVERSO DE PESQUISA

2.1 Tipo de estudo

O estudo realizado é de ordenamento exploratório cuja abordagem detém o método qualitativo para apreender o fenômeno abordado. Segundo Silva e Meneses (2001) a pesquisa exploratória auxilia no aprofundamento da problemática social discutida, demonstrando os “porquês” que estão invisíveis no campo de estudo. A primeira técnica que será utilizada na elaboração teórica deste trabalho é o uso de entrevistas semiestruturadas, tal escolha dar-se em decorrência da necessidade de apreender as particularidades dos indivíduos entrevistados, os questionários semiestruturados também tiveram uma especificidade, a focalização – elemento que proporciona compreender de uma forma mais ampla cada grupo estudado, embora esse tipo de questionário detenha uma métrica acadêmica rigorosa, a liberdade traz consigo aprofundamentos que não seriam visualizados em questionários estruturados, a partir dos enredos descritos na entrevista, o mediador da conversa (Entrevistador), consegue enxergar questões que passariam despercebidas, caso fosse seguido o roteiro de forma rígida. A entrevista focalizada também é essencial quando existe a necessidade de elaboração de vários modelos de questionários, a seguir Lakatos e Marconi (2003) elucidam essa questão:

Entrevista focalizada. Há um roteiro de tópicos relativos ao problema que se vai estudar e o entrevistador tem liberdade de fazer as perguntas que quiser: sonda razões e motivos, dá esclarecimentos, não obedecendo, a rigor, a uma estrutura formal. Para isso, são necessários habilidade e perspicácia por parte do entrevistador. Em geral, é utilizada em estudos de situações de mudança de conduta. (LAKATOS, MARCONI, 2003, p.197).

Outra técnica também desenvolvida foi à observação assistemática, denominada como técnica marcada pela informalidade, espontaneidade, ordinária e simples, assim também como a observação da vida real que pode ser considerada um vislumbre teórico de pesquisa. Desde 2016, lanço o “olhar crítico” sobre a comunidade, o projeto: “Mulheres Rendeiras do Cariri Paraibano- Artesanato de Luxo” iniciou sua atividade na comunidade cujo nome fictício é Lagoa Azul em 2015, sendo assim, coincidentemente a proximidade das questões que embalam as Ciências Sociais são problemáticas de cunho social.

Além disso, no primeiro período do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, ao deter contato com metodologia científica compreendi formas de “deter um olhar treinando” para determinados grupos sociais, até mesmo meus inúmeros cafés eram problematizados,

quicá uma realidade cujos padrões de exploração ainda eram tão arcaicos, passei 4anos vendo os acontecimentos na comunidade de forma silenciosa, relatava inúmeras vezes minha indignação aos moradores, ouvia as fofocas internas do projeto e por diversas vezes anotava de maneira muito informal alguns pontos que considerava importante, nem se quer atentava para escrever o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre a produção de Renda Renascença e a complexidade das relações trabalhistas que ali estavam dispostas. Minhas anotações seguiam os padrões de estudos exploratórios, conforme Lakatos e Marconi (2003) essa forma é apropriada para quando o pesquisador sente necessidade de produzir anotações de fatos reais que estão acontecendo. Sendo escritora de diários, considero-me uma leitora assídua de mim mesma, escrever é uma forma de libertar as mazelas mais profundas que preenchem o nosso pseudo vazio, então discorrer sobre os acontecimentos da comunidade ajudava a tecer através da tinta da caneta reflexões sobre minha subjetividade e meu papel enquanto pesquisadora, ainda em início de carreira.

Após tomar a decisão de pesquisar academicamente, através de rigor metodológico, tornei-me uma observadora participante, técnica de pesquisa que detém inúmeros entraves quanto sua objetividade conforme Lakatos e Marconi (2003), principalmente quando o observador é natural, visto que nasci e me criei naquela comunidade rural, aos 16 anos de idade me mudei para Camalaú-PB, no entanto, sempre mantive contato direto, o sítio de Lagoa Azul é formado por familiares, reside até hoje minha queridíssima avó Maria Duarte de Farias Ferreira, sendo assim, as visitas sempre foram constantes.

Porém, esse paradigma das Ciências Humanas não deveria “amedrontar” os pesquisadores recém formados, humanos são animais dotados de sentimento, o estranhamento foi uma atividade sempre trabalhada por mim, averiguar os fatos sociais de crítica, porém admito que as vezes “há frases apaixonadas”, produzidos em decorrência do contato com a comunidade e o problema, talvez isso seja visto como algo limitante, todavia, faz-se necessário admitir que a racionalidade não implica na extirpação dos sentimentos inerentes aos indivíduos, antes de pesquisadores(a), somos indivíduos formados por um microcosmo multicultural, assim como ressalta Gaudêncio a seguir:

À guisa, então, de denegar essa falha, é que as “ciências do homem” exigem um discurso sério, ou seja, um discurso de certeza fundamentado nos argumentos da razão, baseado na crença do distanciamento, calcado na ideia de objetividade. A razão, entretanto, é permeada das insensatezes ditadas pelos afetos; o distanciamento ideal do objeto estudado é uma fálácia, pois o objeto de estudos dos saberes sobre os homens é o homem dentro do homem, inescapável; a objetividade é uma quimera, pois toda objetividade está sempre porejada de subjetividades: ao escolhermos um objeto, na verdade nos escolhemos e quando o analisamos, dele dizemos menos que de nós mesmos (GAUDÊNCIO, 2004, p.13).

Outro ponto essencial para realizar essa pesquisa, está edificado nas considerações de Geertz (2008), é o conceito de Descrição Densa, tal conceito pode ser descrito como: a observação treinada no vislumbre das trivialidades existentes no estudo de campo. O antropólogo que elabora um estudo partindo de tal pressuposto teórico deve deter em mente a necessidade enxergar os mínimos detalhes e, respectivamente, interpretá-los. Por exemplo, é visível que existem bruscas distâncias entre as significações de uma simples piscadela, como elucidado por tal autor ao decorrer do livro, a “Interpretação das Culturas”, o pesquisador que busque construir uma análise densa, deve vislumbrar as pequenas oscilações que diferencial uma piscadela e um tique nervoso, como tal autor elucida na íntegra:

E isso é verdade em todos os níveis de atividade do seu trabalho de campo, mesmo o mais rotineiro: entrevistar informantes, observar rituais, deduzir os termos de parentesco, traçar as linhas de propriedade, fazer o censo doméstico... escrever seu diário. Fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de "construir uma leitura de") um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado (GEERTZ, 2008, p 7).

Sendo nascida na comunidade, muitos pontos pertinentes poderiam passar despercebidos, entretanto, desde que conheci a perspectiva analítica de Geertz (2008) pude visualizar possibilidades antes alheias, por exemplo, analisar trivialidades discursivas, gestos e a vestimenta. As roupas carregam consigo símbolos culturais elucidada Avinici (2017). Neste sentido, emergir em um campo de pesquisa familiar se apresentou desafiador e surpreendente, provavelmente há uma compreensão que acessibilidade ao logo de pesquisa tornaria o estudo fácil, todavia, a realidade se apresentou de maneira hostil, após o desfacelamento do grupo de mulheres rendeiras, houve o distanciamento de convivência, o ato de “suspender o projeto” relevou a dependência tanto econômica, quando simbólica que as mulheres detinham com o projeto. Na sede Lagoa Azul o projeto contava com dez rendeiras, dessas mulheres apenas duas quiseram participar da pesquisa de campo oficial, as outras deixaram participar das discussões inerentes ao término do projeto, porém não quiseram fornecer entrevistas, na sessão II, no tópico: “Entre as Linhas da Escravidão” será destrinchado os motivos que levaram ao silenciamento, as mulheres que participaram ainda estão esperançosas para o retorno das atividades de tecelagem da Renda Renascença, no entanto, para que isso se concretize não podem fornecer entrevistas, as mulheres que se propuseram deixaram claro a necessidade de nomeá-las ficticiamente. Ao visualizar essas dificuldades, utilizei como aporte

de apoio a pesquisa que cunhada em 2018 sobre as mudanças ocorridas na comunidade de Lagoa Azul, analisando o aspecto econômico.

A pesquisa somente foi possível pelo conhecimento profundo do campo de estudo, ou seja, o campo de pesquisa estava próximo de mim, quase todos os finais de semana em encontros casuais nas casas das amigas de minha mãe ficava sabendo dos desdobramentos do projeto, assim também, como através disso era possível o mapeamento do perfil das rendeiras, mapeamento esse que não será disposto nesse trabalho, devido à questão do tempo, além de necessitar de aprofundamento que será realizado na pesquisa de Mestrado. Em novembro fez um ano do término do projeto, possivelmente em 2020 as mulheres irão começar a discorrer sobre as experiências vivenciadas durante a vigência.

Embora a pesquisa de campo tenha sido concretizada, ainda não estava satisfeita com os resultados e com a quantidade incipiente de mulheres entrevistadas, então debruicei meu “olhar pesquisador” para uma realidade permeada de similitudes, encontrando em Poção-PE um âmbito extremamente propício e com um elemento “místico” para as Ciências Sociais, a Fábrica de produção de Renda Renascença, que no caso produz matéria prima e é responsável pela montagem das peças, isso foi possível através de parceiras e amigas, adentrar em Poção-PE foi uma tarefa desafiadora e, respectivamente, conseguir uma entrevista exclusiva com a proprietária da fábrica foi algo que considero importante e que promoveu nítidos avanços.

Em Poção-PE foram entrevistadas sete rendeiras através de questionários semiestruturados. Assim também como foi fabricado um modelo específico de questionário para a Sr.^a Joana Prado (proprietária de um estabelecimento que produz Renda Renascença), além das perguntas que estavam transcritas no roteiro fixo, havia uma folha de percursos que eu poderia seguir, dependendo das respostas de Sr.^a Joana Prado. Ao todo foram feitos três tipos de modelos de questionários, o primeiro para a comunidade rural de Lagoa Azul, o segundo para as rendeiras de Poção-PE e o terceiro especificamente para atender o vislumbre analítico de uma proprietária do ramo da Renda Renascença. É importante salientar que todos os nomes citados referentes à Lagoa Azul são fictícios, até mesmo da empresária Sr.^a Camila Ferreira, isso ocorre em detrimento de respeitar as condições estabelecidas no campo de pesquisa. Em contrapartida, todos os nomes citados na cidade de Poção-PE são verídicos, sendo autorizados de forma prévia através de áudios autorizando a gravação e o ato de revelar o nome verdadeiro dos entrevistados. Além disso, os pronomes de tratamentos são feitos de forma calculista, afim de enaltecer as hierarquias postas no campo de estudo, além de facilitar a compreensão dos personagens sociais que estão descritos nesse trabalho.

2.2 Escrita e métrica – a representação simbólica da escrita

A arte de escrever é norteada por desafios, escolher temáticas que instiguem o público ou suscitem discussões é uma construção e desconstrução diária. Meneses (2018) escreve sobre a necessidade de compreender a diversidade de padrões de escrita acadêmica. O autor defende que, embora, sua escrita teórica seja embalada por um estilo literário de construção linguística, isso não inibe na qualidade de suas análises sociais. Ancoro-me nessa premissa para lançar um estilo literário e de designer que proporcione a imersão do leitor no universo da Renda Renascença.

Diante disso, todas as modificações apresentadas ao decorrer do texto que não compreende em certa medida o âmbito acadêmico rígido, com formas padronizadas e identificáveis, são um estilo adotado e pensado ao decorrer de meses, até mesmo os poemas compostos de forma autoral, dispostos no corpo do texto são meticulosamente pensados para compor a narrativa social. A representação simbólica de a escrita dar-se em decorrência dos adornos estilísticos que estão dispostos no corpo físico do texto. Por inúmeras vezes visualizei as rendeiras cortarem a renda já pronta por não seguir esse padrão estético, assim também é esse texto, construído sobre códigos culturais.

Além do argumento de ordenamento estético representativo, há também a subjetividade presente no autor do texto, Gaudêncio (2004) critica a concepção de neutralidade do pesquisador, também deve ser discutindo a padronização da personalidade, indivíduos são múltiplos e apesar das regras servirem como bússola, deve ser aberto o espaço para o diálogo do autor do texto com as regras acadêmicas, sendo ambos imbricados, no entanto, essa “conversa” deve atender as partes de maneira coerente, afim de “traçar um trajeto que seja espelho do autor”, esse espelhamento é essencial na academia e, principalmente, nas Ciências Humanas pela sua defesa em prol da diversidade, diversidade essa que deve ser respeitada também na escrita e na fala.

2.3 Lagoa Azul, de onde partiu a ideia de pesquisar renda renascença

A Renda Renascença sempre esteve presente na minha vida, aos oito anos tentei aprender a tecer com minha amada avó D. Maria Duarte de Farias, porém nunca tive talento para a atividade de construir desenhos com as linhas, até hoje ainda tenho o rolo fabricado por minha avó, minha mãe Andreia Farias Rodrigues nunca colocou expectativa nas minhas habilidades

como rendeiras, certamente por trabalhar desde a tenra idade sabia que a minha paciência era pouquíssima para realizar um trabalho tão meticuloso e trabalhoso, aos doze anos de idade escrevi num diário seguinte passagem:

Hoje a mãe da minha prima disse que eu não trabalho na renda porque não preciso, dizendo que minha mãe arcava com todas as minhas despesas, isso me deixou pensativa – caso eu não tivesse pais que pudessem me ajudar, eu teria mesmo que trabalhar fazendo renascença, ainda bem que não preciso no momento, graças a Deus!

Desde que decidi Trabalho de Conclusão de Curso, muitas memórias tem ressurgido das cinzas, são inúmeras passagens simbólicas que permeiam meu imaginário social e, principalmente, meu processo de socialização. A comunidade que decidi estudar foi minha residência até os 15 anos de idade, o sítio onde fui criada era muito calmo, cresci vendo minha mãe fazer Renda Renascença, recordo-me das tardes inteiras vendo minha tia e minha mãe tecer, enquanto elas passavam horas de cabeça baixar tecendo linhas, eu brincava com minhas bonecas.

Ao decorrer deste trabalho acadêmico será exposto que a atividade de produção de Renda Renascença é algo promovido através do processo de socialização feminino, as meninas são ensinadas desde pequena na atividade de tecer, sendo considerada a produção de Renda Renascença um trabalho de “mulher”. No entanto, a minha falta de habilidade promoveu uma situação específica. Além disso, nunca tive a “obrigação” de trabalhar como muitas meninas ainda pequenas, quis aprender apenas para me sentir inserida dentro do universo feminino de minha época, até constatar que nem sempre é possível corresponder as expectativas arbitrarias da sociedade, pensando bem – analisar o social sempre foi uma atividade mais apreciada por mim. Então quero deixar claro que minha proximidade com a comunidade promove vínculos simbólicos, mesmo sendo uma pesquisadora com o dever de apreender o escopo social dissociado de questões de ordenamento sentimentais, na verdade, a neutralidade axiológica defendida por Weber ou a objetividade elucidada por Durkheim é uma tarefa difícil, haja vista nossa condição humana e social de construção de símbolos.

A pesquisa foi desenvolvida durante anos, desde 2016 eu venho mapeando a área de Lagoa Azul. Em 2018 realizei minha primeira pesquisa acadêmica no ambiente, discutindo questões inerentes à agricultura familiar e os demais processos de produção existente na comunidade. Esse nome fictício foi escolhido em detrimento de uma série assistida por mim

durante o período final de elaboração deste trabalho. “O Escolhido”, dirigido por Carolina Munhóz e Raphael Draccon, apresenta um cenário norteado por questões enigmáticas, onde existe a presença messiânica de um homem que lidera sua comunidade, o Sítio pesquisado no Cariri Paraibano, assemelha-se ao ambiente da série, no tocante o isolamento da comunidade, por esse aspecto escolhi esse nome.

2.4 Caracterização ecológica, florística e fitossociológica do Bioma Caatinga

A Caatinga é o Bioma brasileiro mais negligenciado (ZANELLA e MARTINS, 2003), no entanto, tal bioma detém a maior predominância da região semiárida e considerada pelo Ministério do Meio Ambiente como um dos biomas mais grandiosos do Brasil, abrangendo uma área de aproximadamente 734 mil km² (SILVA et al., 2004), e não é apenas desmatamentos que contribuem negativamente para a degradação da Caatinga, mas também o uso de agroquímicos não sustentáveis e dos resíduos orgânicos e inorgânicos que poluem as camadas superficiais dos solos e contaminam o Lençol Freático. Em pesquisas realizadas por Andrade et al (2009), verificou-se que as Famílias Botânicas mais predominantes foram as *Convolvulaceae*, *Euphorbiaceae* e *Fabaceae* que apresentaram maior número de espécies nas parcelas abertas e fechadas. *Aristidaadscensionis* e *Cyperusuncinulatus* foram as espécies que apresentaram maior valor de importância.

Em outro estudo de composição florística e fitossociologia constatou-se que as Famílias *Fabaceae* e *Euphorbiaceae* são as que apresentam o maior número de espécies arbustivo-arbóreas, o que confirma o padrão para o Semiárido brasileiro, a composição florística e a riqueza de espécies arbustivo-arbóreas são similares à encontrada em outras áreas de caatinga estudadas na região, mas merece destaque a grande abundância de *Commiphoraleptophloeos* e *Amburana cearensis*; *Poincianellapyramidalis* é a única espécie que apresenta valor de importância superior a 20%, o que demonstra a dominância da mesma no povoamento (GUEDES et al, 2012).

Em estudos sobre estrutura da vegetação arbustivo-arbórea de uma área de caatinga do Seridó do Rio Grande do Norte, concluiu-se que a flora da Estação Ecológica do Seridó tem um número de espécies menor que os das áreas de caatinga já pesquisadas em outras regiões e que todas as espécies presentes são comuns na flora da caatinga sobre o cristalino dessas outras regiões. Portanto, quanto à flora, a vegetação do Seridó parece um subconjunto da flora geral da caatinga do cristalino. Quanto à estrutura, a vegetação lenhosa do Seridó é mais aberta, mais baixa e com menor biomassa que as das outras áreas de caatinga. Confirma-se

que a vegetação do Seridó constitui um tipo de fisionomia de caatinga distinto dos demais. (AMORIN, SAMPAIO e ARAÚJO, 2005).

Primordialmente, é necessário entender que a região semiárida brasileira detém características que são diferenciadas em detrimento das demais regiões nacionais, entretanto, essa diferenciação causou ao longo dos anos estereótipos que fomentam em inúmeros problemas, sociais, políticos, econômico e atrasam a modernização das áreas situadas em zona semiáridas de forma considerável. O semiárido brasileiro abrange uma grande extensão territorial, cerca de 895.931,3 km² (10,5% do território nacional), ou seja, 86% da região Nordeste. A palavra “Semiárida” significa: ambiente onde as características do solo e do clima são semidesérticas, esse Bioma tem sua maior proporção em terras nacionais, todavia, existem biomas semelhantes na América Central e alguns países da África.

Em áreas semidesérticas, os índices pluviométricos são baixos e irregulares, isto é, há precipitação, no entanto, sua distribuição é irregular, promovendo assim, lugares mais secos, desérticos e arenosos que outros. O Nordeste historicamente é elencado como perímetro nacional de grandes desigualdades sociais e situação de miserabilidade, durante grande parte do século XX, culpou-se as características climáticas pelo desenvolvimento retardado, diversos programas foram elaborados para promover o avanço econômico nesta região, no entanto, suma parte visavam os interesses dos grandes latifundiários, a Indústria da Seca, enriqueceu de forma exorbitante os proprietários de terras e tornou a população dependente dos coronéis. No âmbito nacional a região Nordeste é descrita por inúmeros autores da literatura nativa demonstrando a situação de miséria e desalento social. Esse espaço é construído sobre o problema da seca e, por conseguinte, os entraves causados pelo clima na modernização, entretanto, essas imagens construídas são realizadas em conformidade com os interesses locais elitistas, como diz o autor a seguir:

Muito tem sido dito e escrito sobre a realidade do semiárido brasileiro e as possíveis alternativas para o seu desenvolvimento. Geralmente, os diagnósticos e as proposições têm como referência imagens historicamente construídas sobre um espaço-problema, terra das secas, região de fome e da miséria, explicação do atraso econômico e das disparidades regionais. Essas imagens são fruto de julgamentos superficiais sobre a realidade do semiárido e dos interesses políticos das elites locais que explicavam a miséria, a fome e o atraso como produtos de condições naturais adversas, do clima, da terra e da formação de sua gente (MARINHO, 2003, p. 361).

Diante desta discussão sobre as implicações do vislumbre econômico sobre a região nordeste, é importante entender a questão agrária em diferentes aspectos, observando momentos históricos distintos, haja vista a necessidade de compreender os respaldos de retardo econômico que coexistem no ambiente campesino até os dias atuais. O âmbito rural

sempre vivenciou com os problemas inerentes a economia nacional, sendo inserida assim, dentro de um contexto de dependência. De acordo com Fernandes (2008, p.178) por paradoxal que pareça, motivações econômicas puramente capitalistas originam, assim, de modo recorrente, fortes obstáculos à expansão do capitalismo.

Para resguardar e fortalecer sua posição, o empresário rural dirige a empresa agrária de tal maneira que a aceleração do crescimento da economia agrária não acontece, gerando apenas uma situação heteronômica, onde a exploração promove grande alargamento social, fortalecendo a dependência e a miserabilidade no campo. Ambas as passagens demonstram a situação degradante que a burguesia brasileira fomenta para proporcionar sua posição de privilégio, estabelecida dentro de marcos de dependência em frente às economias centrais, hegemônicas e desenvolvidas.

2.5 Processo de construção simbólica na Comunidade de Lagoa Azul

Em âmbito nacional o rural foi densamente estudado por uma ótica economicista, haja vista a situação heteronômica do país, estudiosos como Florestan (1964) como já elucidado anteriormente, fomentaram grandes estudos na compreensão do ambiente inóspito do campo no Brasil, das relações de poder estruturantes dentro da “legalidade” em busca da manutenção do poder da classe social detentora dos meios de produção, o período colonial é marcado por oligarquias rurais que podem ser facilmente visualizadas nos dias atuais, no entanto, esse enfoque edificado no econômico não deve ser o único prisma de análise, neste sentido, há diferentes formas de entender as relações de sociabilidade no campo. Woortmann (1997), não desconsidera essa noção de analisar o cenário camponês brasileiro, todavia, introduz outras visões essenciais para a compreensão, como assinala a seguir:

Com grande frequência, particularmente no Brasil, o camponês foi construído como uma economia. Não nego o fato de que ele pode ser entendido através da análise de sua lógica econômica, ou da lógica da produção-reprodução no plano das estratégias econômicas, do modo como organiza os fatores de produção ao seu alcance, ou do modo como articula os supostos da produção. Pode-se entender o camponês através da noção do modo de produção, ainda que a aplicação desse conceito envolva dificuldades teóricas. Pode-se também entendê-lo como produzido-reproduzido pela lógica do capital ao qual se subordina (WOORTMANN, 1997,p.11).

A abordagem adotada por Woortmann (1997) é construída visualizando o campo moral e o papel da família como condutora das relações sociais, ou seja, nessa visão, a questão de parentesco é essencial, a dimensão do campo não está necessariamente atrelada à economia, mas as relações de reciprocidade, essa análise não propõe um estudo edificado em objetividades, mas sim na subjetividade inerentes aos homens e suas construções ambíguas, o

campo é um ambiente conduzido por conexões simbólicas de interdependências, a concepção de pertencimento.

Woortmann discute (1997) o conceito de campesinidade, deixando claro que a diretriz norteadora não está situada na análise dos pequenos produtores, mas sim nos grau de campesinidade, entendido como características qualificadoras provenientes de grupos específicos, todavia, o autor deixa nítido que existe de fato a influência histórica, no entanto, a percepção de campesinidade não é estática ou mecânica, quando o autor inaugura esse respectivo debate, desconstrói a ideia de camponês como categoria universal, entende-se que dentro do campo da humanidade a generalidade é prejudicial para quaisquer que sejam as análises efetuadas em ambientes sociais.

Neste aspecto, desconstruir essa visão teoricamente estática e cuja mobilização é dentro dos limites estipulados, inovando e entendendo essa categoria de estudo pelo viés da mobilidade social, isto é, haverá grupos que irão deter maiores índices de campesinidade que outros, obviamente que isso é derivado de questões sociais, política, econômicas e espaciais distintas, no entanto, o autor está realizando justamente a tentativa de mostrar o quanto é específico esse campo e como uma categoria objetiva não seria possível de compreender o cenário humano permeado por ambiguidades sociais, o autor discute esse percepção a seguir:

Prefiro então falar não de camponeses, mas de *campesinidade*, entendida como uma qualidade presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos. Se há uma relação entre formas históricas de produção e essa qualidade, tal relação não é, contudo, mecânica (Woortmann, 1997, p.13)

Esse prisma de análise é uma ponte teórica necessária para compreendermos a realidade estudada, ou seja, o sítio Lagoa Azul, isso ocorre em detrimento do respectivo sítio ser norteadora por relações de reciprocidade baseadas no valor-família e no ordenamento moral, todavia, a campesinidade é observada com mais afincado entre os membros mais velhos do sítio, o ideal de pertencimento está sofrendo nítidos impactos, principalmente ao observar a visão dos jovens sobre o campo, uma senhora de 71 anos, apelidada de Branca pela cor da pele meio rosada, porém envelhecida tanto pela idade quanto pela exposição solar, reside especificamente em uma das casas mais antigas, herdadas da neta do Capitão Facundes, Águida Facundes, a herança não é concebida via laços sanguíneos, mas sim por prestação de servidos ofertados durante anos pelo marido de Branca. Durante a entrevista é realizada uma série de indagações principalmente sobre a suposta partida do sítio, essa pergunta surge pela idade e pelos problemas de saúde. Em uma cidade vizinha as condições de acessibilidade

seriam melhoradas, porém a senhora responde sem pensar muito:

“Ah, minha filha, não me agrado. Amanhecer o dia e não ver um galo cantando me dá um desgosto na vida, é prazeroso demais meus bichinhos”.

Essa passagem explicita a relação que a senhora Branca detém com o ambiente, uma relação mediada por afetividade, pertencimento e campesinidade. No entanto, a senhora ressalta sua preocupação ao observar as camadas mais jovens, visto que atualmente o sítio estudado detém uma população adulta e o número de crianças é reduzido, a juventude é praticamente escassa, são praticamente visitantes, mas não moradores.

O dilema que se configura a partir dessa situação-problema é debatido densamente na análise dos dados, onde os moradores colocam as mudanças que ocorreram durante 20 anos, entretanto, o deslocamento da juventude para as cidades circunvizinhas detém explicações, conforme os dados analisados, o grau de campesinidade está diminuindo entre os jovens pelas dificuldades existentes no acesso de oportunidades de estudo e trabalho, ou seja, o âmbito econômico daquele sítio é escasso e a acessibilidade ao conhecimento difícil, sendo assim, os jovens não conseguem permanecer até a vida adulta naquele espaço, o Sítio se configura insustentável nesse aspecto, obviamente que essa discussão será amplamente discutida na análise dos dados obtidos em campo. Sendo uma das atividades de maior rentabilidade a fabricação de Renda Renascença com a inserção da Sr.^a Camila Ferreira.

2.6 Discutindo as características econômicas do Sítio Lagoa Azul

As discussões assentadas nesse ponto serão edificadas visualizando as principais atividades econômicas do Sítio de Lagoa Azul. A inserção no campo de estudos não apresentou grandes dificuldades referentes ao acesso aos moradores da comunidade, todavia, apresentou um entrave quanto ao distanciamento, visto que é relativamente longe de Camalaú – PB para Sítio Lagoa Azul. É importante salientar que tal estudo foi realizado entre os meses de Maio e Agosto de 2018, tendo em vista minhas anotações sobre a produção de Renda Renascença, na disciplina de Sociologia Rural resolvi enveredar no campo agrário daquela comunidade, realizando questionamentos que são indispensáveis para entender a realidade que será disposta em torno da produção de Renda Renascença, o primeiro entrevistado trabalha na produção de hortaliças, o Sr. Severino relata que:

Há 20 anos atrás a propriedade rural que eu tinha, contava com 6 hectares de terra, porém a situação de cercamento das terras era precária, a questão do plantio somente era possível quanto chovia, ou seja, a colheita e os lucros só vinham em tempos de abundância hídrica, era normal muitos animais morrerem em tempo de seca, isso acontecia porque não havia água suficiente, o acesso era difícil, tinha somente um poço, que as pessoas chamaram de –“ poço do Velho Augusto”, assim, sobrevivíamos. Sim, hoje existe na minha propriedade um poço com capacidade de 15 mil litros, eu planto para consumo e vendo o excedente, geralmente saio vendendo pelas portas, milho, feijão, batata, macaxeira, salsa, alface e cebola. Não utilizo agrotóxicos, modernizei minhas técnicas, utilizo o cotejamento para efetuar uma economia constante de recursos hídricos, consegui realizar essas mudanças graças ao Empréstimo do AgroAmigo do Banco do Nordeste.

Conforme o agricultor entrevistado houve nítidos avanços ao decorrer de 20 anos de convívio na Zona Rural do Sítio Lagoa Azul. A principal questão abordada está no acesso dos recursos hídricos, haja vista a complexidade existente no acesso à água, ou seja, o quanto é difícil deter uma comunidade produtiva, onde não há acessibilidade da matéria primordial para condução da vida no planeta terra. O agricultor entrevistado é analfabeto, a falta de estudos ocorreu em função das dificuldades existentes no acesso ao sistema educacional, como já mencionado, a comunidade rural é esquecida por parte dos políticos locais. Essa realidade disposta contraria as narrativas apresentadas no site oficial do projeto: “Mulheres Rendeiras do Cariri Paraibano - Artesanato de Luxo”, isso ocorre porque questão da Seca como nociva e resultante do alto índice de miséria daquela comunidade rural, todavia, o agricultor Severino relata que atualmente quase todos os residentes detêm poços artesianos em suas casas. A partir da análise realizada é comprovada essa afirmativa, o Sítio Lagoa Azul tem cerca de 20 famílias e praticamente cada núcleo familiar detém um poço dentro da propriedade ou próximo das imediações.

Cerca de 20 anos atrás somente existia um poço de água, dificultando de forma considerável as diversas tarefas efetuadas no dia a dia, por exemplo, faz aproximadamente seis anos que uma “lavanderia” ao ar livre está quase abandonada, esse local era situado justamente onde havia água em abundância, no entanto, o poço que era a cata-vento somente funcionava quando o clima estava propenso, sendo assim, várias mulheres voltavam para casa com as roupas sujas, ou esperavam até o poço funcionar de forma adequada. Esse espaço também era norteado por relações de sociabilidade e divisão do trabalho entre homens e mulheres. A Lavandeira ao ar livre era construída pelos maridos com grandes pedras encaixadas sobre pedaços de madeira, o nome dessa estrutura foi nomeada pela comunidade

como “batedores de lavar roupar”.²

Ao prosseguir tentei fazer um entrelaçamento entre passado e presente, analisando as modificações ocorridas. De acordo com o entrevistado, as mudanças ocorreram em detrimento de alguns programas, por exemplo, o programa AgroAmigo, desenvolvido pelo Banco do Nordeste para o desenvolvimento da região, disponibiliza uma ampla variedade de créditos para a condução de investimento nos setores agropecuários, esse programa tem como cerne o incentivo de produção orgânica e agroecológica, fortalecendo assim, programas governamentais como o Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar (PRONAF) através do microcrédito.

A segunda entrevista foi realizada com uma estudante universitária, Solange Cristina Alves, seus relatos demonstram sua dificuldade perante a vida acadêmica, nesse enredo é possível observar que tal jovem visualiza algumas mudanças que aconteceram no Sítio ao decorrer das décadas, vejamos adiante de suas considerações, é importante ressaltar que essa entrevista foi transcrita sem recortes, visto que a própria jovem escreveu de seu próprio punho. Na descrição de Solange a comunidade é:

“É uma pequena comunidade, onde todos praticamente são família uma das outras, todos se conhecem, e uma coisa muito interessante é observar o espírito voluntário dar parte de muitos. As casas são muito perto e assim todos podem circular com segurança. O acesso à água era muito difícil, as pessoas tinham que andar bastante a pé, sob péssimas condições em busca de água potável para sustento diário. Os meios era carroça a mão, bicicleta com baldes, ou até mesmo carregando na cabeça as latas d’água”.

Já na discussão sobre a situação econômica, temos a presença da Renda Renascença como subsídio para as mulheres do campo que residem naquela comunidade, segundo Solange as famílias de Lagoa Azul possuem atualmente mais oportunidades ao comparar com 20 anos atrás, a comunidade além de ter melhorado economicamente, também detém acesso às mídias de comunicação, tais como – televisão e rádio, no entanto, o acesso à internet ainda é uma realidade distante. Solange menciona que o projeto de Renda Renascença de Sr.^a Camila Ferreira é um importante apoio financeiro.

Entretanto, o valor de produção era baixíssimo ao comparado com o preço que Sr.^a Camila Ferreira paga, a diferença são as condições psicológicas que as rendeiras são expostas. Os acordos anteriores de produção com rendeiras-mestres não demandavam a complexidade que existe atualmente, as mulheres teciam conforme seus aprendizados, já no projeto a

² Os chamados “batedores de lavar roupa” eram feitos com uma pedra do tamanho de uma tábua de passar ferro em roupa, segurada por quatro estacas de madeiras, colocadas de forma firme no chão.

realidade se apresenta completamente oposta, as rendeiras devem aprender pontos novos corriqueiramente, produzir de forma rápida, realizar o acabamento de forma perfeita e entregar as peças na data prevista, ou seja, a melhoria econômica ocorreu, mas a qualidade de vida continua estagnada, haja vista que as mulheres convivem corriqueiramente com a pressão e prazos curtos, tendo que abrir mão até mesmo de seus entes queridos para atender as exigências da produção. Na passagem a seguir está descrita a visão de Solange sobre a produção da renda em Lagoa Azul:

*No sentido econômico houve muitas melhorias, e uma delas está relacionada à facilidade ao acesso a água, todo o sacrifício descrito na questão anterior não existe mais, e juntamente com isso as famílias podem plantar e vender, ter assim uma renda a mais no lar. Comparando há 20 anos atrás, as famílias rurais, hoje em dia **possuem mais possibilidades de vida, o acesso a informação por meio da televisão é acessível por todos, surgiram projetos de renda renascença que permite uma renda que antes não existia.***

Logo de início a descrição apresenta uma brecha para a argumentação clássica sobre as sociedades rurais. A entrevistada tem 21 anos, estuda na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e reside ainda no Sítio Lagoa Azul, obviamente que a Universidade faz ela passar dias da semana na sede do município de Monteiro – PB, isso ocorre com demasiada frequência em decorrência das dificuldades de acesso à internet, todavia, no começo dos períodos letivos a jovem relata que costuma ficar no Sítio e utilizar o transporte todos os dias. Embora a realidade da acessibilidade seja preocupante, outro ponto também importante é o abandono das políticas públicas e o cerceamento dos grandes empresários em comunidades rurais como Lagoa Azul, os empresários rurais são atraídos por espaços camponeses onde não há a presença efetiva do estado e, respectivamente, isso promove que suas práticas sejam efetivadas de forma silenciosa sem tantas cobranças para a regulamentação, por exemplo. A empresária Sr.^a Camila Ferreira compreendia as possibilidades inerentes ao espaço rural de Lagoa Azul, detinha conhecimentos profundos sobre a produção de Renda Renascença no Cariri Paraibano, sendo facilmente introjetada naquela comunidade através de rendeiras-mestres que já usufruíam da produção muito antes de sua chegada.

Os empresários rurais não estão preocupados com o desenvolvimento da economia local, embora no site oficial do projeto haja menção ao fortalecimento dos laços econômicos e da promoção do empoderamento feminino, na realidade prática como já supracitado em pontos de discussão anteriores, os interesses meramente capitalistas estão associados à socialização do grande capital de forma desigual, promovendo assim, como salienta Cardoso (2019) a escravidão moderna. A partir do momento que determinado empresário adentra no

setor rural com seu capitalismo de ordenamento predatório e desvencilhado de problemáticas sociais, é instaurado uma situação de dependência simbólica e econômica, onde os envolvidos estão desamparados do poder público, visto que o alvo é notavelmente encontrar um âmbito onde a exploração seja feita de maneira que não haja muitos entraves para sua concretude, essa realidade é assinalada por Fernandes a seguir:

Doutro lado, à mesma situação se prende a um padrão de crescimento da economia agrária que engendra políticas econômicas estreitas, em todos os níveis possíveis (no da ação direta dos empresários e de suas associações de “classe” ou no da intervenção estatal, induzida pelos interesses empresariais), sistematicamente voltadas para a mercantilização dos produtos (e não para as condições de aceleração da produção capitalista na economia agrária e de sua rápida absorção pelo mercado interno). (2008, p.171).

Retornando a questão do *modus vivendi* do ambiente rural o Sítio Lagoa Azul se configura segundo sua visão de mundo, a partir de relações de sociabilidade, onde há uma maior coesão social, isto é, onde os indivíduos compartilham de um senso de coletividade, essa forma de visualizar o rural está relacionada com a questão tradicional, visto que o sentimento de pertencimento permeia esse ambiente, demonstrada logo abaixo por Vieira:

O rural tradicional traz a ideia de uma vida social baseada nas relações de vizinhança, compadrio, sentimento de pertença, tendo o camponês como o principal ator, além de realizar atividades de lazer, festividades e manifestações culturais voltadas para a Igreja, chegando a formar sedes de núcleos ou povoados (VIERA, 2014, p. 299).

Segundo a jovem entrevistada, o sítio proporciona uma qualidade de vida, conforme sua opinião de mundo, no rural, especificamente no sítio Lagoa Azul, a calma é uma característica que promove certa estabilidade social, autores clássicos como Henri Mendras (1954) e Lefebvre (1949) visualizavam as comunidades camponesas como ambientes calmos e uniformes, ou seja, cuja metamorfose não detém uma alteração tão rápida quanto na cidade. No entanto, é indispensável ressaltar que o campo também é ambiente de uma heterogeneidade de indivíduos, sendo assim, deve-se deter cuidado para não adentrar no paradigma da ambiguidade.

A comunidade rural de Lagoa Azul situada no município de Monteiro-PB e a cidade de Poção-PE, situada no agreste pernambucano, são trajetórias de pesquisa escolhidas a partir de profundas averiguações de possibilidades exequíveis de realização. Assim, enveredei minha pesquisa sobre as paisagens de transição entre Poção-PE (Agreste pernambucano) e São João do Tigre-PB (Cariri paraibano). A cidade de Poção é considerada a “Capital de Renda Renascença” e

em cada esquina você encontra uma loja que vende as peças de renda a baixíssimo custo e cuja qualidade é inferior ao comparada com as peças expostas na fábrica de Sr.^a Joana Brado e as peças de Alta Costura de Sr.^a Camila Ferreira.

2.7 Andarilha na capital da renda renascença: entre fábricas e rendas

A cidade de Poção-PE tem aproximadamente 11.242,00 pessoas, segundo o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estima-se que em 2019 a população esteja em torno de 11.302,00 cuja densidade demográfica é de 45,56 hab./km² (Censo 2010, IBGE).

Cartografia I – Rota da Renda Renascença



Fonte: Artesanato de Pernambuco, nossos mestres.³

A principal atividade econômica advém das fábricas de costura de Bordado Industrial, sendo contabilizadas quatro fábricas, incluindo a de Sr.^a Joana Brado, a fábrica de Renda Renascença que também produz bordado industrial. As rotas de escoamento para as peças de renda e, analogamente, os bordados industriais são distribuídos pelo Nordeste brasileiro, os Estados como Alagoas – AL, Sergipe – SE, Ceará – CE, Pernambuco-PE, entre outros.

Já a comunidade de Lagoa Azul é inversamente pequena ao comparada com Poção-PE, estando atualmente passando por um processo paulatino de êxodo rural, isso devido a

³ Essa iniciativa do governo de Pernambuco objetiva demonstrar os principais tipos de artesanato disponíveis no estado, bem como, as principais feiras temáticas, promovendo uma rota do artesanato pelo estado, além disso, no site é demonstrado os grandes nomes de cada área, por exemplo, os artesãos do couro, do barro e da arte de tecer, que categorizou como – “linhas”. Acesso em 08.11.2019: <http://www.artesanatodepernambuco.pe.gov.br/pt-BR/mestres/nossos-mestres>

distância da comunidade para cidades urbanas e a inexistência de políticas públicas e sociais. Nos dias de hoje, moram na comunidade aproximadamente vinte famílias, contabilizando pouco mais de cem moradores. A principal atividade econômica legitimada pelos moradores é a produção na agricultura, boa parte das famílias são produtores da Agricultura Familiar, os demais trabalham na retirada de madeira para fabricação de carvão e a atividade de Renda Renasença emerge nesse cenário, tornando-se um diferencial, a partir do momento que Sr.^a Camila Ferreira estabelece um preço por produção mais alto ao mercado convencional, essa relação será destrinchada ao decorrer do trabalho, averiguando a presença da empresária e a convivência com o grupo.

O interesse em pesquisar a produção de Renda Renasença em Poção-PE não ocorreu de forma espontânea, realizei um levantamento prévio em sites, blogs, canais de periódicos, bancas de TCC's e defesas de mestrado e doutorado, ou seja, isso foi possível através de árduo percurso de pesquisas sobre uma temática ainda praticamente inexplorada. O “despertar” para a realidade produtiva de Poção-PE ocorreu quando tive contato em âmbito virtual com o projeto: “*Artesãs Têxteis de Pernambuco*”, esse trabalho foi exposto no site: “Mulheres que Tecem Pernambuco”, sendo resultado de um projeto aprovado pelo Edital 2015/2016 pelo Fundo de Incentivo à Cultura (FUNCULTURA), a autora Clara Nogueira narrou através de algumas entrevistas realizadas com as principais integrantes na arte de tecer da localidade, é necessário pontuar que essas mulheres entrevistadas são importantes por serem pioneiras na produção artesanal de Renda Renasença na cidade de Poção-PE. O trabalho de campo realizado por Carla Nogueira (2015,2016) é relatado através da entrevista abaixo com a rendeira Maria de Odon que tinha na época 67 anos:

Minha renda é pouca, leitura é pouca, e melhor dizer a coragem é pouca pra sair, não fui criada viajando aí hoje eu sinto maior dificuldade, não conheço Caruaru, não conheço Recife, Pesqueira pra cá. Aíeu vou dizer que eu tenho coragem de pegar uma mala de renda e ir pra esse mundo? vou nada. Por conta da leitura também, eu não tenho coragem não. Mas que dava certo dava se eu tivesse coragem. Também não vale a pena ir com duas pecinhas não, tem que ir com uma mala, cheia de renda.(Grifo nosso).

Eu vendo minhas brusas a 500/ a 600 eu não chego ganhar 100,00 numa peça issé ganho? não é. Pra viver desse jeito, do linhavar ao tecer pra ganhar 100,00? e não é toda peça que eu ganho esse dinheiro não. (Grifo nosso)

Agora que eu sou apaixonada pela renasença? sou. Se se acabar meu material eu procurar e num ter um novelo de linha pra eu trabalhar vocês já nota que eu fico nervosa. Tem que ter, minha fia, porque eu gosto demais. Acordo arrumo a casa,

*cuido na comida, e vou fazer renascença até onze horas da noite, onze horas meia-noite depende, é é. Só isso aqui mesmo que nós temos.*⁴ (Grifo nosso).

Em uma conversa com Carla Nogueira via redes sociais, percebi que o interesse da autora era relatar aspectos culturais na produção de Renda Renascença, não debruçando seus esforços em realizar análises robustas sobre as relações de trabalho existentes no processo de produção, apesar da entrevista deixar nítido na primeira parte grifada às dificuldades inerentes a elaboração das peças, devido os baixos custos e a falta de escolaridade das rendeiras, o estudo de campo realizado neste trabalho, averigua as relações de trabalho e exploração simbólica e econômica da Renda Renascença. Não houve de fato uma modificação, apesar dos incipientes investimentos governamentais, a soma maioria das rendeiras relatam os baixos custos de produção e, por conseguinte, as condições degradantes, o índice de escolaridade ainda é baixas e muitas crianças e adolescentes em idade escolar ainda trabalham na produção. Há, similarmente, uma dimensão simbólica na segunda parte grifada, onde Maria de Odon afirma que a renda é essencial para sua vida, acalmando-a em momentos de estresse, ou seja, é uma distração. Embora as entrevistas delimitassem um âmbito efervescente, o foco norteado estava empregado em analisar as relações de trabalho, então por esse motivo houve a necessidade de entrevistar um ambiente que tivesse essa aproximação, através do mundo cibernético, encontrei o site de Sr.^a Joana Brado, onde havia uma descrição avassaladora sobre a produção de Renda Renascença, a partir de outras pesquisas visualizei que a marca detinha sede em Poção-PE.

Sendo responsável pelo maior índice de empregabilidade, considerada a “Fábrica da Renda Renascença”, entrei logo em contato com um amigo residente de Poção-PE, responsável por me introduzir no campo de pesquisa, situando de forma simples pontos necessários de compreensão da dinâmica cultural e econômica da cidade, isso dentro dos conhecimentos que detinha naquele momento para me fornecer. Decidi entre os meses de Setembro e Outubro de 2019 realizar a segunda parte da minha pesquisa de campo em uma cidade que pudesse me possibilitar correlações entre a produção de Renda Renascença no cariri paraibano e em outro estado, principalmente no local que é considerado pelos pesquisadores dessa temática, como Silva (2013) e Soares (2018), a “Capital da Renda Renascença”, outra característica que torna esse ambiente propício é o cenário fabril que remonta de forma sociológica as fábricas do século XVIII e XIX, obviamente que essa aproximação é de cunho literário e não empírico, visto que o delineamento cronológico do

⁴ Entrevista concebida a Carla Nogueira entre os anos de 2015 e 2016, encontrada no site: <http://mulheresquetecempe.com.br/artesa/maria-de-odon/>> Acesso em: 10/09/2019

tempo torna impossível visualizar ambas a periodicidade histórica de forma análoga, entretanto, há similitudes até mesmo surpreendentes, em inúmeros momentos tive uma leve sensação de ouvir narrativas do século XIX, descritas de forma exímia pelos autores das Vanguardas Europeias, principalmente quanto ao trabalho infantil.

O percurso foi árduo, Poção-PE fica na divisa como já dito anteriormente com São João do Tigre-PB, uma cidade também produtora de Renda Renascença, tendo relações econômicas eminentes com Poção-PE, tornando-se rota de escoamento de peças, no entanto, apesar dessa proximidade, a acessibilidade por estradas até chegar a Poção-PE é difícilíssima, o caminho corta as grandes serras do agreste gelado de mata de transição, grandes rochedos são erguidos diante dos nossos olhos, parece que as serras estão nos engolindo, paisagens bonitas embalam essa pesquisa, além do sol escaldante, a cidade é conhecida por suas noites frias que se assemelham as cidades europeias, no inverno as pessoas ficam agasalhadas devido às baixas temperaturas.

A série de entrevistas foi realizada entre os meses de Setembro e Outubro de 2019. Em um sábado no início de Outubro fui para a loja de Sr.^a Joana Brado, nesse dia ainda não tinha recebido confirmação da concessão de entrevistas, tinha mandado os e-mails para a empresa, não entanto, não obtive resposta, decidida a explorar o campo de estudo mesmo sem autorização prévia, obviamente que não iria realizar entrevistas, mas fazer uma simplória pesquisa de preços em sua loja oficial de Renda Renascença. A loja de Sr.^a Joana Prd está localizada na saída de Poção-PE, a pintura das paredes do estabelecimento comercial é azul claro, na parte de cima há vidraçarias onde estão expostas manequins com roupas feitas de Renda Renascença, após realizar uma breve exploração sobre o ambiente da loja, resolvi entrar, a vendedora muito receptiva mostrou todas as peças, dando-me um panorama geral dos preços, visto que um dos principais slogans da marca é que todos podem adquirir uma peça, já que o preço é acessível, embora essa afirmativa se mostre contrariante, comparando com as peças de Sr.^a Camila Ferreira que chegam a custar até 100 mil reais, mostra-se coerente dentro dessa ótica.

Após visualizar algumas peças logo notei alguns pontos importantes, embora sejam peças com acabamentos cuidadosos, as roupas não seguem uma padronização estética, sendo “levemente sofisticadas”, facultando assim, um entendimento prévio da disparidade de preços entre as roupas de Sr.^a Joana Brado e Sr.^a Camila Ferreira, ambas trabalham com Renda Renascença a muito tempo, todavia, há pontos de similitudes e distanciamento, essas especificidades são evidenciadas principalmente na modelagem das peças e no seu acabamento final. Determinada peça de Renda Renascença para ser considerada Alta Costura

deve seguir alguns parâmetros, tais como – elementos de distinção social, exclusividade e modelagem única e personalizada, como elucida Fonseca (2017).

Ao sair da loja com informações importantes para prosseguir no campo de estudo, recebi um e-mail da equipe de Sr.^a Joana Brado afirmando que estaria disponível para a entrevista, nos dias seguintes através de diálogo via âmbito cibernético, consegui entrevistar sete mulheres rendeiras entre as 5.000,00 mil rendeiras que são beneficiadas pela fábrica de Sr.^a Joana Brado, embora nenhuma tenha vínculo empregatício, a Renda Renascença ainda convive com a informalidade, transvertida sobre um viés de autonomia, tornando-se socialmente uma prática artesã de desamparo governamental e dessas empresas familiares, como a de Sr.^a Joana Brado (considerada uma MEI⁵) e de grande porte como a empresa de Sr.^a Camila Ferreira. A primeira entrevistada foi D. Maria Ilza Guilhermina, se pudesse descrever o ofício de rendeira em sua vida seria: “O ato de transbordar amor através das linhas”, a senhora aposentada detém uma relação simbólica com a produção de Renda Renascença, não sendo dependente econômica de suas peças, devido à aposentadoria, sendo assim, faz renda por “amor”, como a própria mesmo descreve em vários momentos da entrevista. Antes de iniciar as perguntas do roteiro de entrevista, D. Ilza afirma que:

*Eu aprendi renascença com D. Marietta, desde pequena aprendi com ela e estou até hoje com 65 anos trabalhando na Renda Renascença, nunca desisti da Renascença, **Amooo trabalhar**, trabalhei em uma escola durante anos, mas quando eu chegava em casa ia fazer Renascença, alinhavo, tiro risco até para mim mesma, eu amo meus trabalhos. **Olha nem tenho como falar uma data com exatidão, porque desde pequena eu trabalho com Renda Renascença, aprendi com uma professora de onde eu morava, ela dava aula e ensinava Renascença e assim, eu aprendi a arte de tecer e até hoje sou apaixonada por esse ofício.** D. Marietta ensinava a muita gente, muitas meninas aprenderam com ela a atividade de tecer. **A Renda Renascença já trouxe muitas coisas boas em minha vida, eu tinha problema de nervoso, ai tecendo a Renda aquilo ia amenizando, porque eu ficava com a mente ocupada, é um relaxante natural. Eu me sinto muito feliz, eu só estou feliz quando eu vou fazer meu Renascença. (Grifo nosso).***

A atividade de tecer para D. Ilza é um ato terapêutico, sendo responsável pela restauração de sua saúde psíquica, ao decorrer da entrevista em inúmeras vezes a rendeira deixa evidente a essência simbólica dessa prática para si, configurando um laço indissolúvel, ou seja, quanto maior a dependência emocional ou financeira que determinado indivíduo detém sobre algo, isso irá respingar de forma considerável em sua saúde psíquica.

⁵ MEI é um indivíduo que possui uma microempresa.

*Eu sou aposentada e trabalho com Renda Renascença em casa, arrumo a casa, faço a comida e quando termino de arrumar a cozinha, vou fazer minha Renascença, às vezes faço cerão a noite, eu gosto de fazer meus “cerãozinhos” para agilizar o processo, assisto a missa. Eu trabalho mesmo porque eu gosto da Renascença, hoje em dia não é por necessidade econômica, é por amar a profissão de Rendeira, embora seja algo trabalhoso, essa semana mesmo, Segunda-Feira eu vim para D. Joana Brado me dá uma Renascença, como ela ainda não tinha medido o risco, resolveu me entregar uns paninhos para eu fazer, eu fiz duas dúzias em uma semana. Muita gente acha barato, mas quem quiser faça, quem não quiser não faça, eu mesma fazendo é o que importa, eu faço porque seu eu ganhar um real, eu estarei feliz porque foi do meu trabalho, foi do meu suor. Antes de eu aprender, nesse tempo ninguém tinha trabalho, depois que começou aparecer a Renda Renascença, ai tudo mudou, a gente começou a se desenvolver na Renascença, começamos a Vender ai na feira, depois a Feira acabou, a gente ficou procurando as pessoas para trabalhar – as mulheres que davam Renascença, hoje eu conheço muitas pessoas que dão Renascença, **hoje eu faço para Sr.^a Joana Brado e para outras pessoas que conheço também.** Quando acabou a feira somente sobrou a fábrica, então eu corri para aqui, peguei minhas rendinhas e já fui fazendo, eu faço rendas mais para fábrica, mas se aparecer Rendas para outras pessoas, eu faço também. Torre, sianinha, amor seguro, vassorinha. Eu fui ensinar Renda Renascença em Campina Grande, ensinei as minhas primas também, mas eu hoje eu não sei se elas sabem. **Eu recebo 3,50 cada barrinha de Renda Renascença.** (Grifo nosso).*

Segundo Dimato (1999) as atividades que envolvem a produção de bens materiais artísticos promovem prazer e satisfação nos indivíduos que os desenvolvem isso pode ser observado nos discursos de D. Ilza que relata sua imensa satisfação em realizar a atividade de tecer, Dimato (1999) ressalta que profissões ligadas à pintura e ao teatro trazem essa dimensão, haja vista a presença da apreciação do público no trabalho realizado, ou seja, a exposição causa um prazer na medida em que os indivíduos apreciadores da arte aplaudem as obras desenvolvidas, Sr.^a Joana Brado e Sr.^a Camila Ferreira admitem que a atividade da Renda Renascença é uma obra de arte autêntica e imensurável. Outro ponto também relatado nessa entrevista é o baixo custo de produção, cada centro de mesa custa por volta de R\$ 3,50, conotando assim, um valor absurdamente desvalorizado no mercado local. Ilza descreve o quanto a ausência da feira de exposição que ocorria em Poção-PE fragilizou a produção, tornando-o as rendeiras a mercê das grandes empresárias do ramo, no entanto, ainda ressalta a importância de Sr.^a Joana Brado para região e seu impacto na economia, isso ocorre em detrimento do alto índice de empregabilidade da fábrica, que apesar de suas inúmeras fragilidade, demonstra-se ainda um suporte de sobrevivência.

A segunda entrevistada é a Maria Jasmine que também trabalha para a Sr.^a Joana Brado de forma similar com as demais também sem vínculo empregatício, em seu relato descreve que:

*Eu trabalho há mais de 13 anos com Renda Renascença, estou com 22 anos de idade Comecei a tecer Renda Renascença por curiosidade. É tradição na família as mulheres tecerem a Renda. **Meu irmão também tece Renda.** O sustento financeiro da família é adquirido em maior parte pelo salário de doméstica da mãe. Sou rendeira por prazer, gosto e isso distraí minha mente. A Renda Renascença não é muito valorizada na região, antigamente era mais valorizada e dava mais dinheiro. **Eu acredito que não dá para viver só de Renda hoje em dia.** Material fica mais caro a cada ano que se passa. Quando tem a Feira da Renascença a Prefeitura de Poção ajuda financeiramente as rendeiras. Meu ponto de Renascença favorito é o “pipoca”. Tenho uma filha, mas ainda não ensinei Renda Renascença, porém a menina as vezes pega o material e tenta tecer quando me observa tecendo. **Nunca fiz uma roupa para mim própria. Vendi uma blusa de Renda por cerca de R\$ 100,00 em Poção.** Acho que peças por encomenda geram mais lucros do que peças prontas. (grifo nosso).*

Conforme Soares (2018), a produção de Renda Renascença encontra diversos problemas principalmente sua disparidade de preços entre as regiões. Enquanto que na Cidade de Camalaú-PB há rendeiras-mestres que vendem uma blusa por 1.000,00 reais, demonstrando a disparidade de valorizações entre as regiões e alargando a problemática alicerçada na Escravidão Contemporânea. Adentrando também no projeto, Mulheres Rendeiras do Cariri Paraibano: Barbado de Luxo, D. Camila vende as peças em seu ateliê espalhando em grandes capitães do Brasil por cerca de 5.000,00 a 20.000,00 reais, dependendo o nível de exclusividade das peças, quanto mais exclusivo for determinada vestimenta, maior será sua valorização no mercado da Alta Costura.

A jovem Leidiane afirma que sobreviver apenas com Renda Renascença é praticamente impossível e isso torna mais alarmante o barateamento das peças em Poção-PE, conforme a jovem atendente da loja inúmeras empresárias do ramo vão até a cidade comprar peças a baixo custo e vender pelo triplo até mesmo nos aeroportos, demonstrando o quanto há aproveitadores nesse ramo, descrito muitas vezes através de uma chave analítica simplista, buscando enveredar apenas pelos caminhos da produção simbólica, sem problematizar as relações trabalhistas e condições dignas de existência, até mesmo no vislumbre simbólico há nítidos enfrentamentos, como disposto na relação arbitrária de Sr.^a Camila e as mulheres que compõe o projeto: “Mulheres Rendeiras do Cariri paraibano – artesanato de luxo”.

A rendeira entrevista D. Luísa afirma que depende da modelagem da roupa, o custo de produção de uma blusa varia dos preços da linha e lacê, além das dificuldades para encontrar uma rendeira que saiba fazer a modelagem, ou seja, o desenho (Sr.^a Joana Brado chama de desenhista), abaixo os preços dos principais materiais na produção artesanal de Renda Renascença, mapeamento de preços realizado em Camalaú-PB:

Tabela 01 – Principais materiais na fabricação de Renda Renascença

Lacê	9,00 reais
Um novelo de linha	9,00 reais
Caixa de Linha completa	90,00 reais
Folha de risco	1,50 reais
Cola própria para o risco	8,00 reais
Caneta de desenho	4,00 reais

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Segundo Soares (2018) a fábrica de Sr.^a Joana Brado é uma das maiores produtoras de lacê da região, ou seja, matéria prima essencial na produção das peças de renda, isso ajuda o barateamento, no entanto, cidades como São João do Tigre-PB, Camalaú-PB, Sumé-PB, Prata-PB, isto é – as cidades que fazem parte da rota de escoamento da Renda Renascença convivem com uma realidade totalmente diferente, os preços dos materiais primários são caríssimos e o custo final de produção é sucateado, algumas rendeiras chegaram a relatar que ganham de lucro apenas 5.000,00 reais, por isso resolvem trabalhar para mulheres que detém o capitalismo predatório como prática, como a Sr.^a Camila Ferreira, em Poção-PE o custo dos materiais é mais barato e as peças seguem esse mesmo percurso, demonstrando que não há muitos ganhos.

A entrevista de Maria Aparecida Santos e Maria Tereza Santos acontecem em conjunto, embora tenha resolvido separar na hora da descrição, as duas meninas irmãs, Maria Aparecida sendo pré-adolescente e Maria Tereza sendo criança relatam a rotina de trabalho infantil. Silva (2013) discute em sua dissertação que a atividade de tecer é uma atividade desempenha em suma parte por mulheres que iniciam na profissão desde muito cedo, introjetando-se no cenário do trabalho ainda de forma precoce, no entanto, os relatos de Silva (2013) remontam o início da produção de Renda Renascença em Poção-PE na década de 1950 onde as meninas trabalhavam para ajudar a família na fonte de renda, visto que as condições de miserabilidade eram exorbitantemente altas, todavia, o cenário em pleno 2019 ainda é permeado por essas incongruências, tanto Leidiane a mais jovem entre as mulheres adultas, tendo apenas 22 anos relata que trabalha desde a tenra idade, assim também como as jovens meninas necessitam trabalhar para ajudar a família, entregando todo o lucro para a mãe no final do mês, segundo Maria Aparecida:

*Tenho 13 anos de idade. Comecei a trabalhar com 10 anos de idade no ramo da Renda Renascença. Não acho que prejudica os estudos. O dinheiro que ganho vai para minha mãe. Aprendi a tecer com a mãe e todas as mulheres da família tecem Renda Renascença. Os homens da minha família não tecem. Não sei qual o significado da Renda para minha vida. Entrega 5 peças de Renda todos os sábados na Fábrica. As 5 peças de Renda custam R\$ 50,00. A principal fonte financeira da minha família é adquirida por meio do Bolsa Família. Não considera a renda um trabalho muito valorizado na região. Compramos os materiais na Fábrica da Senhora Joana Brado, Não recebemos nenhuma apoio financeiro da prefeitura. Gosto do ponto de Renda “malha”. **Considero a Renda Renascença uma atividade apenas feminina.** (grifo nosso.)*

A pré-adolescente Maria Aparecida sucinta várias questões nos trechos de sua fala, traçando percursos sobre a temática de gênero e os papéis sociais atribuídos aos homens e as mulheres, assim também como o trabalho infantil. A sua irmã Maria Tereza é ainda mais jovem o que foi surpreendente, embora não tenha dito sua idade, pelo tom de voz de Maria Tereza e por ser aluna do 5º ano do Fundamental, aparenta ter em torno dos 10 anos de idade. Começou a trabalhar com cerca de nove anos de idade, ou seja, um ano atrás, em suas palavras a menina diz:

*Gosta do ponto de Renda “torre”. Não acho que prejudica os estudos. O dinheiro que ganho vai para minha mãe. Aprendi a tecer com a mãe e todas as mulheres da família tecem Renda Renascença. Os homens da família não tecem. Não sei qual o significado da Renda para sua vida, Gosto de fazer Renda Renascença. Compramos os materiais na Fábrica da Senhora Joana Brado. Não recebo nenhuma ajuda financeira da prefeitura. Considera a Renda Renascença uma atividade apenas feminina. As 5 peças de Renda custam R\$ 50,00. **A principal fonte financeira da minha família é adquirida por meio do Bolsa Família.** Não considero a renda um trabalho muito valorizado na região. (Grifo nosso).*

Devido a pouca idade e a falta de reflexão crítica as meninas não conseguem aprender aspectos simbólicos da produção de Renda Renascença. Embalada sobre sorrisos discretos e ingênuos, as pobres almas desfaleceram sua opinião por homens que tecem, os sorrisos ecoavam a vergonha que sentiam ante os papéis de gênero que enveredavam as agulhas e a linha. Em conformidade com Beauvoir (2019) os papéis de gênero são construídos socialmente induzindo as formas de se portar socialmente, sendo na puberdade essa cisão entre homens e mulheres. Essa questão também é descrita a seguir por Soares:

As mulheres são coração, os homens são cabeça, racionalidade, elementos determinantes da supremacia masculina, concretizada no exercício de atividades administrativas e de mando, e da subordinação feminina simbolizada pelo desempenho de atividades de pouca visibilidade, escondidas no recesso do lar. (SOARES, 2006, p. 56)

Outra questão que sucinta uma problematização profundo é sobre o trabalho infantil. Sendo necessário realizar uma retrospectiva histórica e seus desdobramentos no social. O Trabalho Infantil ressurgiu como pauta norteadora de debates em volta de temáticas sociais em 1995. Segundo Kassouf (2007) o retorno desta questão, dar-se em decorrência da diminuição da pobreza. O autor afirma que o trabalho infantil sempre esteve presente nas sociedades. Esse processo foi intensificado com o advento da Revolução Industrial, onde crianças eram submetidas às condições degradantes de trabalho, Charles Dickens criticava as longas jornadas de trabalho que as crianças eram submetidas, realizando uma fundamentada análise, demonstrando que muitas crianças perdiam membros nas fábricas, isso ocorria em detrimento das longas jornadas de trabalho. O campo da literatura também trouxe essa abordagem, discutindo através das vanguardas europeias, os respingos sociais da Revolução Industrial e seus desdobramentos políticos que não humanizaram os seres humanos, resultando num intenso processo de desumanização, infligindo principalmente na dignidade humana.

Kassouf (2007) diz que os primeiros relatos do trabalho infantil no Brasil são datados do período colonial no Brasil, porém a partir de 1995 há um consenso sobre o quanto o trabalho infantil influencia de forma negativa no desenvolvimento econômico de dada sociedade. Além disso, na visão de Campos e Francischin (2003), o trabalho infantil promove o desenvolvimento refratário da criança e do adolescente, ou seja, quando as condições sociais dispostas no escopo são insuficientes para conduzir as crianças até a vida adulta de forma digna, são nítidas as condições díspares. Segundo Campos e Francischin (2003), o processo de desenvolvimento dos seres humanos é concebido pelas disposições de regras que são internalizadas ao decorrer da vida.

Segundo Kassouf (2003) estabelece que a partir de Constituição Federal de 1988, a autorização para trabalhar começou a ser prescrita para jovens entre 14 e 16 anos, como aprendizes apenas, todavia, há diferentes conceitos sobre o que pode ser considerado trabalho, ademais existem variações entre os países entre os próprios países, no entanto, o ponto de discussão é sobre o quanto o trabalho infantil impossibilita que as crianças e adolescentes tenham acesso as dimensões sociais, tais como – educação, lazer, saúde, entre outros.

Na entrevista de Maria Tereza e Maria Aparecida, apresenta-se incongruente com os dias atuais. Silva (2013) relatou que o trabalho na Renda Renascença se inicia na tenra idade, as meninas entrevistadas demonstram essa relação, estão fazendo a atividade de tecer para ajudar a família, produzindo cerca de cinco peças mensais que dão em torno de 50,00 reais, valor consideravelmente baixo, as meninas afirmam que o trabalho não prejudica o ambiente escolar. Contrariando o enredo das meninas, o relatório da UNICEF (Fundo das Nações

Unidas para a Infância) os adolescentes entre 15 e 17 anos que trabalham e estudam totalizam 2.196.092, representando 21% nesta faixa etária. O Nordeste é a segunda região com maior porcentagem de adolescentes trabalhando e estudando, somando 22,4%.⁶ De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada em 2015, cerca de 2,5 milhões de crianças brasileiras estão fora da escola, o estudo aponta que os altos índices de taxa de evasão são derivados do trabalho infantil e adolescentes, facultando um entrave para a plena vivência no ambiente escolar. Segundo o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador⁷, a idade é determinante no sucesso futuro, quando mais cedo o indivíduo é inserido no mercado de trabalho, maiores serão suas chances de ter trabalho indigno no futuro, isso acontece em detrimento da necessidade de especialização para ocupar cargos cuja remuneração são altíssimos.

Diante dos dados apresentados, torna-se nítido o quanto as meninas desconhecem de forma profunda os maléficos causados pela inserção no trabalho precoce. Convém enaltecer que a produção de Renda Renascença causa diversos problemas, primeiro devido à postura, o trabalho é realizado de cabisbaixa, prejudica em longo prazo problemas a visão, em detrimento do olhar atento a qualquer erro, os pontos devem ser feitos com tamanha delicadeza e precisão, sendo indispensável o cuidado com as formas e tamanhos dos desenhos que serão preenchidos.

Essas especificidades causam problemas de visão, tanto que Sr.^a Camila Ferreira chamou uma equipe de médicos oculistas para cuidar das mulheres que pertenciam ao projeto: “Mulheres Rendeiras do Cariri Paraibano – Artesanato de Luxo”, as peças de Sr.^a Camila exigem ainda mais da rendeira, visto que há uma padronização mais meticulosa, isso não ocorre com as peças de Sr.^a Joana Brado, mesmo com essas divergências, a Renda Renascença se torna problemática porque as meninas trabalham para ajudar em casa, tendo que produzir mensalmente cerca de cinco peças, que equivalem a uma peça durante a semana, isso em horas dão aproximadamente 10 horas de trabalho por dia, levando em consideração que estudam, dividir o dia entre trabalho, estudo e atividade escolares deve ser difícilimo.

⁶ Dados sobre o trabalho infantil ><http://fundacaotelefonica.org.br/promenino/trabalho infantil/noticia/trabalho-infantil-e-desinteresse-levam-a-evasao-escolar/>< Acesso em 08.10.2019

⁷ Dados sobre o trabalho infantil ><https://www.chegadetrabalho infantil.org.br/noticias/materias/grave-relacao-entre-trabalho-infantil-e-evasao-escolar/>< Acesso em 08.out.2019

3 O SURGIMENTO DA RENDA RENASCENÇA – DE VERSALHES AO NORDESTE BRASILEIRO

A periodização do surgimento das Rendas Renascença torna-se complexo quanto ao quesito exatidão, Silva (2013) admite que essa problemática ainda esteja alicerçada em torno de grandes dificuldades de determinar historicamente a tenra idade deste tipo de bordado. A Renda Renascença originou-se primeiramente em Veneza no século XVI, provavelmente entre 1400 - 1600, posteriormente a França começa o processo de imitação dos bordados, esse tipo de artesanato adentra em solo brasileiro através das grandes navegações, instaurando-se no Nordeste brasileiro (SILVA, 2003, p. 83).

Na produção de Renda Renascença vários utensílios são indispensáveis no processo de elaboração das peças, por exemplo, as agulhas que podem ser: agulha de ponto; agulha de Malha; agulhão de espeto, também é utilizado os alfinetes para prender o risco⁸ no rolo. Além disso, o lacê é uma fita fina com furos nas laterais onde as agulhas atravessam tecendo, o processo de aliavamento é uma das etapas mais importantes, pois é nesse momento onde a alinhavadeira prende o lacê sobre o desenho, proporcionando ou não a rigidez dos desenhos, caso essa etapa seja feita de forma incorreta ou conduzida de maneira ineficiente, o lacê soltasse da folha, facultando no afrouxamento⁹ dos pontos.

Conforme Goldenberg (1904) existe uma diferenciação entre as rendas fabricadas a mão e através de máquinas, compreende-se que a especificidade do processo de fabricação promove essa diferença, as rendas fabricadas a mão são concebidas em decorrência de um árduo e habilidoso trabalho de elaboração dos bordados europeus, além de contar com elementos como paciência e tempo. Em contrapartida, ainda na visão de Goldenberg (1904), as Rendas fabricadas nas máquinas são imitações, no entanto, a concepção de “imitação” não detém um elemento de distinção, visto que ambas as peças são idênticas, nos primórdios era possível observar as particularidades intrínsecas nos bordados, possibilitando assim, enquadrar ambos os tipos e seus aspectos de distinção, porém após um denso período de aperfeiçoamento dos fabricantes, tornou-se imperceptível averiguar entre as feitas à mão e as produzidas através de máquinas. As Rendas Renascenças são produzidas com auxílio de almofadas, os chamados “rolos” artesanais fabricados pelas rendeiras a partir de retalhos de roupas velhas para promover uma base sólida de apoio, impossibilitando que os desenhos não

⁸ Risco é o local onde está impresso o desenho, uma bussola que deve ser seguida de forma meticulosa.

⁹ Afrouxamento é uma palavra que designada pelas Rendeiras para se referir ao esfacelamento dos pontos, na questão supracitada em relação a rigidez dos pontos da Renda Renascença

tenham uma espécie de “afrouxamento”. Desse modo, as rendeiras colocam sobre as almofadas que podem derivar tamanho, dependendo exclusivamente do tamanho da peça que será confeccionada e do conforto da produtora (OITICA, 1974, p. 37). Abaixo a imagem de um rolo artesanal e um risco onde serão tecidos os pontos, realizado pela artesã D. Luísa:

Foto 1 – Rolo de Renda Renascença Sendo Fabricado



Fonte: Rodrigues (2019) – Acervo pessoal.

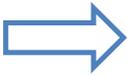
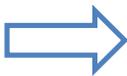
As Rendas Renascenças são produzidas com auxílio de almofadas, os chamados “rolos” artesanais fabricados pelas rendeiras a partir de retalhos de roupas velhas para promover uma base sólida de apoio, impossibilitando que os desenhos não tenham uma espécie de “afrouxamento”. Desse modo, as rendeiras colocam sobre as almofadas que podem derivar tamanho, dependendo exclusivamente do tamanho da peça que será confeccionada e do conforto da produtora (OITICA, 1974, p. 37). Abaixo a imagem de um rolo artesanal e um risco onde serão tecidos os pontos, realizado pela artesã D. Luísa:

Foto 2 – Risco de Renda Renascença

Fonte:Rodrigues (2019) - Acervo pessoal.

O Nordeste brasileiro é permeado por vários tipos de renda, Nóbrega (2015), em seu estudo, mapeou a presença de sete tipos diferentes, inseridos em localidades distintas, a seguir as Rendas encontradas no nordeste e suas principais características, tais diferenciações estão dispostas no quadro na íntegra:

Quadro 01 – Tipos de rendas presentes no Nordeste

RENDA RENASCENÇA		Renda produzida com o uso da agulha, lacê e rolo;
RENDA DE BILROS		Renda elaborada com o uso de Bilros, que são instrumentos de madeiras utilizados na atividade de tecelagem;
RENDA FILÉ		Essa Renda é realizada com uma rede de malha, utiliza agulha de madeira e um molde de bambu;
NHANDUTI OUTENERIFE		Renda fabricada com um pequeno tear circular com linha e agulha grossa, os fios detêm formato de sol;
FRIVOLITÉ		Renda feita a mão, usando linhas e uma pequeno navete;
IRLANDESA		Renda similar a Renascença, mas utiliza rolotê no lugar do lacê;
INGLESA		Esse é o nome atribuído a Renda Renascença em outros estados do Brasil, a exemplo da Bahia.

Fonte: Rodrigues, (2019).

De acordo com o Almanaque produzido pelo Projeto Semear, implementado pelo Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), juntamente com Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e com o apoio da Agência Espanhola de Cooperação, atualmente há onze municípios reconhecidos como maiores produtores de Renda Renascença do Brasil - Poção-PE; Pesqueira-PE, Jataúba-PE; São João do Tigre-PB; São Sebastião do Umbuzeiro-PB; Camalaú-PB; Sumé-PB; Monteiro-PB; Zabelê-PB; Prata-PB e Congo-PB.

Silva (2013), afirma que após o desembarque das grandes navegações portuguesas em terras brasileiras, a Renda Renascença como supracitada anteriormente, instala-se no Nordeste brasileiro, precisamente na cidade de Poção-PE que recentemente foi considerada a “Capital do Renascença ou Terra da Renda Renascença”, a partir da atividade historiográfica das memórias e relatórios locais, Silva (2013) diz que a disseminação da Renda começou a partir da iniciativa de Elza Medeiros¹⁰ de popularizar o processo de produção da Renda no século XX, em outrora as Rendas eram apenas vestidas para padres e o conhecido das etapas de produção era guardado, impossibilitando o acesso, no entanto, Elza Medeiros ao perceber que a produção poderia promover uma fonte de renda para a comunidade local, até então Poção-PE era chamada de Vila do Poção, a Sr.^a Medeiros foi responsável pela democratização do conhecimento, ensinando meninas ainda muito jovens por volta de 7 a 8 anos a atividade de tecer.

Silva (2013) salienta que essa iniciativa não estava sendo empregada apenas de forma despreziosa, Sr.^a Elza Medeiros detinha proximidade com as entidades religiosas. Lipovestky (2005) enaltece o caráter distintivo das rendas usadas no período renascentista, principalmente o luxo nas cerimônias religiosas da época, no entanto, apesar o requinte das peças bordadas pertencerem oficialmente aos indivíduos integrantes de estamentos sociais privilegiados, no caso elitista, tal autor reconhece uma circularidade entre as classes populares e aos padrões de consumo reais e do alto clero. Sr.^a Medeiros, sendo uma das principais representantes da Igreja Católica, o interesse em ensinar o ofício da Renda para as meninas, fazia parte do movimento Integralista, que tinha como um dos eixos fundadores a educação feminina e, principalmente, a manutenção da mulher na esfera privada, sendo assim, o ato de ensinar é carregado de estruturas de dominação internas e visualizadas a partir da relação do patriarcado na condução do papel feminino, atribuindo-lhe a esfera privada e doméstica como

¹⁰ De acordo com o levantamento bibliográfico Elza Medeiros popularizou a Renda Renascença na vila do Poção-PE, tal mulher era ligada a pastoral.

“vocação social”, inserindo no âmago das meninas o  cio de rendeiras como atividade desempenhada por mulheres e aceitável socialmente.

Em Bourdieu (2007) o conceito de *habitus*, promove um sistema de disposi es e escolhas inconscientes que são introjetadas nos indivíduos no processo de socializa o. Esse prisma de análise   adequado para compreender as motiva es de Sr.^a Elza Medeiros na utiliza o da atividade de tecer na manuten o das estruturas de domina o masculina presentes nas sociedades ocidentais. Beauvoir (2019), ao realizar uma investiga o sobre os papéis sociais atribuídos aos homens e mulheres, averigua que as atribui es femininas são construídas historicamente e socialmente ao decorrer dos anos, assim como afirma Elias (2001; 2012) que os padrões culturais são inseridos dentro de uma  tica temporal, isso confere dizer que as formas de agir e pensar estão alicerçadas sobre bases históricas, a autora e feminista Beauvoir (2019), salienta que as atividades desempenhadas por mulheres são constru es humanas, na puberdade há uma cisão entre afazeres masculinos e femininos, a divisão do trabalho social na visão de Durkheim (1999), possibilita na solidariedade orgânica a integra o entre as partes por gerar dependência no escopo social permeado por laços de solidariedade entre os membros, ainda na divisão social do trabalho ocorre a divisão social de trabalho feminino e masculino.

Adentrando no viés econômico, Silva (2003) no período do Brasil colonial, os artefatos de luxo como roupas de renda eram utensílios usados apenas por figuras legítimas, sendo restrito o uso para os indivíduos “subalternos”, além da necessidade de titula o para vestir uma peça com valor simbólico, devido aos altos índices de miserabilidade a soma parte da popula o não tinha acesso ao tipo de vestimenta que tivesse contido em seus traços criativos bordados de qualquer natureza que fossem.

Compreendo a dimensão de alargamento social visualizado no uso de roupas feitas por rendas, a competi o na sociedade de corte em torno do requinte realçava as rela es sociais com “tons expressivos”, na sociedade de corte os indivíduos travavam “batalhas pelo luxo” e requinte, Weber (2008), ao afirmar que Maria Antonieta recebeu o título de “Rainha do Luxo”, confere dizer que – dentro do jogo de competi o do âmbito das sociabilidades da elite francesa, a nobre austríaca consegue através de sua vestimenta o potencial representativo, assemelhando-se as figuras divinas sacralizadas, na sociedade de corte a competi o pelo posicionamento social alavancava as disputas políticas, impulsionando os indivíduos a se debaterem cotidianamente com desafios que demonstrassem sua superioridade perante o outro, a autoafirma o de seus membros   algo característico da dança social em rumo ao *status* cort s, como analisa Elias:

Numa sociedade em que cada manifestação pessoal tem um valor socialmente representativo, os esforços em busca de prestígio e ostentação por parte das camadas altas constituem uma necessidade de que não se pode fugir. Trata-se de um instrumento indispensável à autoafirmação social, especialmente quando - como é o caso da sociedade de corte - todo os participantes estão envolvidos numa batalha ou competição por status e prestígio (2001, p. 83).

Na cidade de Poção-PE em outrora Vila do Poção-PE o uso da renda também estava restrito aos consumidores da elite econômica recifense, onde eram comercializadas as peças fabricadas, porém similarmente com o período colonial e a sociedade de corte apresentada por Elias (2001), as restrições econômicas impediam de pessoas pobres usarem roupas que facultassem um elemento de distinção social. No consumo “ostentatório” o mais importante é o ato de exibir riqueza, ou seja, o prestígio social adquirido pelo portador da vestimenta rendada. (ROUX, 2005, p.117). Silva (2013) diz que os usuários de peças rendadas de Pesqueira-PE estavam preocupados com o efeito provocado pelas peças, isto é com os elementos de distinção social que tais vestimentas de Renda Renascença poderiam caracterizar.

Osório (1983) diz que a Renda Renascença era usada na década de 1950 para compor os enxovais da elite Pesqueirense, as arrendatárias – rendeiras mestres que compravam as rendas das mulheres que fabricavam as peças, chamadas até os dias atuais de “trabalhadeiras” vendiam para as camadas sociais mais enriquecidas de Pesqueira-PE, as peças que eram compradas devido ao valor simbólico impresso, representava não apenas peças de enxoval de uma moça prestes a casar, mas um adereço caracterizado de “mulher moralmente aceita” pela sociedade, possuir uma peça de Renda Renascença dava-lhes o título de mulheres de bom gosto, assim como Dejean (2011), afirmava ao categorizar peças de luxo e peças sem prestígio social.

Bauman (2011) discute o consumo na pós-modernidade, embora estejamos elencando os primórdios do surgimento da Renda Renascença no Nordeste brasileiro, especificamente no epicentro da Renda Renascença, os padrões de consumo ao analisar a postura do portador assemelha-se aos *modus* operante da indústria da moda atual, que está empenhada em vender “identidades móveis” aos indivíduos permeados por relações líquidas, no entanto, o critério não consiste apenas na mobilidade exaustiva e fluída, mas sim em vender padrões ostentativos que construam uma realidade falsificada da dicotomia entre o dilema que atravessou a sociedade de corte e penetra até os dias de o consciente individual.

Na visão de Silva (2013) as vestimentas fabricadas pelas rendeiras fazem o imaginário da elite por promover a competição social, uma peça além de ser exclusiva, autêntica, singular

e personalizada, carrega consigo os símbolos culturais de onde vieram, tornando-se não apenas uma “roupa ou objeto qualquer”, mas uma construção histórica e um emaranhado de relações de poder entre os indivíduos.

Embora Poção-PE seja considerado o polo socializador da Renda Renascença, outras cidades como já supracitadas fazem parte da rota de produção das rendas nordestinas. Esse processo de descentralização do núcleo criativo para as demais cidades, a princípio fronteiriças como São João do Tigre-PB que faz fronteira com Pernambuco e é uma das principais rotas de adentrar em Poção-PE. Utilizando o conceito de identidade construída através da relação entre homem-mundo de Hall (2015), nota-se que Renda Renascença passa por um processo de reinvenção social constante, derivado de aspectos culturais regionalistas, ou seja, tanto as variações linguísticas modificam os nomes dos pontos de Renascença, quanto a partir do contato social novos pontos são inventados.

Embora Bauman (2011) e Hall (2002) sejam pós-modernos e ambos discutam as identidades humanas elaboradas em contato com o processo de socialização e interação com o meio onde estão inseridos, Bauman (2011; 2012), visualiza identidade como algo fragmentado, o autor evidencia essa questão através da problematização da fluidez cultural, já Hall (2002), apresenta uma análise que se enquadra de forma adequada para a abordagem de modificação cultural da Renda Renascença, a produção se reinventa em relação ao ambiente onde está inserida, no entanto, não pode ser configurada como uma relação líquida, isso ocorre pela produção de Renda Renascença atender a uma clientela privilegiada que busca a distinção social através da personificação da vestimenta, nos últimos anos é visível que a renda está adentrando no mundo mercadológico e tecnológico contemporâneo, todavia, essa inserção não promove a acessibilidade da compra das peças para as classes sociais mais populares, sendo um recurso ainda de uso elitista.

Avancini (2017) e seu estudo sobre os aspectos culturais da Renda Renascença e sua inserção no mundo mercadológico do designer discute que a renda está inserida atualmente dentro da discussão sobre cultura popular, utilizando-se do conceito de cultura popular de Roncagliolo (1988), afirma que essa forma cultural surge como expressão oposta a cultura dominante, caracterizando uma forma de resistência e se opondo ao conjunto de expressões culturais ditas como autêntica pela elite. Bourdieu (2007), ao analisar o sistema educacional percebe essa relação ao visualizar a violência simbólica existente nos aparelhos ideológicos, a escola sendo uma importante instituição social, impõe valores elitistas, onde os indivíduos advindos de classe populares não detém conhecimento do ambiente social vivenciado pela elite, configurando a violência através dos simbólicos culturais que permeiam o imaginário

privilegiado da elite. A Renda Renascença surge a partir do convívio de mulheres advindas de Portugal nas grandes navegações para o interior do Nordeste, em âmbito nacional, no contato com a população carente nordestina, há o processo antropofágico de ressignificação das rendas, ou seja, o ato de utilizar uma produção exógena e reinventar essa forma de produção europeia para o contexto local brasileiro.

A cultura pode ser compreendida também por um conjunto de símbolos que estão interligados na teia formada pelos processos constantes de sociabilidade, a análise realizada é concebida por intermédio da técnica interpretativista, em outrora os antropólogos descreviam as realidades sociológicas dispostas na sociedade admitindo suas descrições como realidades autênticas, sem problematizar que os relatos são interpretações sociais sobre a realidade, assim como orienta Geertz:

O conceito de cultura que eu defendo, e cuja utilidade os ensaios abaixo tentam demonstrar, é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais enigmáticas na sua superfície. Todavia, essa afirmativa, uma doutrina numa cláusula, requer por si mesma uma explicação (2008, p. 4).

Tomando essa questão como parâmetro, conforme Geertz (2008), o homem é um animal social permeado por um emaranhado de teias sociais, sendo assim, a produção de Renda Renascença atravessa o crivo cultural no que concerne a interpretação subjetiva do ato de tecer. Avancini (2017) diz que o designer é um fato elementar que faz parte do intercâmbio cultural e econômico entre as culturas. Em Flusser (2007), o designer expressa uma visão futurística da moda, ou seja, o designer é um importante elemento da moda na contemporaneidade, através da atividade de emoldurar peças são construídas narrativas sociais e realidades distintas.

A Renda Renascença também já foi retratada no cenário cinematográfico brasileiro através do filme: *O Cangaceiro*, de Lima Barreto, lançado em 1953, esse filme constrói a imagem da mulher rendeira – paciente; carinhosa; delicada e sonhadora, uma imagem caricaturada que não problematiza as relações de trabalho e exploração existentes no processo de produção. Na obra *“Mozart: Sociologia de Gênio”*, Elias (1995), demonstra o percurso traçado por Mozart no ato de “torna-se gênio”, contrapondo a dicotomia entre arte de artesão e arte de artista para discutir quais parâmetros determinado indivíduo deve atender para se tornar gênio, uma configuração social construída de forma similar com a propositora enaltecida por Silva (2013), a Renda Renascença atravessa os muros da renda regionalista e adentra no mercado da Alta Costura por intermédio da construção de um estilo próprio de

produção, que edifica um possível muro entre renda artesanal regionalista e Renda Renascença que pode ser considerada produção de Alta Costura por suas especificidades, tais como – valor simbólico; alto custo de produção; valor exorbitante das peças; seleto grupo de pessoas que tem acesso e padrões estéticos singulares e personificados.

Elias (1995) retrata que Mozart deixa de ser um músico medíocre após dissociar suas produções em relação à corte francesa, esse fenômeno é derivado dos mecanismos de controle social existentes nas sociedades de corte, os membros da aristocracia controlava todo um conjunto de produções artísticas, dividindo as músicas, livros, peças teatrais que deveriam ser consumidas pelos membros reais, isso promove o impedimento da “criatividade livre”, o artesão autônomo em contrapartida tinha a liberdade de criar suas peças autênticas sem necessariamente atender aos padrões estéticos e até certo ponto estáticos da corte, que conforme o autor relata através de sua análise documental seguiam regras prescritas rígidas. Os gênios surgem em momentos de cisões sociais.

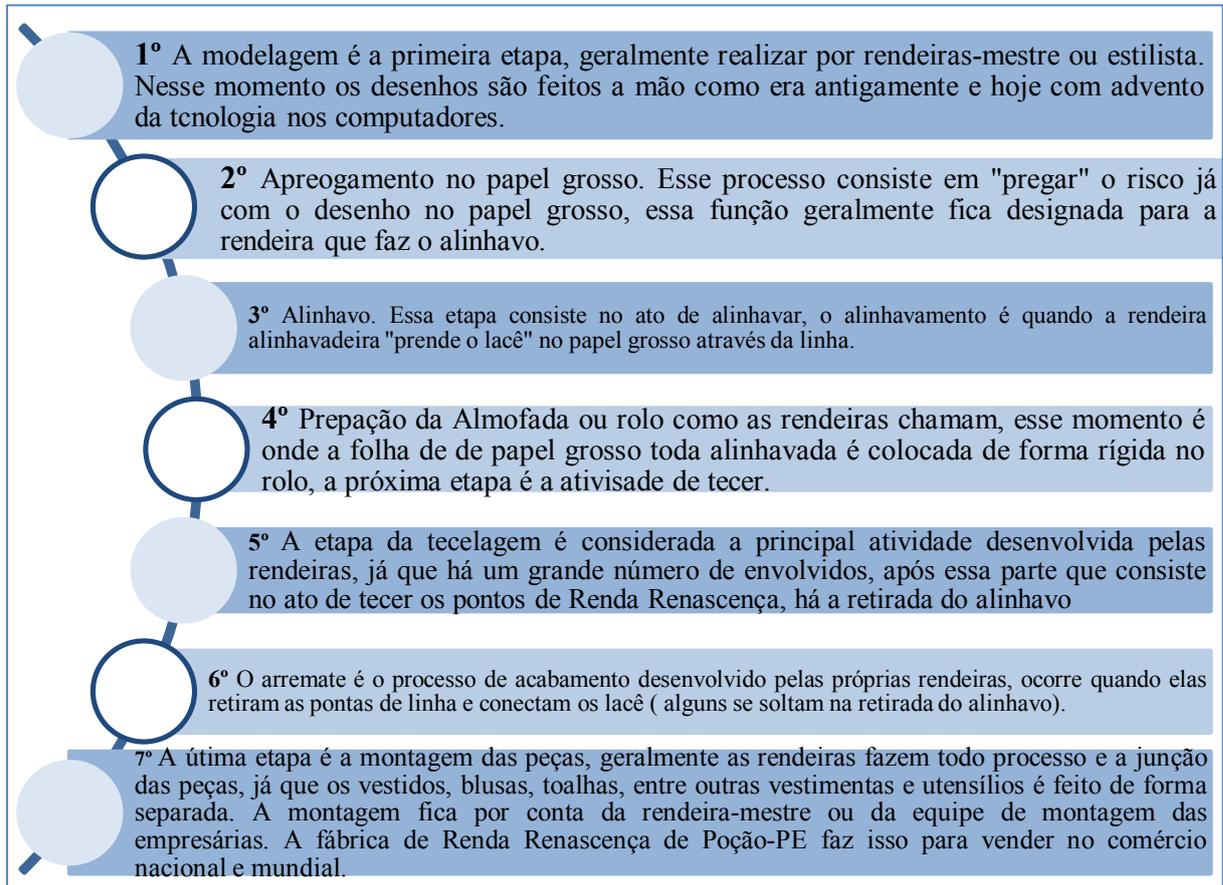
Historicamente Elias (1995) ressalta que o âmbito social permeado por Mozart também proporcionou sua postura criativa, após deixar a corte francesa, onde era repudiado por não seguir os padrões de etiqueta da época, sendo considerado um *outsider*, encontrou nas ruas a liberdade poética e artística que necessitava para se tornar um gênio, criava em torno da Crise das Artes iniciada a partir da Revolução Industrial.

Desde os primórdios do século XVI até o “ápice” da Revolução da Máquina a Vapor, inúmeras tecnologias foram desenvolvidas, tal como a máquina fotográfica, abrindo espaço para debates no âmbito das artes, sobre quais parâmetros podem ser utilizados para separar obras artísticas de obras medíocres. Essa crise é pautada na técnica, haja vista a exorbitante necessidade que os autores detinham em expressar obras de arte realísticas, todavia, com o advento da fotografia o debate era edificado em transcrever para os quadros imagens proporcionalmente real em conformidade com as fotografias, ou seja, a legitimação de uma artista era concebida através da reprodução de fotos, nas palavras de (GOMES, 2014, p 51-52).

No início do texto —A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica, Benjamin verifica que ocorreu uma distorção na verdadeira obra de arte, em um contexto de predomínio da técnica, quando a própria arte é vítima de uma reprodução desenfreada. Esta ascensão tecnicista foi possível a partir do advento das ciências e a confiança exacerbada na razão. Como ele mesmo expôs, a imitação sempre foi presença constante nas produções humanas, ou seja, o que um homem fazia, sempre podia ser imitado por outros, sendo que, em algumas vezes essa reprodução ocorria apenas para obtenção de lucro.

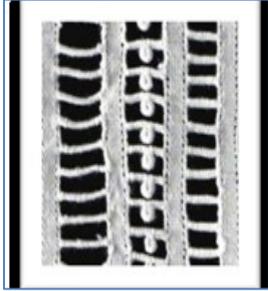
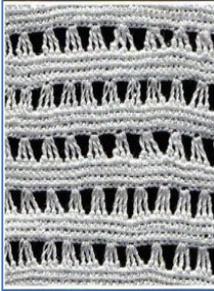
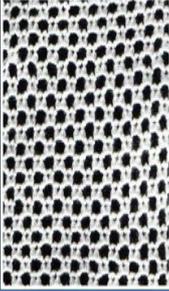
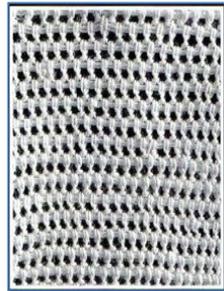
O processo de produção de Renda Renascença envolve várias etapas que estão transcritas a seguir, elucidando de forma sintetizada características de cada momento de produção:

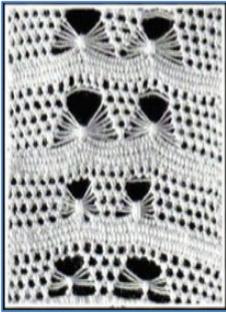
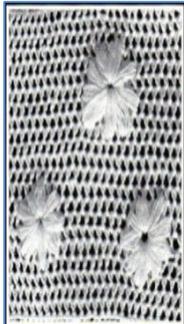
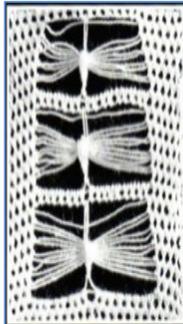
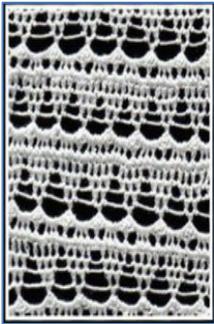
Quadro 2 – ETAPAS DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DA RENDA RENASCENÇA

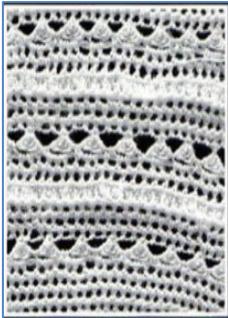
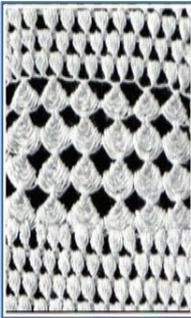
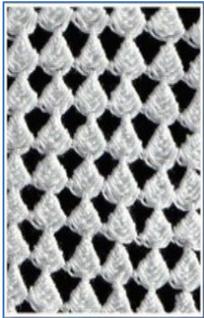


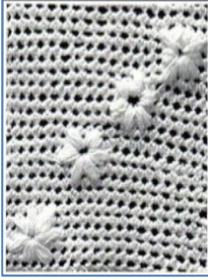
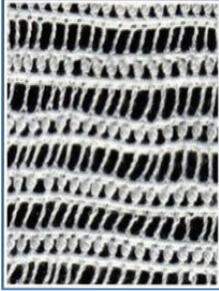
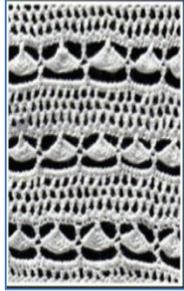
Fonte: Rodrigues, (2019).

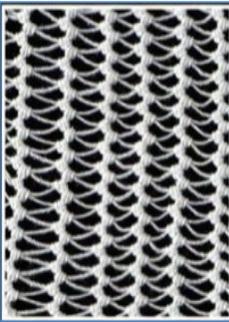
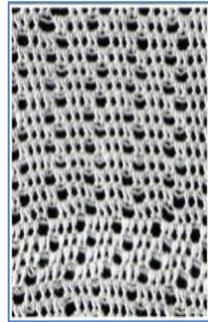
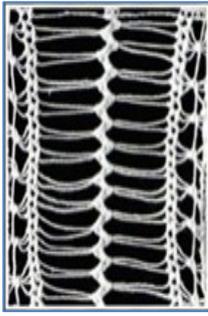
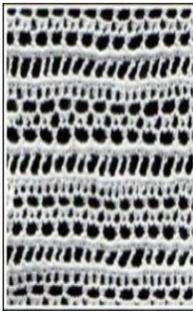
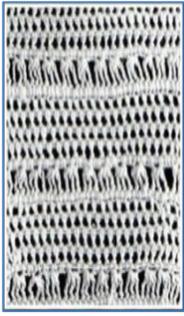
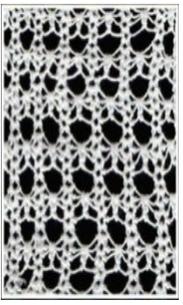
Soares (2018) discorre em seu trabalho sobre a heterogeneidade de pontos na fabricação de Renda Renascença, na íntegra estão expostos alguns pontos catalogados por Nóbrega (2015) ao transcorrer de seu estudo sobre a produção da renda no nordeste:

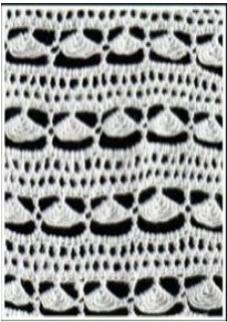
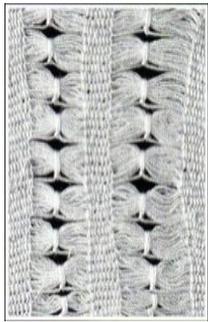
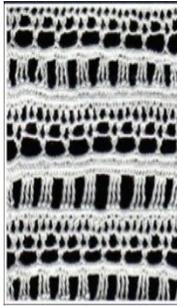
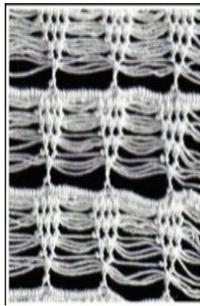
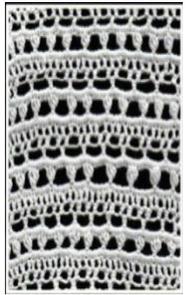
					
Richelieu caseado com malha	São Paulo e Vassoura	Aranha com ilhós com Richelieu caseado com malha	Xadrez	Coca de três	Amor seguro/Crivo

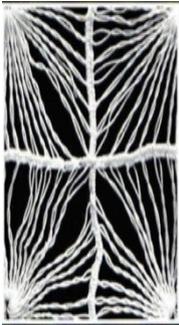
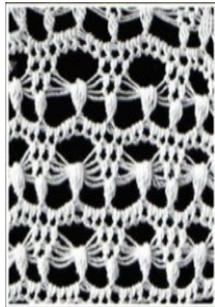
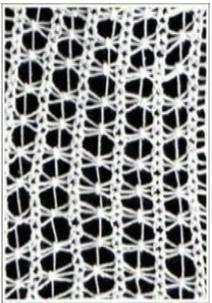
					
Abacaxi com Laço e São Paulo	Abacaxi de Caramujo	Dois amarrado com Flor	Dois amarrado com Laço	São Paulo com Aranha	Abacaxi com Passagem

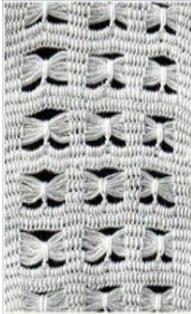
					
Dois amarrados com Lua e São Paulo	Crivo com Pipoca e Flor	Caramujocom Lua	Torre amarrada com Caramujo e São Paulo	Dois amarrado com São Paulo	Lua e vassoura

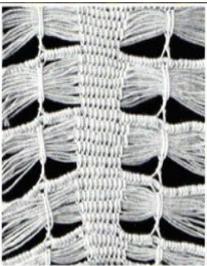
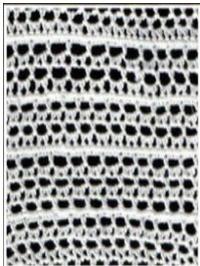
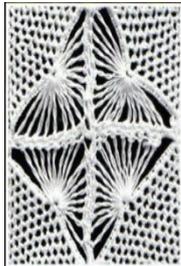
					
São Paulo com Laço	Amorseguo/Crivo com Flor	Dois amarrados com Passagem, Chiclete e Caramujo	Amor seguro/Crivo com Lua	Dois amarrados com Passagem e São Paulo	Dois amarrados com Mosca

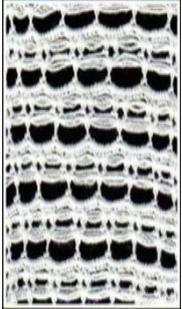
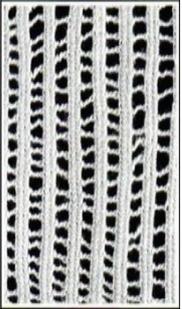
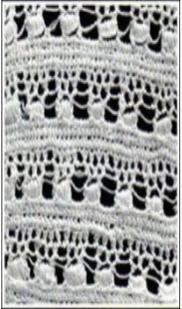
					
Sianinha	Dois amarrados	Corrente de sianinha com Dois amarrados	Cocada com Passagem e Chiclete	Dois amarrados com Passagem e Vassoura	Corrente de dois amarrados com Caramujo

					
Meia com Nervura	Dois amarrados com Passagem e Lua	São Paulo com Laço	Abacaxi Passagem Vassoura	Torre com Passagem	Abacaxi com Passagem e Caramujo

					
Torre com São Paulo	Sol com Passagem	Dois amarrados com Passagem com malha	Traça	Caramujo com Torre	Corrente de dois amarrados com Laçada

					
Dois amarrados com Passagem, Chiclete e Lua	Caramujo com Passagem e Laço com malha	Chiclete com Dois amarrados e Passagem	São Paulo com Laço	São Paulo com Laço com Malha	Caramujo com Passagem sem casear

					
Laço com São Paulo	Dois amarrados (variação) com Passagem	Abacaxi de Caramujo com Mosca	Dois amarrado com Passagem e Sol	Dois amarrados com Flor	Chiclete com São Paulo e Laço

					
Dois amarrados com São Paulo e Lua	Chiclete com Dois amarrados e Passagem	Dois amarrados com Passagem	Cocada e com Passagem	São Paulo com Caramujo	Corrente com Dois amarrados e Mosca

Fonte: Nóbrega, (2015).

Segundo Soares (2018) há uma variedade imensa de pontos de Renda Renascença, isso ocorre em detrimento das trocas culturais entre as regiões, isto é, os pontos acabam passando por processos de ressignificação e modificações. Paralelo a isso, existe também a padronização estética dos desenhos que irão compor os vestuários. Ainda em Soares (2018) existe a presença da elaboração de pontos novos, esses desenhos são pensados de forma meticulosa para serem expostos nas peças como elementos de distinção social, haja vista sua exclusividade, na seção IV – “Entre as Linhas da Escravidão” é analisado essas questões, assim como a categoria do trabalho e seus desdobramentos. Conforme Fonseca (2015) a Alta Costura é também chamada de Bordado de Luxo, as grandes grifes de moda como Chanel e Dior¹¹ detém o bordado artesanal como tradição e requinte de suas peças, isto configura dizer que o artesanato é algo essencial para o campo da Alta Costura, sendo assim, a elaboração de pontos artesanais exclusivos enriquece as peças e promove um simbolismo maior, haja vista o processo manual, onde não há expropriação dos meios de produção, em Fonseca (2015).

Por esta razão a alta costura é também chamada de artesanato de luxo, tornando-se um produto de preço muito elevado, atendendo apenas uma clientela seleta e muito restrita. Esse trabalho artesanal é levado tão a sério que em 1922 foi fundada uma casa que se especializou em bordados manuais tornando-se tradicional em bordar para as grandes grifes entre elas a Chanel e Dior, é a casa Lesage, cujo fundador é Albert Lesage. (p. 21).

De acordo com Almeida (2011) a tipificação do trabalho análogo ao escravo perpassa um âmbito constituído por complexibilidades, esse ambiente detém essa característica pela forma “mascarada” que essa realidade se apresenta e pelo silenciamento dos indivíduos que

¹¹ Dior e Chanel são marcas de roupa e calçados famosas, consideradas Alta Costura e com público seleta.

estão situados em uma condição de exploração. Cardoso (2019) acredita que a socialização desigual do capitalismo no Brasil, fomentado a partir do lastro histórico deixado pela escravidão, proporciona em ambiente nacional a existência do trabalho escravo moderno, haja vista as especificidades históricas que corroboram para o cenário arbitrário e desumano.

3.1 Os elementos de distinção social da sociedade de corte

De acordo com Giacchetta (2012), os primórdios do surgimento da Alta Costura remontam as vestimentas palacianas de Luís XIV, as roupas fabricadas pelos alfaiates da corte francesa eram consideradas obras-primas, edificadas em parâmetros de distinção social entre os indivíduos, Luís XIV foi considerado o "criador de luxo" por usar roupas e sapatos caríssimos, representando o distanciamento hierárquico da realeza francesa em relação aos súditos. Na análise histórico-sociológica de Weber (2008), outra personalidade que configura o requinte do Palácio de Versalhes é a memorável Rainha Maria Antonieta, casada com Luís XVI da França, o relacionamento é resultado da união franco-austriaca, no entanto, antes do firmamento da aliança, houve a inspeção do guarda-roupa da Arquiduquesa Maria Antônia Josefa Joana (posteriormente chamada na França de *Marie Antoinette*), essa averiguação era uma pré-condição para a realização do casamento, haja vista que Luís XV deixará explícita a necessidade da corte francesa ser representada por uma Rainha cuja vestimenta estaria de acordo com os padrões de etiqueta, impecabilidade e refinamento da Monarquia francesa.

Weber (2008), afirma que Luís XV ao discutir os trâmites do casamento com Choiseul (Embaixador e Secretário de Estado de Luís XV), impôs algumas regras para a aceitação da Arquiduquesa, primeiramente Luís XV atribuiu a Choiseul a missão de analisar se Maria Antonieta detinha uma beleza que despertasse o interesse de Luís XVI (seu neto), isso ocorre em detrimento da ausência de afetividade e indiferença perante o gênero oposto demonstrando por Luís Augusto XVI, o Secretário de Estado constatou através da análise baseada nos padrões estéticos e estilísticos da época a concomitância entre as formas físicas de Maria Antonieta e o requinte do seu vestuário, a verificação ocorreu desde o formato dos seus seios até a cor de sua pele, segundo Pierre Saint-Amand, o casamento político concebia a união Franco-Austriaca e estabilizava a Monarquia Bourdon, restaurando a reputação deplorável de Luís XV, conhecido por seus amplos escândalos de adultério no palácio.

Na visão de Godart (2010) Luís XIV era símbolo de extravagância e centralização política, Luís XIV representava nítidas mudanças nas questões geopolíticas e influenciava vários países como, por exemplo, Espanha, Inglaterra e Países Baixos, o monarca sabia que

Paris deveria investir em exportar seus padrões culturais, inclusive seus ideais de beleza e moda, o projeto de construção da identidade de Paris como capital do Glamour e luxo passou pela elaboração consistente de uma proposta de Marketing cultural, possibilitando o apogeu do Palácio de Versalhes como epicentro do requinte, riqueza e refinamento, como afirma Braga na íntegra:

No reinado de Luís XIV, a ideia de lançar modos e modas já havia sido pensada e o Castelo de Versalhes foi o epicentro divulgador das sutilezas do requinte, da sofisticação exacerbada, do fausto e do esplendor para todas as cortes europeias. Nesse período, a França foi pioneira em ditar a moda para toda a Europa através da corte de Versalhes (BRAGA, 2006, p. 84).

Pierre Saint-Amand afirma que as roupas e penteados extravagantes da rainha Maria Antonieta possibilitaram um adicional político, entre os acordos complexos da corte francesa, norteados por escândalos e em declínio, haja vista a proximidade da Revolução Francesa, ocorrida em 1789 e que resultou a deportação da Monarquia e, posteriormente, a execução dos seus representantes legítimos, o luxo audacioso proporcionava a Maria Antonieta ser considerada a “supermodelo da corte, a rainha do *glamour*”, isso transparecia uma calma ilusória. Conforme Weber (2008), os gastos com os vestuários era algo tão exorbitante que a imperatriz Maria Teresa da Áustria, depositou 400 mil libras para compor o enxoval da filha caçula, que se tornaria mais tarde rainha da França ao lado de Luís XVI, o “Rei desengonçado” autorizava financiamentos desmoderados para realização dos caprichos da jovem politicamente imatura e desconhecadora de questões geopolíticas que envolviam a corte, a antipatia e distanciamento da Monarquia corroboraram para alargamento da crise econômica e política que a França estava imersa. Hobsbawm (2012) discute essa problemática ao efetuar uma investigação histórica através das grandes revoluções, em seu livro: “*A Era das Revoluções - 1789 – 1848*”, na visão do historiador um dos pontos que proporcionou o desmoronamento da Monarquia francesa ocorre como consequência dos banquetes palacianos e festas reais desproporcionais e desvincilhadas das necessidades da população carente. Como elucidado (HOBSBAWM, 2012, p.41) a seguir:

Era, portanto, natural que os nobres usassem seu bem principal, os privilégios reconhecidos. Durante todo o século XVIII, na França como em tantos outros países, eles invadiram decididamente os postos oficiais que a monarquia absoluta preferia preencher com homens da classe média, politicamente inofensivos e tecnicamente competentes.

Os privilégios que os nobres desfrutavam causavam revolta na população e, principalmente, na burguesia que apesar de possuir capital econômico, não detinha título de

nobreza, sendo restringida sua participação em diferentes âmbitos sociais permeado pela Monarquia. Na visão de Elias (2012), a relação entre Psicogênese e Sociogênese constrói-se através do prisma analítico processual, tal perspectiva de compreensão das mudanças societárias, averigua os padrões culturais em diferentes momentos históricos, o processo civilizatório impõe formas comportamentais aos indivíduos, envernizando seus extintos com imposições morais, um conjunto de etiquetas permeava os comportamentos membros da corte francesa, a etiqueta moderna conforme Elias (2001) surge no Palácio de Versalhes, os modelos usados pela realeza faziam parte da encenação social de distinção, entre a relação *outsider-establishment*¹². Nesta perspectiva, Fonseca (2015) na França palaciana, os clientes determinavam quais peças seriam fabricadas, impossibilitando o surgimento da espontaneidade e criatividade dos artesões de moda, as roupas seguiam um padrão determinado pelos manuais de etiqueta e “pudor” da época.

DeJean (2011), ao analisar a história do surgimento da Moda, acredita o início do processo de construção do escopo teórico e sociológico da Moda tenha surgido por volta de 1675, através da permissão de Luís XIV, as costureiras da corte desempenharam o papel de vestir as damas da corte, entretanto, em outrora esse papel era concebido apenas para os alfaiates. A moda desempenhava um papel social importantíssimo, tornando-se a representação simbólica do divino:

No princípio do luxo, era a moda”, Está também aí uma das razões que explicam porque a Alta costura (que surgirá mais tarde, com a sociedade industrial e os grandes estilistas como veremos) é a ponta-de-lança e a melhor vitrine do luxo. Dele, a alta costura tem todas as características: a magia do criador; a beleza e a sedução; a função social (CASTARÈDE, 2005, pág. 56).

Moda é um termo que advém o latim *modus*, cujo significado literal é modo, conforme Palomino (2002), Moda engloba diversos âmbitos da vida social, sendo parte de um sistema político, sociológico, antropológico, aparentemente os indivíduos costumam dissociar a dimensão política do uso das vestimentas no cotidiano. Em contrapartida, Elias (2012), afirma que o modo de vestir, agir e pensar faz parte de uma ótica estrutural, em analogia o autor chama isso de “Dança social”, onde através do processo civilizatório os indivíduos intercalam padrões de comportamento e, por conseguinte, as peças de roupa que representam e respondendo ao um sistema mais amplo de símbolos sociais.

¹² Estabelecidos são os seres humanos que nascem dentro do estabelecimento (local privilegiado na sociedade de corte), esse termo utilizado para designar indivíduos que estão inseridos na sociedade de corte e compartilham formas comportamentais semelhantes. Além disso, tal indivíduo consegue lidar com os dilemas da corte e se enquadra nos padrões, o outsider é o indivíduo que representa o desvio social, mesmo estando dentro do núcleo de sociabilidade da corte, não consegue seguir as regras de etiqueta e acaba sendo expulso do círculo restrito (ELIAS, 2011, p. 12).

O termo Alta Costura, segundo Fonseca (2015) é cunhado na França no século XIX, chamando “*Haute Couture*”, tal conceito é utilizado para designar peças de roupas fabricadas sob medida, os modelos são únicos e exclusivos, elaborados a mão e, por conseguinte, detém um tempo de produção exorbitantemente maior ao ser comparado como modelo fabril, esses modelos são compreendidos como obras de arte prima e promoviam e provem nos dias atuais um elemento de distinção social (ROCHE, 2008, p. 56). Silva (2013) percebe a Alta Costura é a transmutação do luxo, a simplicidade é descartada, principalmente quando é analisado as peças palacianas, sendo a roupa um exemplar de distinção social, a extravagância era uma fantasia que possibilitava alargar ainda mais as distâncias sociais entre os nobres e os súditos, atribuindo-lhes o caráter de divindade que transmitia por intermédio de suas roupas o registro da nobreza.

Segundo Costa (2013), a Alta Costura propriamente dita inicia seu percurso através das obras artísticas do costureiro renomado Charles Frederick Worth no século XIX. Nascimento (2017) discute a concepção por traz das criações de Charles Frederick Worth, haja vista a especificidade da elaboração das peças, compreende-se que na visão Durkheim (1999) após a Revolução Industrial ocorrida em meados do século XVIII, os processos de produção intensificaram-se de forma exaustiva, a divisão social do trabalho intensificou-se, promovendo modificações notáveis na sociedade. Braga (2015) afirma que esse processo promoveu o acesso da classe operária aos diversos modelos de vestimenta, tornando-o esse utensílio acessível ao público, nesse cenário a Alta Costura surge inovação, os modelos são confeccionados em um ateliê, onde o costureiro expõe suas peças em um desfile para o público, Charles Frederick Worth, torna-se famoso após Napoleão Bonaparte III restaurar a monarquia, sendo considerado o costureiro oficial da realeza. As peças representavam uma contrapartida em frente à modernização das máquinas, o artesanato tornava-se inviável, o artesão sendo substituído pela máquina a vapor, isso ocorria em detrimento do ato de “tornar peças de roupas, obras de arte – telas modeladas em silhuetas vivas” a clientela de Worth era composta pela sociedade nobre parisiense, constituída pela Imperatriz Eugenie, casada com Napoleão III. (BRAGA, 2005, p. 64).

O prestígio de Worth era eminente, sua influência na moda era determinante, suas peças detinham um *status quo* tão requintado que sua clientela dependia exclusivamente dos seus desejos íntimos, ou seja, mesmo que determinado indivíduo tivesse o valor econômico estipulado para adquirir uma criação do costureiro, seria impossível essa transação ser realizada, caso não houvesse o consentimento de Worth, isto configura a importância de

analisar a relação imbricada entre valor social e valor econômico. (LAVÉ, 2008, p. 100). Na íntegra algumas criações de Worth¹³:

Foto 03 - Presente da Sra. Philip K. Rhineland



Fonte: Casa do Valor – Paris, (2019)

Foto 04- Vestido de festa XVIII



Fonte: Casa do Valor – Paris,

Nascimento (2017), afirma que a Alta Costura influenciou o âmbito da moda, formando opiniões a cerca dos padrões de criação e disseminando o status de exclusividade, visto que as roupas elaboradas por Worth estavam enquadradas no campo da arte e não meramente o ato de confeccionar peças, mas obras artísticas com padrões estéticos e características de diferenciação entre os membros. Troy (2003), verifica a atitude de Worth na criação do *Chambre Syndicale de la Haute Couture* em parceria com o Ministério da Economia da França, o *Syndicale de la Haute* protegia as criações da Alta Costura, sendo constituído por membros assíduos e por uma reduzida clientela, os critérios de participação são rígidos, tanto que atualmente estima-se que aproximadamente 200 indivíduos do mundo todo fazem parte de tal organização (CALLAN, 2007, p.159). Ainda em Nascimento (2017), essa forma de organização permite a consolidação do campo da Alta Costura, visto que é a partir desse controle restrito de qualidade e exclusividade que as criações artísticas são concebidas dentro de parâmetros de distanciamento social.

¹³ Ambos os vestidos são do Ateliê de Wort, exposto na casa do valor, acesso em ><https://www.metmuseum.org/toah/works-of-art/49.3.25a,b/>< 08.Nov.2019.

Os padrões artísticos impostos sobre as artes faz parte de um processo histórico categorizador que imprime em determinados artefatos valores sociais. O âmbito da Alta Costura é permeado por uma postura que divide as peças de vestuários em exemplares únicos, modelados sobre o requinte e luxo e, ao contrário, peças que são apenas retalhos de roupas sem valor distintivo. O *Charme Syndicale de la Haute Couture* operacionaliza essa problemática, quando detém a função nomeadora de distinguir peças que podem ser enquadradas ou não dentro do ambiente da Alta Costura mundial, inclusive quais estilistas podem utilizar-se desse termo de forma correta conforme o sistema de disposição dos códigos que possibilitam as leituras das obras. Neste aspecto, as peças de roupa passam pela verificação do “olhar puro”, ou seja, um indivíduo ou dada organização que detenha intercalado no seu cotidiano os padrões de aceitabilidade das peças devem atestar que determinada vestimenta possa ser visualizada como um exemplar específico, longe da vulgaridade e miserabilidade humana, essa construção histórica para o “belo e o requinte” é descrito na passagem a seguir:

O olhar "puro" é uma invenção histórica correlata da aparição de um campo de produção artística autônomo, ou seja, capaz de impor suas próprias normas, tanto na produção, quanto no consumo de seus produtos. Uma arte que - por exemplo, toda a pintura pós impressionista - é o produto de uma intenção artística que afirma, o primado do modo de representação. Sobre, o objeto da representação, exige categoricamente uma atenção exclusiva a forma, cuja exigência pela arte anterior era apenas condicional (BOURDIEU, 2007, p.10).

O âmbito da Alta costura também detém como característica a personificação das peças de roupas vendidas, isto é – o valor simbólico inerente no processo. As peças consideradas aptas a comporem o mundo restrito do universo do luxo, devem atender as demandas individualizadas, personificando seus exemplares conforme as exigências simbólicas de seus compradores, como disposto a seguir:

O reconhecimento do valor simbólico de bens e serviços é o caminho para a criação de atitudes positivas em relação a produtos, a marcas e lojas que expressam os valores individuais das pessoas. Todo o objeto comercial tem caráter simbólico; fazer compras envolve a avaliação do seu simbolismo, para decidir se é ou não adequado ao seu comprador (MIRANDA, 2007, p.12)

A produção da Moda Brasileira é intercalada por inúmeros movimentos de transição, isso ocorre em detrimento com questões situacionais de ordenamento político. Um momento que exemplifica a necessidade de construção de padrões culturais que conversassem com dinâmica nacional é intercalada pelas discussões que permearam a Semana da Arte Moderna em 1922, conforme assinala Seixas (2002). A personificação das peças de roupa faz parte da ótica cultural, ou seja, em que medidas as peças que compõem o vestuário de determinado indivíduo responde culturalmente ao seu local de existência ou até mesmo, até que ponto uma

peça de roupa pode ser considerada adequado para as questões sociais e climáticas de dada localidade. Essas problemáticas foram levantadas e discutidas na tentativa de formação de uma Moda tipicamente brasileira, ou seja, que levassem em consideração diferentes matrizes comportamentais, culturais, políticas e climáticas do Brasil.

3.2 O ensaio antropofágico da Moda Brasileira – identidade nacional

“Só a ANTROPOFAGIA nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente” – (Oswaldo de Andrade – 1928).

De acordo com Salles (2018), a Semana de Arte de 1922 inaugura uma nova perspectiva literária em terras brasileiras, tal movimento é realizado no empreendimento de constituir uma literatura tipicamente nacional, permeada por personagens que representem os traços culturais do país. O Manifesto Antropofágico elaborado por Oswald de Andrade faz parte de uma série de documentos literários que demonstram os principais objetivos do Modernismo no Brasil, a Antropofagia nesta concepção teórica refere-se ao ato de devorar conhecimento e resignificar valores socialmente edificados em pressupostos “colonizados”, os renomados autores brasileiros descreveram em suas obras “caricaturas” nacionais desvirtuadas da realidade antropológica e sociológica, exportando ideais estéticos exógenos, o Manifesto detém essa especificidade de construir uma identidade nacional “legítima”, embora detendo influência europeia, devido as Vanguardas que circuncisavam o ambiente artístico do século XX, o Modernismo busca através da capacidade inventiva e corporificada possibilitar uma imersão nos traços culturais do Brasil, despreendendo-se da exaltação meramente paisagista e tendo em seu amago uma perspectiva política. (SALLES, 2018, p. 273-274).

O Movimento Antropofágico influenciou diversos segmentos sociais, possibilitando discussões políticas sobre a genuinidade das produções nacionais em frente aos paradigmas exógenos que o país enfrentava. Andrade (1928) tenta promover em conjunto com uma gama de outros autores e artistas plásticos “a cultura nacional”, tal empreendimento encadeia uma série de reflexões, na visão de Giacchetta (2012) *Belle Époque* brasileira, está edificada nesse pressuposto, embora busque construir uma identidade de moda tipicamente nacional, é permeada por ideias estéticas estrangeiros, principalmente parisienses, caracterizando assim, um paradoxo, representar o Brasil na questão moda e produção de peças e seguir padrões de

produção europeus em suma parte. Giacchetta (2012) admite que a Francofilia¹⁴ era um traço tão pertinente na vestimenta nacional que a primeira coluna de Moda publicada no Jornal Brasil estava escrita em francês e só depois de dois anos houve a tradução para o português.

Paris era considerado o epicentro da Moda, ditando padrões estéticos, silhuetas e modelos para o restante do mundo (WEBER, 2008, p.32). Ao aproximar essa questão em âmbito regional, o Rio de Janeiro exportava desde o período colonial até a República as vestimentas caracterizadas como “dentro da Moda”, essa representação está explicitada no livro: *Amar, verbo Intransitivo*, Oswald de Andrade, que busca realizar uma crítica à família tradicional Paulistana, demonstrando os hábitos da elite, tanto no campo da vestimenta, como no consumo de obras literárias, o livro elucida a problemática de “Amar e domicílio” sem ferir a moral da família Souza Costa, influente dentro da burguesia paulistana, a obra retrata uma crítica densa, Oswald de Andrade também membro do modernismo, buscou construir uma narrativa crítica sobre o modo de vivência das elites burguesas representadas nos grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro.

A casa Canadá estava localizada no Rio de Janeiro em 1930, organizada por Jakob Pelik, loja que vendia peles exportadas, representou nítidos avanços para a moda nacional. Rangel (2002), diz que o sucesso de vendas foi tamanho que posteriormente foi criada a linha de luxo Canadá para possibilitar a elite brasileira o segmento da Moda de Alta Costura em terras brasileiras. O papel da casa do Canadá também estava sobreposto na capacidade inventiva de reprodução dos modelos estrangeiros, interpretando e conciliando com traços culturais do Brasil, também foi responsável pela introdução do *prêt-à-porter*¹⁵ brasileiro (SEIXAS 2002, p. 85).

Em 1988 surge o primeiro estilista brasileiro consagrado Dener Pamplona de Abreu (1939- 1978), considerado “Genius” da moda nacional, impulsionando de forma eminente o setor de produção de peças Alta Costura do Brasil e elevando os paradigmas antropofágicos, haja vista a realidade dispersa, até então a Casa do Canadá apenas reproduzia os modelos europeus, realizando ressignificações simplistas, Dener Abreu trouxe inovações por buscar enveredar um caminho completamente diferente, associado à criatividade e a construção de uma moda genuinamente brasileira (FONSECA, 2015, p. 41). Dória (1998) pontua que Dener criticava veementemente a reprodução desenfreada dos ideais estéticos franceses repudiando

¹⁴ Termo que designa admiração exorbitante pela França e seus padrões estéticos, na temática abordada, o termo refere-se aos ideais de moda importados da França para o Brasil, demonstrando tanto em jornais da época, quando nos principais livros de literatura brasileira.

¹⁵ O termo *prêt-à-porter* designa produção de peças em longa escala, isto é a possibilidade de atender outras demandas da sociedade que não detenha poder aquisitivo da elite econômica, haja vista que a produção da Alta Costura é algo direcionado para um seleto grupo de indivíduos.

essa redução das características culturais brasileiras e buscando elaborar uma nova perspectiva artística, edificada em pressupostos que estivessem de acordo com a nacionalidade da clientela.

Fonseca (2015) discute a disputa travada entre Clodovil e Dener pelo título de principal representante da Alta costura brasileira, responsável por vestir a primeira dama Maria Teresa Goulart, durante o governo de Jango. Além disso, Zuleika Angel Jones, apelidada de Zuzu Angel é considerada até os dias de hoje uma das maiores estilistas do Brasil, devido suas peças críticas, principalmente sobre o período ditatorial. Segundo Michetti (2015) a produção de moda no Brasil é condicionada por aspectos globalizante, isto confere dizer que as condições econômicas dispostas em ordenamento nacional, influenciam de forma decisiva sua presença no âmbito da moda mundial, assim também como no marketing das peças que serão exportadas para outros países. Neste aspecto Michetti (2015) afirma que a moda brasileira surge dentro de um emaranhado de acontecimentos, ao mesmo que detém fortes características identitárias nacionais participa de um mercado globalizado e, por conseguinte, isso gera a padronização e perda cultural impressa nas peças de roupas e utensílios de moda. A autora análise que a moda nacional busca ser global, no entanto, para alcançar esse patamar, há nítidos entraves no que consiste a padronização dos vestuários.

Dentro desse panorama surge a Renda Renascença, que conforme Nóbrega (2015) detém características representativas da cultura nordestina, esse prisma de análise também é defendido por Avenici (2017) quando a autora discute a dimensão simbólica da produção de Renda Renascença em um mundo de cultura líquida, isso ocorre pelo fato da autora trabalhar com a chave de análise de Bauman (2013) sobre os padrões culturais líquidos na pós-modernidade e seus desdobramentos complexos no escopo social, elucidados principalmente pela perda palatina de símbolos culturais, neste vislumbre a Renda Renascença carrega consigo narrativas regionais, conservando assim, a cultura local e indo de contramão com os padrões líquidos e fluídos da sociedade atual, nesse ponto em questão. Além disso, Silva (2013) salienta que desde o surgimento da Renda Renascença na Europa até o processo de resignificação cultural no nordeste brasileiro é um longo percurso trilhado sobre questões de gênero, econômicas, culturais e políticas.

4 RENDA RENASCENÇA E EXPROPRIAÇÃO DO TRABALHO NA CONTEMPORÂNEIDADE

4.1 Restrospectiva histórica dos direitos humanos – trabalho

De acordo com Comparato (2008), ao realizar uma retrospectiva histórica das afirmativas dos direitos humanos, é necessário salientar que há dois momentos importantíssimos para compreender os desdobramentos políticos na consolidação dos direitos humanos. Primeiro momento pontuado pelo autor situa-se na Independência dos Estados Unidos da América, âmbito social permeado por aspirações que dialogavam os ideais de liberdade entre os homens, afirmando-se como força motriz para as diretrizes básicas de dignidade humana quanto à acessibilidade a cidadania, postulado através da máxima de igualdade entre os homens.

Na Carta de Independência dos Estados Unidos da América em 1776 diz que: “Todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão à vida, a liberdade e a procura da felicidade”¹⁶. Ao edificar via documento jurídico que todos os indivíduos são iguais, uma mudança de perspectiva acontece, haja vista que em outrora havia uma hierarquia, possibilitando conceber a percepção que os monarcas, líderes religiosos detinha prerrogativas divinas, impedindo o cumprimento da igualdade entre os homens e vinculando alargamentos sociais abismais, o documento traz um avanço no campo jurídico, não que necessariamente a realidade segue o contraste idêntico aos ideais promulgados na Carta de Independência. (COMPARATO, 2008. p. 106).

Locomovendo-se historicamente rumo a Revolução Francesa cujo lema era – Igualdade, Fraternidade e Liberdade, tal período influenciou diversos campos sociais, realizando debates no ambiente político, literário, social, entre outros. A Revolução Francesa, como salienta Comparato (2008), é um importante marco histórico na construção dos Direitos Humanos, embora suas bases edificadoras sejam visíveis desde o período medievo, foi no transcurso temporal entre a Proclamação da Independência dos Estados Unidos da América e sobre ideais de Maximilien de Robespierre disseminando concepções de mundo que desdobraria em uma das maiores Revoluções Políticas do globo terrestre:

¹⁶ Carta de Independência dos Estados Unidos da América. Disponível em: <<http://braziliantranslated.com/euacon01.html>>. Acesso em: 22 set. 2019.

A chamada Revolução Americana foi essencialmente, no mesmo espírito da Glorious Revolution inglesa, uma restauração das antigas franquias e dos tradicionais direitos de cidadania, diante dos abusos e usurpações do poder monárquico. Na Revolução Francesa, bem ao contrário, todo o ímpeto do movimento político tendeu ao futuro e representou uma tentativa de mudança radical das condições de vida em sociedade. O que se quis foi apagar completamente o passado e recomeçar a História do marco zero - reinício muito bem simbolizado pela mudança do calendário (COMPARATO, 2008, p.107).

Os desdobramentos políticos da Revolução Francesa, principalmente no que infere a liberdade dos homens, possibilitam diversas discussões políticas no Ocidente (BOBBIO, 2004, p.17). Inclusive retratados em obras celebres da literatura brasileira, por exemplo, na obra de Machado de Assis – *Esau e Jacó*. O autor apresenta a transição do Brasil Monárquico para o período republicano, embora o célebre escritor da literatura nacional não tenha discutido ou elucidado suas opiniões políticas a cerca de problemáticas nacionais, no entanto, na obra literária supracitada Assis (1998) ao conduzir uma análise psicológica dos acontecimentos, na sua narrativa há um sarcasmo perante esses episódios políticos, através do escárnio tipicamente machadiano, a Proclamação da República é retratada com desdém, demonstrando que no Brasil há apenas mudança de tabuletas, mas suas práticas e formas sociais continuam similares.

Após o término da II Guerra Mundial (1939-1945), o mundo elaborou diversos dispositivos sociais para proteger a integridade humana em frente às problemáticas emergidas em decorrência da situação caótica proporcionada pelos desdobramentos pós-guerra. Desde a Revolução Científica, iniciada a partir do Renascimento no século XVI e XVII, o âmbito das sociabilidades atravessava um percurso norteado por discursos em prol da civilidade humana, da organização social coesa e de acordos políticos edificadas em pressupostos racionais. Na visão de Bauman (1999), a modernidade – demarcada historicamente pela efervescência conduzida pela Revolução Industrial (XVIII), detém uma missão em seu âmago – controlar a ambivalência, conceituada como:

A ambivalência, possibilidade de conferir a um objeto ou evento mais de uma categoria, é uma desordem específica da linguagem, uma falha da função nomeadora (segregadora) que a linguagem deve desempenhar o principal sintoma de desordem é o agudo desconforto que sentimos quando somos incapazes de ler adequadamente a situação e optar entre ações alternativas? (BAUMAN, 1999, p. 3).

Ambivalência relacionada às questões geopolíticas, visíveis na II Guerra Mundial é configurada pela presença da irracionalidade humana perante as arbitrariedades vivenciadas durante o Holocausto, as questões sociais derivadas do genocídio do povo Judeu, invertem a lógica que predominava a época. A Alemanha era considerada um epicentro da racionalidade

humana, berço de diversos filósofos iluministas, a exemplo de – Hegel e Martin Heidegger (BAUMUN, 1996, p.17).

Todavia, embora o escopo social estivesse “supostamente” alicerçado sobre ideais que preservassem a integridade humana, a ambivalência – categoria analítica para entender a contenção do caos nas sociedades modernas ocidentais, discorreu a partir do Holocausto, a contramão do Império da Razão, já visualizada por Himmelfard (2011), ao analisar as disparidades na diferenciação entre o Iluminismo Francês e o Iluminismo Inglês. O Holocausto demonstra sua característica ambivalente quando há o uso da Ciência – fundada em seus primórdios para assegurar prosperidade aos indivíduos e desenvolvimento econômico, apresentou-se como cúmplice aliada na negação dos direitos humanos, incorporou e legitimou as incoerências nas proposituras defendidas por Hitler, que possibilitou a legalidade das monstruosidades ocorridas na II Guerra Mundial, principalmente nos campos de concentração alemão, como discutida a seguir:

A intolerância é, portanto, a inclinação natural da prática moderna. A construção da ordem coloca os limites à incorporação e à admissão. Ela exige a negação dos direitos e das razões de tudo que não pode ser assimilado — a deslegitimação do outro. Na medida em que a ânsia de pôr termo à ambivalência comanda a ação coletiva e individual, o que resultará é intolerância — mesmo que se esconda, com vergonha, sob a máscara da tolerância o que muitas vezes significa: você é abominável, mas eu sou generoso e o deixarei viver (BAUMAN, 1999, p. 6).

A partir dos acordos conduzidos pela Sociedade de Nações (SdN) a questão da escravidão sempre foi um problema que proporcionou grandes discussões, entre 1922 e 1923 vários debates emergiam sobre a escravidão nativa, ou seja, das sociedades indígenas, após realização de um mapeamento que demonstrou-se ambíguos na avaliação dos resultados, fez-se necessário elaboração de políticas públicas antiescravistas que permitisse um alicerce solidificado nos Direitos Humanos e conservasse a integridade e dignidades dos povos nativos em todo globo terrestre, nesse momento de intensos debates foi criado a “Comissão Temporária sobre a Escravidão” em 1924, os países]: Grã-Bretanha, França, Itália, Portugal, Holanda e Bélgica, foram designados para realizar um estudo cuja finalidade principal deste comissão era investigar práticas escravistas em países coloniais (FERRERAS, 2016, p. 491).

Em 1926 segundo Ferreira (2016) a Sociedade das Nações, aprova a convenção contrária à escravidão através da Comissão temporária, o principal objetivo consistia em apresentar o conceito de escravidão, a comissão estava dentro dos requisitos da missão civilizatória do Ocidente, que entre os objetivos fundamentais a abolição da escravidão ou práticas análogas à escravidão seria intoleráveis, como está descrita no Artigo 1º:

Art. 1º

Aos fins da presente Convenção entende-se que:

1. A escravidão é o estado ou condição de um indivíduo sobre o qual se exercitam os atributos do direito de propriedade ou alguns deles.
2. A trata de escravos compreende todo ato de captura, aquisição ou cessão de um indivíduo para lhe vender ou cambiar; todo ato de cessão por venda ou troca de um escravo, adquirido para ser vendido ou trocado, e no geral todo ato de comércio ou de transporte de escravos¹⁷.

No entanto, Ferreira (2016) salienta que a Comissão Temporária tinha imbricado em duas defesas questões políticas, ou seja, em inúmeros países ainda havia a presença de trabalho escravo, principalmente em países coloniais, sendo assim, algumas clausuras foram inseridas devido aos acordos geopolíticos existentes, impossibilitando o compromisso em abolir qualquer forma de escravidão ou condições indignas de trabalho, no Art. 5º podemos visualizar essa problemática:

Art. 5º

As Altas Partes contratantes reconhecem que o recurso ao trabalho forçado ou obrigatório pode ter graves consequências e se comprometem, cada uma no que diz respeito aos territórios submetidos à sua soberania, jurisdição, proteção, suserania ou tutela, a tomar as medidas necessárias para evitar que o trabalho forçado ou obrigatório produza condições análogas à escravidão.

Fica entendido que:

- 1º Sob reserva das disposições transitórias enunciadas no parágrafo abaixo, o trabalho forçado ou obrigatório somente pode ser exigido para fins públicos;
- 2º Nos territórios onde ainda existe o trabalho forçado ou obrigatório para fins que não sejam públicos, as Altas Partes contratantes se esforçarão por acabar com essa prática, progressivamente e com a maior rapidez possível, e enquanto subsistir, o trabalho forçado ou obrigatório só será empregado a título excepcional, contra remuneração adequada e com a condição de não poder ser imposta a mudança do lugar habitual de residência;
- 3º Em todos os casos, as autoridades centrais competentes do território interessado assumirão a responsabilidade do recurso ao trabalho forçado ou obrigatório¹⁸.

De acordo com Ferreira (2016) a Sociedade das Nações (SdN) tinha limitações por atender demandas de caráter geopolítico. Adentrando na esfera nacional, a Convenção Nº 29, ocorrida em 1930 da Organização Internacional do Trabalho Escravo (OIT), conceituou o trabalho forçado como todo aquele que há penalidades (sanções) caso não houver o cumprimento de suas obrigações alicerçadas a partir de uma ótica desigual de poder entre o Patrão/Empregado como destrinchado nos parágrafos a seguir. A Convenção Nº 105 de 1957, elucidava a questão da necessidade da abolição do trabalho forçado, nesse debate o ponto edificou-se em discutir que a prática de trabalho forçado jamais deve ser pautada em pressupostos de crescimento e desenvolvimento econômico ou com finalidades de “educação

¹⁷United States of America. Department of the State (1931, p. 3).

¹⁸League of Nations. Slavery Convention.

política”, no caso uma pseudo-educação desumanizadora. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) trouxe avanços para os debates, sendo esses direitos importantes mecanismos sociais de reivindicação dos grupos que são marginalizados socialmente, a temática do Trabalho Análogo as Condições de Escravidão também entram em vigor nesses debates, sendo elucidado no presente Artigo 23 como explícito abaixo:

1. Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.
2. Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.
3. Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

A problemática inserida na DUDH¹⁹ em assegurar condições dignas de trabalho, é intensificada a partir do debate sobre a consolidação dos direitos sociais. De acordo com Telles (1999), antes da II Guerra Mundial o âmbito sociopolítico não detinha interesses em constituir diálogos de cunho humanitário, principalmente no que implicava conceber mínimas condições de existências aos indivíduos, reconhecendo-os como integrantes da sociedade e por assim dizer – cidadãos que detém direitos iguais perante a soberania nacional. O assunto sobre os direitos sociais no Brasil entram em pauta de forma tardia, segundo o vislumbre de Telles (1999), essa discussão só ocorre a partir da elaboração da Constituição de 1988, considerada a Constituição Cidadã por incluir de forma acentuada as minorias em relação às Constituições elaboradas anteriormente.

Então vejamos: poderia lembrar que desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU em 1948, os direitos sociais foram reconhecidos, junto com os direitos civis e os direitos políticos, no elenco dos direitos humanos: direito ao trabalho, direito ao salário igual por trabalho igual, direito à previdência social em caso de doença, velhice, morte do arrimo de família e desemprego involuntário, direito a uma renda condizente com uma vida digna, direito ao repouso e ao lazer (aí incluindo o direito a férias remuneradas), e o direito à educação. Todos esses são considerados direitos que devem caber a todos os indivíduos igualmente, sem distinção de raça, religião, credo político, idade ou sexo (TELLES, 1999, p. 2).

No entanto, Telles (1999) saliente que desde a década de 1990 há um desmonte da consolidação dos direitos sociais no Brasil, apresentado pela presença de pautas neoliberais em vigor, isto é – com o advento do neoliberalismo como modelo econômico vigente, atuando

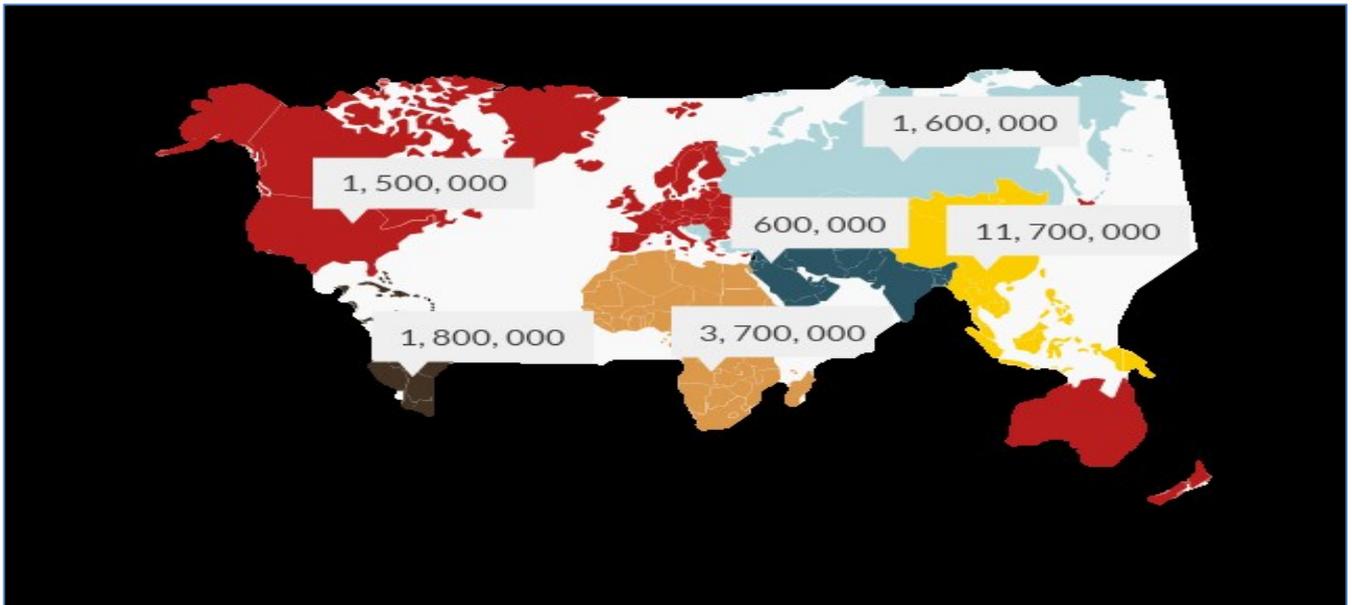
¹⁹ Sociedade das Nações.

na flexibilização na participação estatal, diminuindo sua intervenção e desburocratizando os acordos de jurídicos de trabalho, a autora critica de forma intensiva o descaso do Estado em frente aos direitos sociais, afirmando que os governantes aderiram a política de contingenciamento, que reduz drasticamente os investimentos nos direitos sociais e políticos da sociedade brasileira, isso respinga de forma visível no Terceiro Setor, visto que ainda há escassos incentivos econômicos, isto é, o investimento estatal ainda é demasiadamente negligenciado, impossibilitando criação de políticas sociais de combate as arbitrariedades existentes no mercado de trabalho, por exemplo.

4.2 Trabalho: dispositivos constitucionais e conceituações teóricas

A problemática do Trabalho Escravo é um assunto discutido como já supracitado desde o término do período entre guerras, isto é de 1914-1945. Essa temática não exauriu seu escopo teórico, desde então inúmeros artigos acadêmicos, teses e estudos jurídicos detém direcionado seu vislumbre para barbilho da escravidão no mundo contemporâneo, a trama do trabalho escravo contemporâneo já foi abordado até em novelas nacionais, no ano de a trama televisa exposta na rede Globo de televisão – “*Salve Jorge*”, demonstrava o tráfico humano, traçando um enredo que possibilitava enxergar o quanto a escravidão ainda é um assunto em pauta, na novela a trama principal estava envolta da escravidão sexual que as mulheres eram submetidas, ao serem enganadas com propostas de trabalho e melhoria de vida, eram levadas para países extremamente conservadores para servir de escravas em boates ou casas de prostituição. Na íntegra o mapa de vítimas de trabalho escravo por região:

Cartografia 02 - Vítimas de Trabalho Forçado por Continente



Fonte: OIT (Organização Internacional do Trabalho), relatório Global Estimate of Forced Labour, 2012.

Conforme o Relatório realizado em 2012, Global Estimate of Forced Labour (Estimativa Global do Trabalho Forçado), em parceria com a ONU (Organização das Nações Unidas), os maiores índices de trabalho forçado estão situadas no âmbito da indústria rural, setor têxtil, mineração, serviços e trabalho doméstico, contabilizando cerca de 14.200,000 milhões de indivíduos. No empreendimento de enveredar sobre a questão do Trabalho Escravo no Brasil e, Análogo ao Escravo, é necessário realizar uma retrospectiva histórica cuja finalidade é estabelecer possíveis pontes de análises úteis para compreender o cenário atual da escravidão contemporânea.

Na visão de Almeida (2011), a complexibilidade da problemática do trabalho escravo está circunscrito dentro de um panorama histórico – enraizado com as características sociais de determinado momento e localidade histórica, no entanto, há uma qualidade que prevalece na questão da escravidão, o ato de submeter outros seres humanos aos seus desejos exploradores. Na Idade Moderna, a escravidão apresentou-se de forma horrenda, em 1531 (século XVI) até a proclamação da Lei Áurea em 1888, o processo da diáspora evidenciou a brutalidade em torno da escravatura dos povos africanos. Almeida (2011) o tráfico negreiro apresentou sua alta lucratividade, principalmente nas terras coloniais brasileiras, os escravos desempenhavam através do autoritarismo diversos serviços na casa grande, local onde residiam os grandes senhores de escravos, segundo Viera (1945, p.170):

Cristo despido, e vós despidos; Cristo sem comer, e vós famintos; Cristo em tudo maltratado, e vós maltratados em tudo. Os ferros, as prisões, os açoites, as chagas, os nomes afrontosos, de tudo isto se compõe a vossa imitação, que, se for acompanhada de paciência, também terá merecimento de martírio. Só lhe faltava a cruz para a inteira e perfeita semelhança o nome de engenho: mas este mesmo lhe deu Cristo, não com outro, senão com o próprio vocábulo. Torcular se chama o vosso engenho, ou a vossa cruz, e a de Cristo, por boca do mesmo Cristo, se chamou também torcular: Torcular calcavi solução. - Em todas as invenções e instrumentos de trabalho parece que não achou o Senhor outro que mais parecido fosse com o seu que o vosso.

Nessa obra de Viera (1945) realizada no período Barroco da literatura brasileira, cujas principais características são: Conflito entre corpo e Alma; Passagem do tempo; exaltação de figuras sacras; Cultismo e Conceptismo. É importante salientar que o período Barroco é norteador por influências externas, assim como as demais escolas literárias brasileiras, os acontecimentos históricos em evidência nesse momento é o Renascentismo e o movimento de Contra Reforma. Nesse sermão explicitamente, Viera (1945) busca realizar uma comparação entre a escravidão no Brasil, no tocante a Escravatura negra no país com a figura de Jesus Cristo, essa alegoria simbólica detinha como objetivo legitimar o sofrimento do povo africano, dando semelhanças divinas e, por conseguinte, embasadas na teoria da predestinação, ou seja, que os negros deveriam sujeitar-se a tamanha crueldade porque isso fazia parte de sua missão terrena, assim como Jesus Cristo sofreu, um povo em específico tinha essa missão, sofrer para a remissão dos pecados.

Analisando os aspectos culturais edificadores e legitimadores da escravidão, Santos (2002) inicia sua abordagem teórica discutindo as representações simbólicas e alegóricas que estão envoltas em torno da cor negra, descrita pela autora através de duas percepções – medo, horror e fascínio-exótico. É importante salientar que todas as construções humanas são derivadas de sua interação social, construídas através dos constructos culturais. Levando em consideração essa premissa básica, busca-se compreender as possíveis variáveis que possibilitaram a formação linguística em torno desses rótulos, norteados por preconceitos e afirmações deturpadas.

Hannah Arendt (1998) ao forjar sua análise sobre o papel das ideologias na consolidação de ideais e projetos de sociedade, afirma que as ideologias se tornam fortemente edificadas quando são construídas sobre aportes científicos, isso ocorreu com a edificação da teoria do Darwinismo Social. Santos (2002), a visão europeia buscou ao decorrer do “processo civilizatório” construir visões alicerçadas em presunções exógenas da África, através de comparações esdrúxulas, Santos (2002), descreve como o homem branco recebe um tratamento diferenciado, sendo considerado a cor negra representante do caos, enquanto a

pele branca assemelhava-se ao paraíso, norteadas por harmonia e paz, essa visão que os negros causam caos e desordem é proveniente de uma construção social que demonizava a cor negra e, por conseguinte, seu conjunto de símbolos culturais, reprimindo sua expressão em âmbito nacional.

Santos (2002) também elucida o papel dos mitos no suporte da consolidação das ideologias presentes no cotidiano. Nos relatos etnográficos de Laura de Mello e Souza, assim também como os de William Cohen, o fascínio pelo exótico é o início de uma possível configuração de repúdio que se concretiza nas práticas posteriores, o racismo na visão da autora se origina na forma diferenciadora entre os indivíduos, no século XIX o fascínio descrito pelas expedições etnográficas propiciaram um campo efervescente para o surgimento de preposições racistas, que dividiam os seres humanos entre civilizados e selvagens, o racismo se torna um mecanismo de repressão e dominação social, legitimando a escravidão como algo necessário. Dessa forma, portanto, torna-se nítido que as ideologias humanas não são dissociadas do social, são sim, construídas nos processos de sociabilidade e, muitas vezes, legitimadas pelo suporte da ciência que traz “uma veracidade irracional” em alguns casos, como ocorreu na II Guerra Mundial e na teoria científica do Darwinismo social no século XIX.

Além dos Sermões de Pe. Viera como obra literária que permite uma problematização da realidade social, o escritor naturalista Aluísio Azevedo ao escrever “O Cortiço”, realiza uma análise do escopo sociológico, através de seus personagens enigmáticos, enaltece a formação elitista do Brasil, norteadas por preconceitos advindos do período escravocrata e, por conseguinte, há uma exaltação da sensualidade na personagem de Bertoleza, uma escrava serviçal dos interesses de João Romão, homem ambicioso que não mede esforços para ascender socialmente, tentando construir sua fortuna e inserir-se nos padrões elitistas, o romance narra o surgimento da elite no século XIX e seus padrões comportamentais, principalmente quanto às questões derivadas da escravatura, sobre isso (DALCASTAGNÈ, 2001, p. 485):

Tanto Miranda e João Romão, de *O cortiço*, são figuras que se complementam, representando momentos distintos nesse processo de constituição das elites brasileiras. Miranda foi o português que chegou antes, se adaptou rapidamente ao País, casou-se com a filha do patrão e tornou-se rico. Vive num belo sobrado, ao lado do cortiço, odiando a mulher – que o trai desavergonhadamente – e a visão miserável que tem da janela. Não é preciso dizer mais sobre ele e sobre a forma como ascendeu socialmente porque essa parte de sua história vai ser, de alguma forma, repetida por João Romão. São seus passos, que se assemelham aos percorridos anteriormente por Miranda, que vamos acompanhar no romance.

Entretanto, apesar da Lei Áurea ter institucionalizado a liberdade dos negros no Brasil, isso não promoveu sua efetividade no campo do trabalho, a pseudoliberalidade não regularizou os vínculos empregatícios, haja vista que os negros ao receberem sua ilusória libertação do regime escravagista não conseguiam condições dignas de trabalho, isso ocorre em detrimento primeiramente de sua condição de analfabetismo e, posteriormente, pelo preconceito ainda prevalecente na sociedade brasileira, leis demoram a entrar em vigor nos processos de sociabilidade, o preconceito é enraizado na população até os dias de hoje e no período pós-liberdade isso era visível de uma forma mais intensa, como salienta (CARNEIRO, 1996, p.16).

Na visão de Almeida (2011), essa conjuntura social marcada por dilemas de inserção dos negros na sociedade nacional, em um momento político de desregulação social, onde as esferas econômicas, políticas e sociais estão defasadas essa integração se apresentou dentro de um prisma de imensas dificuldades, dando abertura para outro personagem, o imigrante europeu que durante sua estadia no Brasil conviveu com condições degradantes, além disso, o autor complementa afirmando que inúmeros estudos apontam que essa abertura quanto à imigração para o Brasil ocorreu em decorrência da inexistência de mão de obra qualificada para os trabalhos que necessitavam de algum tipo de instrução. Os negros recém-libertos tinha esse entrave, já que durante seu processo formativo não era disponibilizado recursos educacionais nas senzalas, apenas exploração e maus tratos. Ferreira(2016) reafirma essa perspectiva analítica, afirmando que inúmeras práticas utilizadas no tratamento dos escravos no período colonial foram empregadas de forma similar aos trabalhadores livres, promovendo uma ótica de continuidade dos maus tratos e, possibilitando que a escravidão continuasse dentro da legalidade aparente.

Silva (2010) diz que a prática de trabalho forçado encontrou entraves, tornando-se vedada durante o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, ocorrido em 1966, no Art. 8º deste respectivo pacto, há a proibição do tráfico de escravos, a servidão e formas de trabalho forçado e obrigatório, na Constituição Federal de 1988 há essa pauta que nenhum indivíduo deve ser forçado a executar qualquer tipo de trabalho sendo assegurando livre arbítrio.

Adentrando nos dispositivos da Constituição Federal de 1988, é possível observar a dificuldade existente em apreender a complexibilidade do termo referente à dignidade humano, no entanto, a Constituição apresenta-se sobreposta sobre os ideais de consolidação de um Estado Democrático de Direito, embasado na concepção que o Estado nasce para servir a pessoa humana, sendo instituída essa atribuição legal, essa propositura aparece similarmente

quanto é atribuído ao aparelho estatal à Educação, sendo inferida ao Estado e a Família sua realização, analogamente quando a discussão está no campo do trabalho, a Constituição afirma seu compromisso em assegurar trabalho digno aos indivíduos, atendendo os princípios de dignidade humana.

Compreendendo a dimensão da dignidade humana a partir da concepção de Comparato (2008) e Silva (2010), os autores enaltecem o caráter mercadológico do ser humano, visualizando na condição de escravo como mero produto, utilizável e descartado quando suas forças produtivas estiverem se exaurido, essas atitudes ferem de forma intensidade os parâmetros de dignidade humana estabelecidos na Constituição. O presente Art. 5º da Carta Magna deixa nítido que:

Art. 5º

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

III - ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

Silva (2010) discute os conceitos de igualdade e dignidade, entrelaçando-os para conduzir uma leitura alicerçada em prerrogativas jurídicas que visam observar a dignidade como qualidade dos indivíduos livres, isto é – a partir do momento que a CF (Constituição Federal), fundamenta sua elaboração nos acordos internacionais, sendo influenciada pela Proclamação da Independência dos Estados Unidos da América e a Revolução Francesa com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, ambos os documentos ressaltam a importância dada à dignidade humana como pilar fundamental de suas prerrogativas alinhadas com questão da liberdade, somente homens livres detém acesso aos aparelhos sociais promovedores de condições dignas de existência.

Conforme Almeida (2011), o reconhecimento do trabalho escravo no Brasil é um acontecimento recente, embora juridicamente haja dispositivos para impossibilitar a prática da escravidão no país, à realidade empírica é completamente diferente, confere dizer que – as condições da escravidão contemporânea, assemelha-se a escravidão no período colonial. Sakamoto (2015) enaltece a problemática envolvida com o término da escravidão no Brasil ocorrida em 1888 a partir da Lei Áurea, após a abolição da escravatura e o tráfico de navio negreiro, a relação entre trabalhadores assalariados que vinham da Europa trabalhar no Brasil

enfrentavam condições de trabalho escravistas, isso ocorre em detrimento das raízes solidificadas culturalmente na relação entre Fazendeiros/Escravos e a substituição por Patrão/Empregado iria continuar nos processos de sociabilidade e poder entre os indivíduos, evidentemente ao término da escravidão, juridicamente houve o esfacelamento da legalidade dessa prática em questão, mas os padrões comportamentais ainda persistiram e persistem até os dias atuais, pelo longo e denso período de exploração da mão de obra negra na nação.

O Art. 149º do Código Penal Brasileiro (CPB), reformulado em 2003, pela Lei 10.803/2003 estabelece parâmetros para realização da tipificação entre trabalho análogo as condições de escravidão, tornando-se mais amplo que a definição utilizada pela OIT, assegura que:

Artigo. 149º

Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto.

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência. Nas mesmas penas incorre quem: (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003).

I - cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho; (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003).

II - mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho. (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)²⁰.

O Código Penal Brasileiro (CPB), traz nítidos avanços em relação às questões trabalhistas e no que concerne ou não a submissão de qualquer indivíduo a prática de Trabalho Análogo a Escravo, essa relação é observada ao analisar as prerrogativas inscritas na OIT (2011), isso ocorre pela abrangência de suas cláusulas que não pontuam apenas a retirada de liberdade em sentido restrito, mas averigam a exploração concebida através de longas jornadas de trabalho degradantes (VIANA, 2007, p. 44).

O trabalho é um direito garantido por lei e esta prescrito na Constituição Federal de 1988, incluindo dentro do quadro dos direitos sociais, encontrado no Capítulo III, Art. 6º, dizendo que: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos

²⁰ Acesso em <><https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10621211/artigo-149-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>

desamparados, na forma desta Constituição”. De acordo com Telles (1999), direitos sociais são garantias estatais que visam promover qualidades dignas de existência, sendo assim, o aparelho estatal deve disponibilizar mecanismos sociais que possibilitem a efetividade desses parâmetros.

Na visão de Machado (2014), as prerrogativas disponíveis na Constituição Federal sobre os direitos sociais devem ser seguidos, a autora salienta que tanto na doutrina quanto na jurisprudência há elementos constitutivos na compreensão normativa do que seria um trabalho dentro dos padrões de dignidade, estabelecido por proteção social básica e remuneração equivalente, no entanto, na realidade empírica, as condições de trabalho apresentam-se completamente diferentes, sendo visível o descumprimento da lei.

Confere dizer que Trabalho Análogo ao Escravo, assemelha-se as condições encontradas durante o período de escravatura colonial (ALMEIDA, 2011, p. 136). O trabalho escravo contemporâneo na estabelecido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2011, assume diferentes facetas sociais, por exemplo, trabalho forçado, quando há imposição para realização, facultando em penalidades caso não houver o cumprimento; o tráfico de pessoas, onde existe a inserção de seres humanos em outros países como imigrantes para venda de mão de obra escrava ou de baixo custo e, por fim, o comércio sexual, onde existe uma espécie de leilão virtual, os escravos sexuais são vendidos na comercialização forçada do sexo, essa prática é encontrada nos bordéis ou casas particulares de sexo, o serviço também é realizado de forma residencial e discreta (AZEVEDO, 2018, p. 3).

De acordo com Azevedo (2018), a escravidão moderna é uma oposição aos padrões contemporâneos de existência, em um âmbito norteado por inúmeros avanços tecnológicos, discutir sobre escravidão exemplifica o quanto a humanidade não consolidou os direitos civis e políticos. Outrossim, Nascimento (2014), levanta o certame sobre a invisibilidade dos direitos humanos na realidade empírica, diagnosticando que para compreender o antagonismo sobreposto entre a dicotomia – modernidade e retrocesso, precede os atritos envolvendo o trabalho análogo a escravo, enraizado por veredas mais complexas, cujas evidências não estão simplesmente edificadas em pressupostos superficiais a exemplo da falta de fiscalização, mas sim dentro de uma ótica de contradição, isto é – em pleno século XXI após inúmeros acordos internacionais, ainda há a necessidade de debater questões “primitivas” da tipificação do Trabalho Escravo, que consiste na forma mais degradante de barbárie humana, restringindo a liberdade de outrem em detrimento de uma ótica de exploração que incide em expropriar a qualidade de humanidade, dando características animais aos indivíduos e possibilitando

que essas atrocidades sejam aceitáveis dentro de um panorama mundial de contínua exploração.

Conforme Chauí (2006), a cultura é um importante mecanismo para consolidação da cidadania entre os indivíduos, o acesso à cultura promove inúmeros benefícios intelectuais e políticos, possibilitando o engajamento em questões que regulamentam as diretrizes de convivência na esfera social.

4.2 Trabalho, desigualdade e renda renascença: a complexidade social

O desigualdade econômico de vários aspectos socialmente dispostos, Cardoso (2019), afirma em há diferentes tipos de desigualdade, ou seja, para promover uma análise sobre a temática é necessário evidenciar o quanto a problemática da desigualdade passa pelo crivo da legitimidade, quando a ideia de que o próprio ordenamento social necessita dessa organização para sua manutenção. Cardoso (2019) contraria essa ótica discutindo os desdobramentos dessa postura no escopo social e admitindo que a ordem não detém relação com a desigualdade, ou seja, que a naturalização da desigualdade deve ser repudiada, haja vista sua incongruência dentro da própria ótica de desenvolvimento social. Essas prerrogativas estão dispostas a seguir:

Desigualdades reais podem não ser percebidas como tais, se o ordenamento social produz justificativas que as legitimam como a “ordem natural do mundo”, e não como desigualdades. Exemplo recorrente é a análise de Tocqueville sobre as causas da revolução francesa. Camponeses e nobres constituíam uma ordem evidentemente desigual, mas aceita como justa desde que cada parte cumprisse o que dela se esperava: dos camponeses, produzir e pagar impostos; dos nobres, garantir segurança contra inimigos internos (fome, doenças) e externos (guerra) (CARDOSO, 2019, p. 12).

Na visão de Cardoso (2019) a modernidade detém uma característica fundante – a naturalização da desigualdade, concebida através de dispositivos racionais que buscam evidenciar que as posições ocupadas pelos sujeitos na esfera social condizem com suas decisões ao decorrer da vida. A distribuição de renda desigual nessa perspectiva é apenas resultante da soma das atitudes tomadas de forma individualizada, desprovidas de condições históricas propiciadoras da desigualdade. No entanto, conforme Piketty (2014), o processo histórico é detentor de inúmeras mazelas sociais, a exemplo da problemática alicerçada da herança e sua estrutura desigual de concentração de renda.

Piketty (2014) lança sua alusão teórica a partir de enveredar caminhos pela literatura, observando que nos contos de Bolzac há uma passagem característica demonstrando o poder da fortuna na ascensão social e delimitando os limites dos graus acadêmicos em determinado

momento histórico em concomitância com as condições hierarquizantes dispostas na sociedade. Isto é, não bastava no século XVIII apenas deter os estudos hierarquizados da elite (conjunto de conhecimentos legítimos), ou seja, o sistema de dispositivos sociais apreendidos no âmago familiar que desfacela no ambiente escolar as distancias sociais entre os indivíduos como salienta Bourdieu (2007), mas do que isso – a herança constitui na visão de Piketty (2014), uma passagem rápida aos salões palacianos da elite, mesmo se dado indivíduo tivesse estudado os conhecimentos considerados “adequados” para os padrões elitistas distintivos, o mesmo somente adentraria na “Sociedade de Corte” a partir do momento que tivesse em sua linhagem um renome palpável, haja vista que a herança está ligada intimamente com o capital familiar como discute Monteiro (2016).

Na visão de Cardoso (2019) o processo de escravidão no Brasil propício um lastro de marcas profundas nas práticas sociais, sendo resultante de um processo de desigualdade racial institucionalizada, o autor circunscreve que país é permeado por uma inércia em suas instituições quanto à problemática está inserida no debate racial e seus desdobramentos desiguais de acesso às políticas sociais. Cardoso (2019) concorda com Almeida (2011) no tocante ao processo de “falsa libertação” dos escravos, tornando-os dependentes dos processos desiguais consolidados através da escravidão. O conjunto multidimensional de acontecimentos históricos deixaram nítidas marcas na sociedade brasileira, esse vislumbre pode ser enxergado ao visualizar a questão situacional do mundo rural, como discorre Machado (2013) ao visualizar esse âmbito de sociabilidade permeado por questões inerentes a dependência econômica como salienta Fernandes (2008). Cardoso (2019) elabora uma concepção de que a socialização do capitalismo em ambiente nacional é constituída a partir de suas bases históricas desiguais, sendo assim, as mazelas nacionais influenciam de forma profunda os desdobramentos da socialização do capitalismo, alargando as distancias sociais, como sucinta a seguir na seguinte passagem:

Sugiro que a escravidão deixou marcas muito profundas no imaginário e nas práticas sociais posteriores, operando como uma espécie de lastro do qual as gerações sucessivas tiveram grande dificuldade de se livrar. Em torno dela construiu-se uma ética do trabalho degradado, uma imagem depreciativa do povo, ou do elemento nacional, uma indiferença moral das elites em relação às carências da maioria, e uma hierarquia social de grande rigidez e vazada por enormes desigualdades. Esse conjunto multidimensional de heranças conformou a sociabilidade capitalista entre nós, ou o ambiente sociológico que acolheu o trabalho livre no final do século XIX e início do XX, oferecendo-lhe parâmetros mais gerais de reprodução e apresentando grande resistência à mudança, sobretudo (mas não apenas) no mundo agrário (CARDOSO, 2019, p.)

Ainda em Cardoso (2019) a escravidão se instaurou na sociedade capitalista ainda em construção, o autor suscita que a escravidão moderna é uma maneira capitalista onde há a exploração o trabalho e em contrapartida a valorização do capital, ou seja, a partir dos mecanismos da socialização do capitalismo no Brasil, instaura-se a forma moderna de escravidão. O autor fala sobre a característica irreconciliável entre as classes sociais no país, enveredando também uma questão racial, onde as distancias não são meramente econômicas, Ribeiro (1995) afirma que as distancias sobrepostas na sociedade brasileira são intransponíveis, haja vista as barreiras econômicas impostas a classe operária, sucinta dizer que – as questões raciais, juntamente com o ordenamento econômico de privilegiamento de apenas uma classe econômica, favorece um cenário desolador para concessão de políticas públicas. Cardoso (2019) afirma que desde a proclamação da República em 1888 os ex-escravos conviveram com dentro de uma relação de vassalagem nas grandes fazendas e em âmbito urbano, como expressado a seguir:

A ideia geral a se defender é que a sociabilidade capitalista no Brasil caracterizou-se, até pelo menos a década de 1940, por grande inércia estrutural, e atualizou padrões sociais de divisão e hierarquia extremamente resistentes à mudança em sua forma geral. A escravidão instaurou, na sociabilidade capitalista em construção (e aqui compartilho da visão de que a escravidão moderna é uma forma capitalista de exploração do trabalho e de valorização do capital), virtual irreconciliabilidade entre os estilos de vida das classes e camadas sociais dominantes e dominadas, expressa, sobretudo, na indiferença dos dominantes, no dia a dia das fazendas e na cotidianidade urbana, em relação ao destino individual ou coletivo dos escravos, dos ex-escravos e seus descendentes. Tal indiferença estendeu-se, por razões que pretendo apresentar, a parte substancial dos outros brasileiros não diretamente envolvidos na dinâmica econômica central da Colônia e, em seguida, do Império e da República (CARDOSO, 2019, p.37).

Segundo Alves (1999) ao analisar a obra de Marx: “O Capital”, verifica que o novo sistema econômico é uma forma sócio histórica alheia aos indivíduos, assim também como Cardoso (2019) tal autor acredita que o capital é uma forma de sociabilidade humana baseada na desigualdade, elaborado por humanos, no entanto, adota uma postura autônoma e objetiva, norteado por leis próprias e personificado através de acordos mundializados, o que chama-se atualmente de – Capital financeiro.

O capital é uma categoria complexa, com múltiplas expressões. Podemos dizer que ele é o valor em movimento, cujo processo de valorização, em seu andamento frenético e desesperado, cria (e recria) a sociabilidade moderna. Ou seja: o capital é uma forma social, à primeira vista muito mística, que transforma todo conteúdo concreto da produção da riqueza social que surge como mercadoria, numa forma abstrata de riqueza - a forma dinheiro. Dinheiro que se valoriza (ALVES, 1999, p.11).

Na visão de Alves (1999) o capitalismo é uma forma mística e uma categoria de análise multifacetada, o capital é algo em movimento constante, cujo andamento é frenético e contínuo, transformando mercadorias em riqueza, isto é o fundamento principal do capitalismo é acumulação do capital através da valorização das mercadorias. Enveredando nessa perspectiva, na produção de Renda Renascença visualizamos que o capitalismo não vende apenas mercadorias, mas produtos referenciais, ou seja, que indicam de qual determinada camada social o indivíduo pertence. Utilizando o conceito de classe social de Weber (1982) onde a sociedade é permeada por diferentes classes sociais convivendo mutuamente, no entanto, o critério primordial para enquadrar determinado indivíduo em uma dada classe consiste em seu poder aquisitivo, isso conota dizer que as pessoas que detém acesso ao uso de peças de Renda Renascença compartilham não apenas de condições econômicas análogas, mas de padrões comportamentais.

4.3 Empresários rurais e anotações sobre capitalismo agrário

As abordagens sobre o capitalismo agrário brasileiro é retratado vislumbrando as características estruturais que edificaram a economia brasileira e, respectivamente, o seu respaldo na superestrutura. Os estudos sobre esse campo ainda são falhos, ou seja, lacunosos até os dias atuais, é perceptível a existência de inúmeras incoerências no tratamento da realidade econômica nacional, as narrativas históricas, os emblemas políticos, as dificuldades analítica, atrapalharam durante anos, o estudo do objeto utilizando o rigor metodológico. É importante salutar que as questões apresentadas no capítulo “VI do livro Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento” é encadeada a partir da categoria científica, utilizando como esquema teórico, a linha de pesquisa, estrutural-Marxista, visando entender os entraves e as consequências da história na formação de dependência no setor agrário.

Segundo Florestan Fernandes (2008, p.174): “mesmo autores dos mais competentes trataram (ou tratam) a economia colonial como se ela operasse nas mesmas condições de uma economia de mercado capitalista moderna e caracterizaram (ou caracterizam) o sistema de produção escravista segundo os requisitos de uma economia capitalista avançada”. Tal passagem deixa nítida a presença do método dialético histórico de Karl Marx, o sistema econômico capitalista norteia as nações do ocidente, todavia, o processo histórico vivenciado por cada nação, assenta-se sobre diferenças históricas. Neste sentido, torna-se nítido que conforme Florestan Fernandes (2008), a economia brasileira é edificada sobre bases históricas estruturantes e, neste aspecto, suas diferenças são preponderantemente históricas, derivadas

do caráter imperialista, do colonialismo interno, das dificuldades heteronômicas, do sistema hecatombe e serviçal.

A questão agrária seguindo o pensamento de Fernandes (2008) é o conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agricultura, agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção que vão se apresentando através de características diversas nos distintos estágios de desenvolvimento capitalista. Florestan Fernandes (2008) em uma leitura crítica mostra que o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo em especial o capitalismo na sua economia periférica que é o caso do capitalismo brasileiro, ou seja, um país com características econômicas caudatárias que não têm autonomia em comparação aos países desenvolvidos.

De acordo com Fernandes (2008, p. 178) por paradoxal que pareça, motivações econômicas puramente capitalistas originam, assim, de modo recorrente, fortes obstáculos à expansão do capitalismo. A questão não é tão simples quanto o seria a de uma “fome maior que a barriga”. Para resguardar e fortalecer sua posição, o empresário rural dirige a empresa agrária de tal maneira que a aceleração do crescimento da economia agrária não faz outra coisa senão agravar e intensificar a dependência dentro da dependência. (p.178). Ambas as passagens demonstram a situação degradante da própria burguesia brasileira, estabelecida dentro de marcos de dependência em frente às economias centrais, hegemônicas e desenvolvidas. O capitalismo subdesenvolvido no Brasil uma situação de colonialismo interno e, respectivamente, uma exploração em densa escala de um setor social, na análise de Florestan (2008), o setor empobrecido por tal processo é o agrário, convivendo com as imposições dos grandes empresários rurais. A situação é caracterizada pela extrema miséria, mesmo nas áreas agrárias mais prósperas, os indivíduos que trabalham detêm déficits extremos na produção.

A economia agrária brasileira tendo como ponto de discussão, a questão da “dependência dentro da dependência”, causando um atraso para a economia do campo de forma que o mundo rural, torna-se dependente do meio urbano e das metrópoles e mercados internacionais. A burguesia brasileira não tem confiança na sua autonomia econômica, sendo assim, a inexistência de um mercado interno, impossibilita a competição com condições de igualdade. Muitas vezes o estado brasileiro utiliza desse parâmetro de dependência para legitimar via tramites legais as arbitrariedades cometidas pelo burguesia predatória, isso possibilita, por exemplo, controlar a vida política para impor condições muito duras de exploração sobre a população, impondo condições que reflete justamente para o meio agrário.

Desse modo, o efeito dessa dependência é que para os ganhos econômicos se destinem aos grandes que já detêm ao capital e não aos pequenos, acometendo ao indivíduo uma situação de miserabilidade, levando as sociedades rurais um estado caótico de humanos maltrapilhos.

A partir da revolução burguesa no Brasil, no ensaio sobre capitalismo dependente, mostra com muita clareza essa dimensão do desenvolvimento da sociedade brasileira desde a colônia passando pelo império pela escravidão, como essa sociedade de diferentes ritmos sociais que passam por processos de transformações e de modernização, que sempre propõe aquilo que seria o peso de um passado de controle da elite.

Embora a economia agrária brasileira nunca tenha sido uniforme e seja impossível descobrir uma fórmula válida universalmente para qualquer uma de suas evoluções, ela sempre foi a parte da economia brasileira estrutural e dinamicamente mais afetada pela condição apontada de heteronomia. Os vínculos variaram, ao se passar do estado colonial para o neocolonial, e desse para o de uma economia capitalista dependente. (FERNANDES, 2008, p.175)

Com a ausência de autonomia no campo econômico brasileiro, permite o seu enfraquecimento isso reflete diretamente no meio rural, sem um capitalismo desenvolvido não tem uma mobilidade, não existe um nível econômico com abertura para o cidadão. Os estratos possuidores rurais se ressentem dessa situação, porque eles extraem de ambos os processos o privilegiamento relativo de sua própria condição econômica, sociocultural e política. O mesmo não sucede com as massas despossuídas rurais, que se veem irremediavelmente compelidas ao pauperismo e condenadas à marginalização, pela existência dessa situação (FERNANDES, 2008, p.173). De fato a economia mundial capitalista se desenvolve de forma diferente em cada país, no Brasil as características é de uma economia dependente e subdesenvolvida, podemos dizer que hoje em pleno século XXI o Brasil ainda continua muito dependente onde uma sociedade não usufrui de direitos para que possa ter uma mobilidade na economia.

Convém enaltecer que Fernandes (2008) traz no ponto Capitalismo Agrário e Formação da Sociedade de Classes, questões que nos faz enxergar como se dá a formação e divisão dessas classes como a formação do sistema capitalista e como ele sempre favorece um lado, ou seja, a burguesia, enquanto menospreza, explora e oprime os grupos e indivíduos que só dispõe da sua força de trabalho. Para observar tais acontecimentos e entender melhor como ocorre o desenvolvimento econômico e todo e emaranhado capitalista no Brasil, o autor utiliza e trabalha pelo viés marxista de análise. O texto se desdobra também por meio dos

acontecimentos históricos, aonde o autor vai construindo sua narrativa e mostrando que a situação econômica, política, social em que o Brasil se encontra, levando em conta o momento em que ele escreve, é decorrência dos passos anteriormente dados historicamente.

Com isso o texto começa explicando como a economia agrária influencia na formação da sociedade de classes, o que acontece é que o mercado se sustenta por meio de uma exploração contínua e exacerbada das classes subalternas, dessa forma também acontece com o rural e com as pessoas que ali habitam, esses são usados, assim como a terra em que trabalham e vivem, para crescer cada vez mais o capital e para o mantimento da elite no seu poder, observamos como o autor trata desse ponto abaixo:

Esse tipo de economia agrária, que retira seu teor capitalista mais dos mecanismos de mercantilização dos produtos que das formas de organização da produção e da mercantilização do trabalho, tem sido, não obstante, um dos eixos estruturais e dinâmicos da formação da sociedade de classes no Brasil. (FERNANDES, 2008, p. 180).

Desde que a monarquia ainda imperava que a riqueza fazia parte da minoria, em contrapartida a maioria tentava seguir vivendo sobre miséria e por isso Florestan Fernandes discorre sobre a história. Como no Brasil o sistema econômico foi se constituindo através da escravidão, nos dias mais atuais esse reflexo permanece e torna o capitalismo menos desenvolvido comparado a outros países. Com essa ótica sobre os problemas que afetavam o território brasileiro, o urbano por ser considerado mais próspero para um novo modelo econômico comercial, foi o escolhido para a instalação da modernização, do mercado e do capitalismo como um todo, colocando a partir de então o rural como mísero fornecedor. Porém o que ocorre quando esse acontecimento surge são mudanças, tanto na relação entre campo versus cidade, como também modificação no meio agrário, por influências das novidades estabelecidas no urbano. Veja como se expressa Fernandes (2008) “À medida que a cidade se consolida como um contexto econômico mais consistente para o desenvolvimento capitalista mudam as funções econômicas, socioculturais e políticas da economia agrária, em relação ao desenvolvimento capitalista interno.”

O Brasil se tornou dependente dos países de economias centrais, se aliando para poder conseguir aflorar, como meio para isso e logo com a chegada do capitalismo só se conseguiu ir adiante com a ajuda da economia agrária, mas para isso houve uma desestabilidade no meio rural que acarretou em diversos prejuízos para esses grupos. Com o fim da colonização se dizia que a escravidão também chegará ao fim e que o homem agora era livre, mas o que de fato aconteceu foi que houve uma grande ilusão, onde a elite maquiou e enfeitou uma falsa

ideia de liberdade, mas implantou um sistema onde o trabalhador teria de toda e qualquer forma trabalhar nas indústrias que não eram suas, ou na terra para vender seu trabalho por preços baixos para conseguir a subsistência, enquanto o mercado lhe tomava por assim dizer seus produtos para vender em alto preço para outros países. A economia agrária influenciou muito para que o Brasil pudesse avançar socioeconomicamente, ela que propiciou avanços a passos largos quando o capitalismo se instalou, o autor destaca três influências, dentre elas abaixo podemos ver sobre a primeira:

Essas influências são estruturais; por isso, elas se repetem ao longo da história e do desdobramento das situações socioeconômicas. Elas transparecem fracamente no primeiro impacto modernizador, ligado à eclosão do mercado capitalista moderno, no período de transição neocolonial. Evidenciam-se com maior força e clareza na evolução posterior, que fez do Rio de Janeiro a primeira cidade francamente moderna do Brasil. E atingem o clímax graças à conjugação da produção e exportação de café com a expansão urbano-industrial de São Paulo. Por fim, generalizam-se, vinculando toda cidade brasileira de algum porte ao seu *hinterland*. (FERNANDES, p. 180, 2010)

A segunda influência tratada por Florestan, não está ligada diretamente a questão estrutural e trás um olhar sobre uma economia de mercado moderno, onde o indivíduo se encontra em condições diferentes da de antes, podendo e tendo resultados e visões mais amplas de como pode transformar as oportunidades que surgirem para ele, pois esse está introduzido em uma sociedade onde o homem do campo, assim como o da cidade estão inseridos e praticando diferentes papéis econômicos, social e políticos. Isso resulta de como se acumula capital, em todo caso mesmo podendo vislumbrar por outra ótica o trabalho brasileiro, camponês, agricultor teria por questões culturais e históricas mais problemas para tal feito, diferente de imigrantes que conseguiriam manusear melhor e alcançar mais facilmente seus interesses.

Com a passagem da economia mercantil escravista e uma nova estrutura trazida pela revolução burguesa, que se torna possível pela conexão de acúmulo de capital, a economia agrária está mais uma vez sendo de extrema utilidade, o acúmulo adquirido por os meios mercantis e pelos monopólios foram de grande ajuda nesse processo, propiciando grandes riquezas para a burguesia, abaixo podemos entender melhor o que o autor fala:

Por isso, os principais representantes desse momento da revolução burguesa no Brasil ou tinham uma posição destacada na economia agrária ou possuíam fortunas de origem rural mais ou menos recente. Ao assumir novos papéis e funções na economia urbana, evidenciavam a contribuição da economia agrária para a diferenciação e a reorganização do sistema econômico como um todo. (FERNANDES, 2008, p. 183)

A terceira influencia trata de como o uso e a exploração do meio rural pode prejudicá-lo, pois ele é tido para a elite e para o mercado como tendo um único papel, ou seja, para a manutenção e mediação do Brasil, sendo tratada como mercadoria apenas, onde o que serve e o que importa é a economia agrária, e que ela continue sustentado o capitalismo brasileiro a qualquer custo, comprometendo sua vitalidade e estratificação, é o que podemos analisar a seguir:

A drenagem de grandes partes do excedente económico pela economia agrária “para fora”- para o exterior e para os pólos urbano-industriais da economia interna - combinada à dinamização das potencialidades mais criadoras da economia agrária, a partir dos centros urbanos, redundam no empobrecimento do impacto estrutural e dinâmico dessa economia sobre a organização e a diferenciação do seu próprio meio social. (FERNANDES, 2008, p. 183)

Atrelando essas questões a produção de Renda Renascença no âmbito rural, é necessário salientar a presença dos empresários rurais que estão de apropriado do ambiente do campesinato, para fins mercadológicos. O campo é permeado por questões simbólicas, tendo um processo de sociabilidade diferente ao ser analisado a cidade, o respectivo autor não está edificando sua análise em pressupostos economicistas, mas sim visualizando uma perspectiva simbólica de *modus vivendi* e *modus operante*, indicando que para determinado indivíduo se considerar residente do campo deve deter características que estejam englobadas nesses dois paradigmas sociais.

Fernandes (2008) no livro: “Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento”, verificou a presença de tais agentes sociais com finalidades exploratórias do ambiente. Dessa forma, alguns desses empresários atualmente compram enormes quantias de terras de familiares para criação de animais, ramo que está dando prosperidade econômica, analisado por Meneses (2018). Cardoso (2019) afirma que o ambiente social que detém influência avassaladora.

5 O SILÊNCIO DAS INDIGENTES: A BOTIJA DE OURO PERDIDA NO CARIRI PARAIBANO

"O silêncio não é a ausência de palavra, ele é o que há entre as palavras, entre as notas de música, entre as linhas, entre os astros, entre os seres." (J. de Bourbon Busset)²¹

"O silêncio não são as palavras silenciadas que guardam no segredo, sem dizer. O silêncio guarda um outro segredo que o movimento das palavras não o atinge." (M. LêBot)²²

O vento quente soprava os cabelos daquelas dez mulheres, rendeiras, sem nome, sem cor, sem localidade. A paisagem do semiárido emoldurava os desenhos que seriam tecidos pelas mãos calejadas e sofridas pela exposição solar, as grandes jornadas de trabalho laboral na roça, as pontas dos dedos surrupiadas pelo deslize inquieto e imprevisível da agulha, quando o trabalho é apressado e frenético a agulha acaba furando as pontas dos dedos. Lagoa Azul é um sítio esquecido do poder público, situado na zona rural, uma botija de ouro perdida e encontrada pelo grande capital no cariri paraibano, os políticos daquela localidade em tempos de eleição levam migalhas, diante dos olhos amedrontados, sobre o semblante cansado, debaixo das árvores de Juazeiro e Aroeira, observei sobre o ponto mais alto de Lagoa Azul, o percurso da minha pesquisa, iniciada na Paraíba, atravessei o Agreste Pernambucano até Poção-PE, debrucei meu olhar inquieto e tracei uma rota de análise possível, buscava encontrar pontes humanas ligadas pela Renda Renascença e pela exploração simbólica, econômica e social.

A pesquisa científica requer certo atrevimento, enquanto pesquisadora em formação resolvi que não seria uma mera expectadora da realidade fria, tentaria no cumprimento da minha primeira etapa acadêmica, interpretar um grupo social que despertasse, amedrontasse e apoquentasse o poder público, que trouxesse curiosidade para a sociedade civil. Problematizar uma realidade é desvendar seus símbolos culturais, construindo uma narrativa a partir da vivência em comunidade, até porque antes de ser pesquisadora, sou “uma árvore com raízes profundas no primeiro trilho desta pesquisa”, não baseada nas aparentes respostas dadas por aqueles que se utilizam da miséria de outrem para justificar sua exploração, mas sim no ato de não se sujeitas às condições econômicas preestabelecidas por uma ótica desigual de distribuição de renda e, que submete seres humanos a mais indigna miserabilidade, roubando

²¹ (ORLANDI, 1997, p. 70).

²² idem, 1997, p. 73.

e sucateando seus símbolos culturais, transformando-os em mercadorias e vendendo-os como etiquetas de luxo para a elite desfilar nos salões luxuosos entre os indivíduos detentores de imenso poder aquisitivo e também responsáveis em suma parte pela miserabilidade econômica do Brasil.

Mello (2008) diz que o silêncio é atravessado por um conjunto de significados que fazem parte do discurso humano, através das rupturas, fissuras e pausas, frases inteiras são proferidas, no entanto, direciono o olhar não para as características simbólicas inerentes ao silêncio humano, discutindo dentro de uma dimensão imersiva imbricada com questões da alma humana, refiro-me ao silêncio social e suas possíveis análises, questiono-me sobre a necessidade de manter as rendeiras da comunidade de Lagoa Azul no total anonimato. A espécie *Homo sapiens* é dotada de racionalidade, capacidade simbólica e qualidade nomeadora de objetos, sendo o homem um animal social e político na visão de Aristóteles (2017), detém a faculdade de exercer poder sobre outrem. Tomando essa problemática como ponto de partida, enveredei meu aporte teórico para a primeira questão trabalhada – a função social do silêncio e sua relação com a exploração do trabalho humano.

Segundo Mello (2008), a linguagem dentro de suas limitações promove que algumas palavras sejam silenciadas em detrimento de outras, assim também como os sentidos convivem dentro desse prisma, inclusivo e excludente. O silêncio das mulheres rendeiras do projeto: “*Mulheres Rendeiras do Cariri Paraibano – Artesanato de Luxo*” é interpelado por vários significados que estão situados de forma oculta no escopo social, necessitando assim, serem desvendados. A empresária Sr.^a Camila Ferreira conhece os entraves inerentes ao processo de produção de Renda Renascença, principalmente no que concerne ao alto custo produtivo, o silêncio é o vazio permeado por um imaginário de possibilidades, construídas em decorrência das minúsculas aberturas, a empresária ao “ocultar” a comunidade Lagoa Azul do público, dando-lhe o anonimato como “vestimenta política”, engendra inúmeras possibilidades no imaginário do público que compra as peças. A partir do momento que a voz das mulheres é silenciada, a narrativa oficial adotada será a descrita pela Sr.^a Camila Ferreira, como salienta o autor abaixo:

A linguagem é redutora, limitada, visto que ela silencia certos sentidos em detrimento de outros. O silêncio entre os interlocutores pode ser entendido como uma não-linguagem, que circunda o círculo da linguagem, temporalmente configurada, não se confundindo, pois, com o ato de se calar, que, à sua maneira, é um modo de fala. Sabe-se, entretanto, que o silêncio é, também, “*afala de um ausente*”.⁴ Enfim, o silêncio pode se visto como o núcleo ativo da palavra: “*a palavra, no breve instante em que dele (do silêncio) procede, é um grito: o que todas as convenções sociais nos ensinaram a calar...*”⁵ O silêncio se apresenta como o

limite da palavra, da representação do mundo, um lugar vazio que se oferece aos sentidos possíveis, às infinitas possibilidades do imaginário para os interlocutores. É no intervalo, no silêncio que algo continua a ressoar, algo fecundo que subjaz o discurso.

Durkheim (1999) conceitua função como:

A palavra função é empregada de duas maneiras bastante diferentes ora designa sistema de movimentos vitais, fazendo-se abstração de suas consequências, ora espreme a relação de correspondência que existe entre movimentos e algumas necessidades do organismo (p.13).

Tomando uma perspectiva organicista na compreensão da função social do silêncio, Durkheim (1999) salienta que na era da modernidade não é possível o surgimento do homem integral, isso ocorre pela efervescência da Divisão do Trabalho Social, acarretando que determinado indivíduo possa apenas trabalhar em um único setor, promovendo assim, a eficiência de sua funcionalidade. As funções sociais designadas aos indivíduos propiciam a solidez do escopo social devido suas relações de interdependência. O silêncio é um conjunto de significados encobertos por uma “névoa densa” do desconhecido, segundo Pessoa (1934, p. 14): “Nada sabemos da alma senão da nossa; as dos outros são olhares, são gestos, são palavras, com a suposição de qualquer semelhança no fundo”, a névoa que paira sobre o silêncio é permeada por uma rede de subjetividades inerentes aos seres humanos, que detém como característica fundante o microcosmo multicultural que sedimenta suas relações pessoais.

O silêncio das mulheres rendeiras de Lagoa Azul abre a possibilidade como já supracitado de construção de uma narrativa social apelativa que envereda suas linhas em torno da miserabilidade econômica e empoderamento feminino, pauta que circula os ambientes das empresas como um “selo autêntico” do compromisso com o social e as questões do século XXI, no entanto, o silenciamento da comunidade estudada demonstra seu papel ceifador de possibilidades, Sr.^a Camila Ferreira “cobre” sua descoberta milionária como os antigos coronéis escondiam suas “Botijas de Ouro” dentro de caixotes enterrados em suas propriedades, trancafiados por muitas fechaduras, assim a empresária da Renda Renascença percebe a necessidade de manter as mulheres longe dos holofotes, dos demais empresários do ramo, restringindo a oferta de emprego e proporcionando a servidão das rendeiras, haja vista a escassez de oportunidade, Sr.^a Camila Ferreira adota uma postura messiânica, sendo a única responsável pelo cessar da fome de muitas famílias de Lagoa Azul e do sítio Vale das Aroeiras. De acordo com Organização Mundial da Saúde (OMS), a palavra indigente designa

indivíduos que estão abaixo da linha da pobreza, não tendo a quantidade de nutrientes suficientes para sobrevivência.

Sentada no batente velho da casa da minha avó, cujos tijolos têm por volta de 150 anos, visualizei que as casas eram uma próxima das outras, separadas por pequenos lotes de produção agrícola, que só tinham vida no período de chuva, algumas famílias possuíam caprinos, as casas eram pequenas, algumas rendeiras sequer tinham casa, moravam em locais emprestados por familiares, as paredes esburacadas, as telhas velhas e sujas, cômodos pequenos para quantidade de indivíduos que residiam, algumas casas sufocavam seus membros pelo tamanho de suas partes, as peças jamais poderiam representar aquelas que produziam, ninguém poderia imaginar que as rendas límpidas e repletas de requinte eram produzidas em um ambiente tão hostil.

O sítio de Lagoa Azul era fácil de locomover, como já esclarecido desde o início, nasci nesse âmbito mortificado pelo desamparo público, caminhando até a casa de D. Cecília, primeira entrevistada, pude sentir o vento quente assoviando nos meus ouvidos, naquele momento, questionava se deveria mesmo continuar pesquisando tal temática, no entanto, pela proximidade das casas, não tive muito tempo para pensar e logo tive que “vestir-me de pesquisadora” ou analista social, mas sempre ciente da minha condição de humana, educadamente pedi licença, D. Cecília Medeiros admirou-se com minha chegada em sua casa, fazia tempo que tinha visitado sua casa devido às atividades acadêmicas.

D. Cecília tem 43 anos, mãe de uma menina de seis anos de idade, estava tecendo Renda Renascença quando adentrei em sua residência, sentada no sofá com ombros inclinados para baixo, postura que é necessária para realizar os pontos de Renascença, causando dor quando há o excesso da prática, D. Cecília tem os cabelos brancos que emolduram sua face enrugada, vestida com roupas simples. Na casa havia muitos brinquedos em decorrência de sua pequena filha que se propôs logo a pegar o celular para gravar a possível e “dramática” entrevista, a dramaticidade estava em torna do medo escancarado em seu olhar, afirmava em cada palavra dita que não queria ter seu nome revelado, iniciei as perguntas, questionando-lhe sobre o tempo que trabalhava com Renda Renascença, houve um desencontro nas respostas, concebido por certa discórdia, em sua casa estava D. Luísa, mulher que iria entrevistar dias depois.

É importante salientar que D. Cecília Medeiros pertence ao projeto que surgiu posteriormente, o projeto de Renda Renascença, intitulado como – Mulheres Rendeiras do Cariri Paraibano – Artesanato de Luxo têm ao todo quatro ramificações, D. Cecília participa do projeto sediado no sítio Vale das Aroeiras, gostaria de mapear os quatro grupos,

contabilizando ao todo quarenta rendeiras, no entanto, dois projetos deixaram de existir, como disse Sr.^a Camila: “estão suspensos, mas não acabaram”, proibindo as rendeiras de proferir o assustador nome “término”, até porque convenhamos dias atrás houve um grande bazar beneficente no Instagram do projeto que recebe o carinhoso nome de “filantrópico”, aos olhos de quem compra as peças leiloadas, estão fazendo uma caridade, as peças de Renda Renascença irão embelezar os salões por onde transita a elite, haja vista o exorbitante preços das peças vendidas por Sr.^a Camila Ferreira, somente membros pertencentes a elite conseguem obter vestuários requintados.

De acordo com Bebord (2003) o processo de sociabilidade vivenciado pelos indivíduos nas sociedades cujos padrões de produção são modernos, detém como característica fundante a sistemática acumulação de espetáculos e fingimentos, o autor chama atenção para a pseudo realidade comungada entre os sujeitos, a verdade é esvaziada, tornando-se apenas uma ilusão idílica, um objeto de contemplação, as mulheres e homens que compraram as roupas vendidas no último bazar beneficente, vestem consigo símbolos construídos através da exploração, o espetáculo humano não é um conjunto de imagens comprimidas em um âmbito humano, são acima de tudo, as relações sociais mediatizadas por imagens, estão usando, não apenas roupas, mas peças compradas de forma altruísta, ou seja, em uma sociedade marcada pela individualidade, como confere Bauman (2011), indivíduos que estão na contramão são raríssimos, todavia, a imagem vendida não confere com a realidade estabelecida, apresentando-se como um espetáculo humano de mentiras. Bebord (2003) afirma que o espetáculo é constituído através do modelo de vida socialmente dominante.

Retornando a entrevista, recordando o desencontro de palavras, D. Cecília não quis dizer a idade correta, facultado uma pequena discussão:

Ah! Faz muito tempo, comprava linha e ia costurando, faz 25 anos que trabalho na renda renascença, se fosse colocar corretamente eu diria que uns 35 anos, mas coloque só 25 anos.

Nesse momento D. Luísa interrompe sua irmã dizendo: mulher pode contar, ela não vai colocar na internet não!

Assustada D. Cecília pergunta para mim que estava de frente sentada juntamente com sua filha pequena, eu respondo que nenhum nome verídico será disponibilizado e que não irei expor isso na internet, afinal de contas um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) leva tempo até ser publicado em diferentes meios acadêmicos. D. Cecília surpreende-se ao ser revelado que suas fotos e Ana Maria (sua filha), em uma pesquisa prévia foram encontradas fotos de todas as rendeiras no site oficial do projeto. D. Cecilia afirma que caso for questionada sobre

a participação no projeto, irá negar devido à aposentadoria, como não há vínculos empregatícios, as rendeiras oficialmente são trabalhadoras na área de agricultura familiar. Em dado momento D. Cecília relatou que as doações efetuadas por D. Camila são derivadas de doações:

*Eu soube que partes das casas doadas são com dinheiro de pessoas que ajudam o projeto, ela não gasta nada nessas produções, nos bazares que ela realiza vende as peças mais baratas, porque disseram que o mercado está em crise e por isso que os outros dois projetos acabaram, os vestidos são muito caros. **Ela arrecadou tanto dinheiro nesse bazar, essas construções, ela não dá um real, sabe quem dá? Os ricos, os cantores famosos, ela nos faz de escravo e ainda diz que é um projeto social, mas pelo amor de Deus, não coloque meu nome viu, nossa senhora alguém saber que eu estou dizendo isso, preciso desse emprego. Só uma peça de roupa que vende tira todo o dinheiro que paga para as dez rendeiras, a líder ganha mil reais, ao todo são 11 mil reais que ela paga mensalmente, fora os materiais, porém os vestidos são vendidos a preços caros, então ela ganhou muito nesse negócio.***

Na comunidade de Lagoa Azul foram construídas casas para as rendeiras necessitadas, assim também como poços artesanais para promover a acessibilidade d'água na comunidade, embora a pesquisa realizada em 2017 e já citada neste documento apresente nítidas melhorias no setor agrícola, ainda não há a democratização do acesso à água. Em 2018 uma pesquisadora formada no âmbito da Agroecologia, levada por Sr.^a Camila na missão de indagar acerca das questões de miserabilidade na comunidade. Além da “pesquisadora social”, um Engenheiro acompanhava a equipe de Sr.^a Camila, evidenciando principais pontos para promover supostas modificações socioeconômicas na comunidade. No entanto, esse enredo apresenta-se falho e incoerente, por dois motivos, primeiramente os apoios financeiros não advêm da marca de Sr.^a Camila, em segundo lugar, os dados compilados nas entrevistas não foram disponibilizados no site oficial do projeto. Além disso, não há lista oficial de apoiadores do projeto, sendo todos os dados ocultados.

De acordo com Moraes (2018), o ramo da Renda Renascença no Nordeste Brasileiro é permeado por questões sociais, embora a presente autora não edifique sua discussão principal na relação entre produção de Renda Renascença e relações trabalhistas, é levantada a abordagem sobre o capitalismo predatório que existe no Nordeste, sendo embalado ainda sobre o pressuposto da Seca como causadora de todos os problemas sociais enfrentados pela região. Entretanto, Moraes (2018) adverte que há grandes empresárias da Renda Renascença, explorando a força de trabalho das artesãs e impossibilitando o escoamento das peças a preços justos, essa relação de exploração econômica e simbólica, haja vista a utilização de títulos que não correspondem à realidade empírica. O ato de “esconder” a localização é ocasionado como salienta Almeida (2011), pela escolha de localidades estratégicas que não estão sobre o bojo das fiscalizações, a comunidade rural é afastada proporcionando essa condição de exploração

e dependência. Embora a Renda Renascença seja visualizada pelo prisma de produção simbólica regional, é necessário salientar que a dimensão simbólica também é explorada como relata Avanici (2017), os símbolos culturais são vendidos, transfigurados em mercadorias.

Pergunte-lhe sobre o conhecimento que tinha a cerca da Alta Costura, a rendeira prontamente respondeu: “*Nam, eu não sei o que é Alta Costura, o que é?*”. Esse desconhecido em torno da distinção social e econômica da Alta Costura é um artifício utilizado no empreendimento de barateamento das peças, promovendo a alienação da realidade, quando os próprios sujeitos que estão envolvidos no processo, desconhecem os valores das mercadorias vendidas é mais fácil o papel de subordinação. Na entrevistada, D. Cecília detinha tamanha preocupação em ter sua identidade revelada por Sr.^a Camila Ferreira, devido ao vínculo que todas as rendeiras, exceto as aposentadas detêm como âmbito rural, todas têm carteiras de agricultoras, essa questão é explicitada a seguir:

A sorte de nos é que ela não representa a gente da Paraíba, senão estávamos lascadas, ela diz que moramos no estado do Alagoas, ela tem muitos processos jurídicos já, tanto que atualmente quem ajuda ela nesse processo é seu filho, já para encobrir essas coisas que ela faz por aqui, mas eu mesmo não quero meu nome divulgado em canto nenhum, mesmo sendo escrava.

D. Luísa questionou rindo fortemente, então quer dizer que somos escravas. No mesmo momento, D. Cecília aos risos respondeu: “*Sim!*”. Esse momento é permeado por um simbolismo imensurável, haja vista os risos ao despertar para a realidade “fria”, pela expressão D. Cecília ligou a problemática da Escravidão com as novelas que já tivera assistindo ao decorrer de sua vida, não se compreendendo dentro daquele universo de exploração, até porque não conseguiam ver similaridades, de fato, observadas de longe são mulheres que produzem Renda Renascença como uma distração temporária, no entanto, a aproximação releva traços que não correspondem as reais condições trabalhistas.

Almeida (2011) discute a dimensão do Trabalho Análogo ao Escravo por essa ótica, analisando as dificuldades inerentes na tipificação desta prática. Ao decorrer dos anos encobriu-se sobre outros nuances sociais, como por exemplo, “vestiu-se de projeto social”, nesse caso se apresenta como projeto que busca promover a equidade entre os indivíduos, assegurando-os condições de existência dignas. Em contra partida, Machado (2014), já elucidou como essas falácias fazem parte o imaginário social, a autora envereda sua análise por outro percurso e, por conseguinte, admitindo que a Escravidão Contemporânea, transverte de roupagens novas, mas suas práticas são similares, hoje dificilmente através de imposições físicas, mas através de dispositivos morais que coíbem principalmente a liberdade dos

indivíduos que se encontram nessa situação degradante. Essas condições caracterizam o Trabalho Análogo ao Escravo quando na íntegra:

Quadro 3 - Fundamentos do trabalho degradante

<p>1º Fundamento Biológico</p>	<ul style="list-style-type: none"> •O excesso de tempo de trabalho, decorrente de jornadas extensas ou sem as pausas adequadas, leva à fadiga física e psíquica, elevando significativamente o risco de acidentes de trabalho, de doenças profissionais e outras morbidades, fato cientificamente comprovado. Obviamente, a prática rotineira de horas extras maximiza o problema.
<p>2º Fundamento Econômico</p>	<ul style="list-style-type: none"> •Esse fundamento alicerça-se na crença de que as limitações impostas às jornadas de trabalho e à realização de horas extras se traduz numaumento de postos de trabalho, diminuindo o desemprego. A mecanização do trabalho iniciada com a Revolução Industrial, a par dos efeitos perniciosos à saúde dos trabalhadores, gerou outro efeito perverso: o desemprego estrutural, originado pela mecanização.
<p>3º Fundamento social</p>	<ul style="list-style-type: none"> •O outro fundamento importante para a limitação da jornada de trabalho tem caráter social, vinculado ao respeito à dignidade da pessoa humana e se traduz em dois aspectos: na garantia do direito ao trabalho e na garantia de um tempo livre destinado ao seu desenvolvimento pessoal e social.

Fonte: Machado (2014, p. 42- 43), esquema teórico autoral.

Analisando a presença da atitude de D. Cecília de cair aos risos escandalosos é resultado da inexistência de criticidade, D. Cecília não consegue visualizar a dimensão do termo “escravidão”, preocupando-se apenas com sua “ilusória aposentadoria”, todas as mulheres entrevistadas detêm como principal fonte de renda o Bolsa Família, sendo todas residentes da zona rural, oficialmente preferem ser relacionadas com a Agricultura, porque segundo suas perspectivas de mundo, a profissão de artesã não promove bases para a aposentadoria. Em 2017 houve um debate em torno da oficialização dos laços trabalhistas entre D. Camila e as rendeiras de Renda Renascença, o acordo previa que as rendeiras iriam receber o mesmo valor, ou seja, os 500, 00 reais, mas no contrato estaria previsto um salário mínimo, diante da incongruência e disparidade dos preços, a decisão unanime foi continuar sem estabelecer vínculos legais já que a vinculação não iria garantir melhores condições trabalhistas e o valor iria continuar o mesmo.

Almeida (2011) considera Trabalho Escravo quando há exploração da mão de obra para finalidade econômicas degradantes, a respeito da escravidão Figueira (2005) elenca quatro aspectos fundamentais -1º Nessa relação o indivíduo é tratado como uma mera mercadoria; 2º o indivíduo é submetido a uma relação desigual poder, onde o arrendatário detém uma totalidade de forças; 3º A vítima é geralmente alguém que não pertence à

localidade de exploração, ou seja, não há convívio social entre o explorador e o explorado; 4º Os proprietários de escravos tidos como temporários não tem criadouros de escravos.

Na comunidade rural de Lagoa Azul, no tocante a produção de Renda Renascença dessas quatro categorias, apenas uma não faz parte do universo de exploração, no que concerne a ideia do “estrangeirismo”, ou seja, onde o explorador desconhece as vítimas no processo de exploração, na presente comunidade Sr.^a Camila Ferreira Soares mantém uma “relação amigável”, no entanto, isso não confere dizer que não haja exploração, durante a pesquisa por muitas vezes tive que deixar claro que nenhum nome verdadeiro seria revelado, inclusive da proprietária oficial que produz peças de Renda Renascença de Alta Costura, esse silenciamento ocorre pela divisão desigual de poder entre a figura da Patroa/Rendeiras²³ Trabalhadeiras, nas palavras ao ser questionada sobre as longas jornadas de trabalho:

Cada uma recebia em torno de 500,00 reais, cada novelo de linha tinha valor econômico de aproximadamente 100,00 reais, representando um avanço, embora tivéssemos que produzir 1/3 por semana o que tornava o trabalho extenso e sem folga, tínhamos apenas 28 dias para produzir a metade de uma blusa ou saia, tínhamos que trabalhar todos os dias, das 7:00 horas da manhã as 12:00 horas, depois das 14:00 às 17:00 horas e para finalizar ainda trabalhava a noite, das 18:00 horas às 21:00 horas, sem contar os sábados e domingos onde trabalhei muitas vezes para terminar o serviço apressado, fazia “cerão²⁴” com outras rendeiras para tentar terminar o trabalho a tempo, nem todo mundo consegue terminar, soube que Maria Vanessa entregou o Renascença, porque no dia do enterro de um familiar teve que trabalhar exaustivamente e isso fez ela entregar o serviço por não aguentar trabalhar tanto.

Conforme Silva (2010), a coerção exercida sobre o trabalho pode ser edificada dentro de diferentes óticas, não apenas dentro de parâmetros de restrição física, mas sim dentro de sistemas morais, como ocorre por dívida, na comunidade de Lagoa Azul é possível ver essa relação quando os indivíduos recebem as “bem feitorias” em seus lares, realizando assim, nessa perspectiva, uma dívida moral, Durkheim (1999) afirma que a funcionalidade da sociedade depende de um sistema moral de crenças, constituídas com a finalidade de inibir características que venham a degradar o escopo social, na comunidade de Lagoa Azul a partir do momento que dentro do grupo constituído por dez mulheres iniciou-se o processo de disputa por poder, houve o desregulamento social, afirmando-se como um possível entrave para a Sr.^a Camila, que ao ter conhecimento das discussões encontrou visíveis entraves para a continuidade do projeto, haja vista os rumores de reivindicação por parte das rendeiras quanto aos expedientes degradantes de trabalho.

²³ Geralmente as mulheres utilizam a expressão Dona da Renda ou Dona Camila, não utilizam a palavra Patroa, isso ocorre por não existir vínculos legais empregatícios. Entrevista cedida em 13.09.2019.

²⁴ “Cerão” é a palavra utilizada pelas rendeiras para designar o trabalho realizado na madrugada, inúmeras vezes presenciei familiares meus trabalhando até 02h00min horas da madrugada e acordando em torno de 05:00 horas da manhã para terminar as peças de Renda Renascença no tempo.

De acordo com Almeida (2011), a escravidão não atinge simplesmente os adultos, o grande capital nutre suas forças produtivas como um “chupa-cabra”²⁵ sugando o sangue dos seres humanos em condição de vulnerabilidade, dentro dessa ótica são arrastados pela correnteza, assim como acontecia no século XIX, no apogeu da Revolução Industrial, crianças eram submetidas as jornadas de trabalho sub humanas, caracterizadas por condições insalubres, essa realidade também permeia a produção de Renda Renascença, muitas rendeiras iniciam a profissão ainda crianças, por volta da tenra idade, entre os 7 e 8 anos de idade, segundo os dados da pesquisa realizada, essa precocidade ocorre devido as dificuldades econômicas, muitas meninas começam trabalhar para ajudar na renda mensal da residência e, posteriormente, na adolescência para comprar roupas e outros utensílios básicos.

A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), averiguadas na Constituição Federal de 1988, asseguram direitos aos trabalhos, prometendo jornada de trabalho, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, férias, entre outros. Tais parâmetros estão dispostos nos Art. 1º e 2º:

Art. 2º - Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.

Art. 3º - Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário (BRASIL, CLT, 1943).

No entanto, apesar das medidas constitucionais de combate as jornadas de trabalho dentro da ilegalidade, ainda há empresas que infringem às regras. Ao observar o projeto: *“Mulheres Rendeiras do Cariri Paraibano: Artesanato de Luxo”*. Encontramos essa problemática disposta, porém é necessário salientar que é um projeto assistencialista privado, ou seja, as rendas produzidas não são ligadas com a empresa de Sr.^a Camila, mas sim um projeto social realizado pela empresa na promoção da equidade social e empoderamento feminino. Ou seja, é uma atividade ligada mais ao terceiro setor, que detém como função a participação da sociedade civil na resolução de problemas sociais, isto é – não contraindo a participação do Estado que ainda deve ser responsável pela promoção demandas sociais.

Na tentativa de compreender a relação entre o Terceiro Setor e a sociedade civil é necessário realizar uma retrospectiva histórica. Conforme Carvalho (2006), o surgimento do Terceiro Setor no Brasil é demarcado historicamente por acontecimentos em escala global, como por exemplo, a I Guerra Mundial e a II Guerra Mundial, o século XX é considerado

²⁵ Figura mitologia que suga os sangues dos animais.

nessa perspectiva, um século “sangrento”, onde inúmeras catástrofes ampliaram as desigualdades sociais, possibilitando assim, os debates que culminaram na formação do Terceiro Setor, as pautas em seus primórdios estavam direcionadas para a assistência social, saúde e educação. Durante as grandes Guerras Mundiais, essas ações de ordem humanitárias, cujos fins eram filantrópicos, foram denominadas de associações voluntárias que serviam basicamente para disponibilizar ajuda humanitária para os indivíduos que tinham sofrido com os resquícios das guerras e estavam em situação de vulnerabilidade econômica.

O terceiro Setor conforme Korten (1990) reúne quatro diferentes formas organizacionais: voluntárias, cuja edificação consiste numa missão social orientada por um comprometimento; contratadas de serviço público, cujo funcionamento tem basicamente como empreendimentos sem fins lucrativos, mas de orientação mercantil, com propósitos públicos; organizações populares, que representam os interesses dos membros, tem um viés liderança, ou seja, detém a presença do líder, no geral, são autossustentáveis; e as “gongos” (do inglês, “governmental NGOs”), ou “ONGs governamentais”, que são criadas por governos e servem para vários objetivos de política pública, no Brasil as ONGs são orientadas para questões sociais relacionadas ao subdesenvolvimento e miserabilidade econômica de classes sociais abastadas.

No Brasil, segundo Fischer (2002), o Terceiro Setor é ampliado durante o Governo de Getúlio Vargas, as medidas governamentais ampliaram o apoio às organizações sem fins lucrativos, esse apoio estava direcionado ao desenvolvimento de políticas públicas para diminuir as desigualdades sociais. Em 1938, é criado o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), nesse momento foram outorgados subsídios governamentais.

Outro momento importante ocorre em 1980, o cenário se torna relevante pela diminuição da participação estatal nas questões de ordenamento social, ou seja, as medidas governamentais detém uma diminuição quanto à temática das desigualdades sociais, atribuído ao Terceiro Setor parte dessa responsabilidade. No entanto, Schwartz (1996), salienta que o Terceiro Setor é demasiadamente confundido conceitualmente, isto ocorre pela escassez de informação e conhecimento das atribuições concebidas ao Terceiro Setor.

Orienta Shawartz (1996), que esse novo setor não detém com finalidade de substituição das demandas estatais, ou seja, o Terceiro Setor não surge em detrimento de fornecimento de serviços públicos, a responsabilidade social advém ainda do Estado, neste aspecto, o Terceiro Setor, chamando também como departamento da sociedade civil detém uma função de auxiliador na diminuição das desigualdades sociais, todavia, como Telles (1999), discute a problemática da consolidação dos direitos sociais como impedimento da

concretude da efetividade do Terceiro Setor na amplitude de suas demandas e, respectivamente, das ações sociais desenvolvidas pelo mesmo.

É importante salientar que a partir da década de 1990, após várias crises do grande capital e principalmente o vislumbre das sociedades industrializadas sobre o setor de controle social e promoção do estado de bem estar social. O Brasil vivenciou a partir da década de 1990, uma mudança de perspectiva, visto que diante das restrições fiscais e ao mesmo tempo das pressões ocorridas mediante ao cenário político mundial, que inseria na gestão pública políticas mais universais e de qualidade, que tivessem compromisso com a eficiência.

Na década de 1990, houve nítida reformulação do aparelho administrativo estatal, o movimento que proporcionou essa mudança é chamado de Nova Gestão Pública ou New Public Management, que evidenciava mecanismos de gestão oriundos da iniciativa privada na administração pública governamental, esses mecanismo acentuavam a questão da própria avaliação de políticas públicas, nesse momento também ampliasse a discussão sobre a responsabilidade social atribuída ao Terceiro Setor, no entanto, como já discutido anteriormente por Telles (1996), tem-se um deslocamento de perspectiva, ou seja, o Estado passa uma carga de responsabilidade ao Terceiro Setor e não colabora com nítidos incentivos para essa concretização ser efetuada.

O Terceiro Setor conforme Montañó (2010) detém alguns entraves quando a arrecadação de recursos para fomento dos projetos, isso acontece segundo sua ótica a partir de uma perspectiva “conservadora” que não consegue visualiza as perspectivas progressistas que buscam compreender o capitalismo de uma maneira diferente, ou seja, uma concepção atrelada às questões humanitárias de desenvolvimento social. Na íntegra o autor discute sobre esse prisma analítico:

A diferença está em que os primeiros, a tendência conservadora, mais inspirada nos princípios liberais e neoliberais, querem como âmbito regulador das relações sociais o mercado; entretanto, a “intenção progressista” visa a sociedade civil (o “terceiro setor”) como espaço privilegiado de interação entre indivíduos, associações, etc., colocando “o mercado, e sua lógica de concorrência, como espaço e mecanismo de regulação social”. (MONTAÑO, 2010, p. 62)

Convém enaltecer que de acordo com a Lei nº 13.019/14, que estabelece que haja parcerias entre a administração pública e as organizações que permeiam a sociedade civil, essa relação deve ser de mútua cooperação, cujas finalidades sejam conduzidas por interesses públicos e recíprocos, ou seja, pensadas em direitos sociais que devem ser disponibilizados através da ideia do “bem comum”, desprendidos de visões individualistas. Essa Lei estabelece

que essa relação entre administração pública e Terceiro Setor aconteça através de cinco tipos de contratos – Convênios, Termos de parceria, Contratos de Gestão, Termos de Fomento e de Colaboração e Acordos de Cooperação ou de Fomento. Outro problema também enfrentado na captação de recursos diz respeito à burocratização, os acordos entre a iniciativa pública e o ordenamento privado geram problemáticas de forma intensiva, haja vista a própria burocracia dos acordos.

No entanto, segundo Fischer (2002) as parcerias entre Terceiro Setor e a iniciativa privada devem ser gerenciadas de forma avaliativa, isto é, as próprias organizações que estão inseridas no Terceiro Setor devem avaliar as instituições privadas que querem prestar serviços ou até mesmo injetar recursos em projetos, a fim de verificar a congruência, visto que já que os projetos são direcionados ao social, haverá inúmeras empresas que estão fora do perfil adotado pelo Terceiro Setor. Sr.^a Camila Ferreira para efetuar a captação de recursos para o projeto, utiliza de fortes propagandas demonstrando a miserabilidade do nordeste, aliada ainda com preposições assentadas na Indústria da Seca.

As estiagens e as migrações sazonais sertanejas são eventos de bastante ocorrência e tradição no Nordeste do Brasil, no entanto, as desigualdades sociais que ainda persistem sobre as sociedades e suas relações cotidianas, assim como suas representações transformam essas ocorrências em verdadeiras catástrofes que por meio do substrato natural, são construídas a seca e a retirância (MATOS, 2012). Na tentativa de combate à seca diversos governos têm tentado colocar em prática ideias de transferência de grandes corpos de água de regiões com maior disponibilidade para regiões menos disponibilidade. O processo tem gerado opiniões divergentes em várias áreas e grupos profissionais e sociais, como a administração pública a utilizadores, especialistas, populações e movimentos cívicos por estar em questão à degradação dos ecossistemas, a redução de caudais, a utilização intensiva de água e o desfavorecimento de algumas comunidades, e tal assunto toma maior debate quando se fala em mudança climática, o crescimento populacional e o adiar de soluções para o saneamento básico.

Considera-se a seca o elemento central e patrimonial das questões climáticas e simbólicas do Nordeste por afetar as atividades econômicas e o cotidiano das comunidades (FERREIRA e FIGUEIREDO, 2017). No Nordeste brasileiro a temática transposição de água de uma região para outra assume maior centralidade por estar em causa à seca que tradicionalmente afeta a vasta região semiárido. De acordo com Meneses (2018), embora as alegorias do coronelismo não estejam dispostas na esfera social de forma tão contundente como em outrora, há um processo de continuidade dessa prática, utilizada sobre outras formas

sociais. Dessa forma, a problemática da Indústria da Seca ainda é elucidada no setor do campesinato brasileiro, principalmente quando determinado empresário rural visualiza potencial de exploração de determinada comunidade.

O agravamento da seca e o avanço de desertificação no Semiárido brasileiro impactam diretamente na biodiversidade da Caatinga, na agricultura, na saúde das pessoas e em toda a economia da região e por estes fatores é provável que mais uma vez, numa escala imprevisível, a seca provocará êxodo das populações, agravando os problemas das localidades de destino dessas pessoas (MARENGO, 2010 e 2016; GUTIÉRREZ, 2014). A resposta ao problema tem sido essencialmente de cima para baixo dentro do âmbito Político, primeiro com a União e depois os Estados, a coordenação das medidas nas suas várias dimensões, procurando fazer chegar a água onde é necessário e compensando com medidas de apoio social às famílias (FERREIRA e FIGUEIREDO, 2017).

A atuação do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) ao longo de dez décadas reflete os conflitos e interesses e as várias formas de se enxergar e opinar acerca do fenômeno das secas no semiárido nordestino, acima disso, revela todo o aglomerado de relações sociais estabelecidas durante séculos, sendo assim, é compreensível que o órgão do Estado tenha permanecido sob o controle dos poderosos locais, enriquecidos com os benefícios advindos da “indústria da seca”, o que torna visível os verdadeiros empresários da desgraça, beneficiados pela força das oligarquias na República Velha que acabaram por se acomodarem aos dois prolongados períodos ditatoriais do século XX e, sobretudo, regatearam e ratearam cargos e obras dos órgãos federais, entre cujas vítimas está o DNOCS (POMPONET, 2009). Essa é uma temática que exige cada vez mais aprofundamento, principalmente a medida em que as construções imagéticas acerca do semiárido ainda denotam o atraso e a presença da submissão aos interesses e ações vindas do sul (MENEZES e OLIVEIRA, 2017).

A escassez de água e a falta de gestão dos recursos hídricos existentes evidenciam uma necessidade emergente de revisão das políticas públicas implementadas no Nordeste para solucionar os problemas com falta de água, da necessidade de articulação nos diversos setores da sociedade para que seja possível superar os diversos paradigmas que solidificam e se constroem ao longo das décadas, se for levado em consideração as ações de cunho emergencial e governamental em relação as secas no Nordeste desde o período imperial (MENEZES e OLIVEIRA, 2017).

Contrariando toda a evolução dos últimos anos, entretanto, a crença no “combate” à seca com obras e retenção artificial de água permanece viva, como atesta a transposição das

águas do Rio São Francisco, obra que vai beneficiar o agronegócio da fruticultura irrigada, protegido sob o manto da iniciativa louvável de levar água a 12 milhões de pessoas. Como presente por seu centenário, porém, parece que dessa vez o DNOCS vai ficar de fora (POMPONET, 2009). O ciclo de seminários sobre Seca e Gestão de Recursos Hídricos no Nordeste Brasileiro, organizados pelo SEMAPA (Socioeconomia do Meio Ambiente e Política Ambiental), assume esse objetivo de convocar as comunidades para integrar saberes e responsáveis pela gestão da água e da seca no estado do Rio Grande do Norte, propondo uma leitura a partir das políticas públicas e de conceitos dentro do campo das Ciências Sociais, sempre dialogando com as engenharias e todas as áreas do saber em articulação com o que acontece fora da academia e tem impacto sobre os cidadãos (FERREIRA e FIGUEIREDO, 2016).

As políticas públicas e outras iniciativas que venham a ser colocadas em prática na convivência com o Semiárido devem levar em consideração não somente as respostas com base nas tecnologias e infraestruturação do território, mas igualmente as dinâmicas do território e os fatores sociais, culturais e ambientais que atuam sobre a região. Aqui se inclui a vulnerabilidade das populações, a necessidade de uma visão sobre os ecossistemas que integre os diferentes usos do território, incluindo a caatinga e os usos agrícolas, assim como as dinâmicas inerentes aos usos e gestão dos recursos hídricos nas pressões e conflitos a que se vê sujeito, no que podemos nomear como a governança da seca (FERREIRA e FIGUEIREDO, 2017).

Embora as iniciativas promovidas por Sr.^a Camila estejam edificadas nesse pressuposto, é nítido que seus interesses não dialogam com as bases que compõem o Terceiro Setor. Além disso, sendo apenas uma legitimação de “fachada”, conduzida pelos interesses de Sr.^a Camila em oficializar os laços, haja vista sua quantidade de processos judiciais de Trabalho Análogo ao Escravo. Embora não possa expor os inúmeros processos jurídicos já enfrentados pela empresária, isso pelo compromisso em resguardar a integridade moral das mulheres da comunidade, é importante delinear que não é um caso isolado e a produção de Renda Renascença desde os primórdios foi predatória, como saliente Silva (2013) e como está disposto na seção II – “O Surgimento da Alta Costura: Corpo e Arte”.

D. Cecília relata que sua principal fonte de renda econômica advém de programas sociais, por exemplo, O Bolsa Família. Embora programas sociais sejam importantíssimos para população brasileira, o percurso de consolidação da equidade social ainda é longínquo. Silva (2010) salienta que esses programas inserem as camadas sociais de poder aquisitivo baixo no mercado de consumo, no entanto, isso não acarreta afirmar a efetiva integração

desses indivíduos na sociedade. As famílias que são beneficiadas devem seguir os requisitos descritos pela autora abaixo:

Propõe-se a proteger o grupo familiar, com atendimento de famílias extremamente pobres, com renda *per capita* mensal de até R\$ 70 com qualquer composição, e famílias pobres, com renda *per capita* mensal entre R\$ 70 a R\$ 140 desde que tenham gestantes, nutrizes, ou crianças e adolescentes entre 0 a 17 anos. As famílias extremamente pobres recebem um benefício básico de R\$ 68 podendo receber um benefício variável de mais R\$ 22 por cada filho de até 15 anos de idade, até três filhos. O Bolsa Família propõe articular a transferência monetária a ações complementares mediante articulação com outros programas de natureza estruturante, com destaque para a educação, saúde e trabalho (SILVA, 2010, p.159).

Segundo Giddens (2007) a Revolução do Conhecimento que propiciou o surgimento da indústria do conhecimento e das novas redes de telecomunicações, alterando a maneira pela qual os indivíduos se comunicam e estabelecem suas conexões de poder. Conforme Giddens (2007), o processo de globalização traz a emergência de profundas mudanças na vida cotidiana das pessoas, essas modificações também influenciam de forma profunda os setores políticos, demonstrando que diante da complexibilidade o escopo social necessita de uma alternativa que corresponda aos anseios da sociedade. As bases da teoria da Terceira Via do autor é promover uma sociedade onde os direitos sociais e políticos estejam consolidados, assim também como os indivíduos possam ter poder de decisão nas esferas de poder. Ao observamos a realidade estudada, verificamos uma incongruência, apesar do século XXI ser marcado por inúmeras invenções tecnológicas, ainda há em países com economias satelizadas como é o caso do Brasil em que os indivíduos são compelidos a conviverem constantemente com essa dicotomia entre modernidade e atraso.

A sociedade civil não está isento dos processos mais amplos de modernização. Por exemplo, o papel do governo é ofertar oportunidades de mobilidade e diversidade de associações entre os diversos grupos, reestruturando e promovendo a modernização da sociedade civil, a Terceira Via, acaba sendo uma alternativa viável por suas propostas condizentes com os interesses da sociedade civil, edificados principalmente na mudança de paradigma, onde não haja a sobreposição do mercado econômico sobre o estado e, sendo assim, ambos possam conviver. Outro ponto também importante na visão de Giddens (2007) é a necessidade de compreender que a sociedade deve ser edificada em direitos e deveres, o estado deve promover esse suporte aos indivíduos, promovendo uma formação política que possa auxiliar no processo de formação, permitindo que todos saibam agir socialmente, lutem pelos direitos e sejam autônomos em suas decisões. Essa concepção também é adotada por Silva que afirma que:

São políticas e programas que têm, até, incluído pessoas nos processos econômicos de produção e de consumo. Contudo, é uma integração da pobreza e da indigência de modo marginal e precário, criando um segmento de indigentes ou de pobres “integrados”, mantidos na situação de mera reprodução (SILVA, 2010, p. 161).

Apesar de discutir os aspectos de fragilidade do Bolsa Família é inegável seus avanços para o Brasil, sendo considerado um importante mecanismo de diminuição dos alargamentos sociais, promovendo a redistribuição de renda na sociedade que desde o período colonial detém a presença da desigualdade.

5.1 “Não importa ser escrava dos infernos, quero saber se estou trabalhando”: escravidão e irracionalidade – entre as lágrimas e o desamparo do grande capital

Tecendo nas trilhas da exploração
Dançando sobre as fábricas e mansões
O preço da riqueza é a subordinação
Sujeitar o “outro” em condições de escravidão
As mãos sangrando ao preço do ouro do patrão
Vestidas de farrapos no teatro da servidão
Rostos cobertos no véu da escuridão
Mulheres “indigentes” buscando solução
A boca entreaberta com fome espera
As migalhas da salvação.²⁶

“Pode ser escravo dos infernos, quero saber se estou trabalhando”. Essa frase foi dita dia 2 de Maio de 2019, após do projeto mulheres Rendeiras do Cariri Paraibano sede Lagoa Azul ter chegado ao fim. O último serviço recebido pelas rendeiras foi no mês de dezembro de 2018, no entanto, até o mês de Maio de 2019 as mulheres detinham esperanças do retorno súbito do projeto, que acabou não acontecendo. D. Luísa estava tão atordoada e preocupada que não conseguia refletir sobre as próprias palavras que salteados na sua boca palavras preocupadas angustiadas, uma mistura de desolação aparecia por trás do seu olhar morto e cansado. Segundo D. Luísa seu sono tinha cessado devido à situação econômica atual que se encontrava, o projeto representa o pilar central da econômica familiar, ao ver essa aparente estabilidade se esvair suas esperanças de desfaziam como espumas de um mar turbulento na tarde de uma sexta feira de maré alta.

Sentada em um batente velho, Dona Luísa cabisbaixa refletia sobre como seria sua vida sem o projeto, as lágrimas banhavam sua face da mesma forma que as agulhas furavam seus dedos, embora tivesse dito muitas vezes que o seu maior desejo era um dia sair do projeto justamente pelas longas jornadas de trabalho e reuniões humilhantes, Dona Luíza jamais fizera ideia do quanto se sentiria desamparada ao término do projeto, a testa franzida

²⁶ Poema Autoral.

simbolizava desamparo, medo perante o futuro, futuro que se abriu como um abismo cuja profundidade era incapaz de ser mensurada, a insegurança diante do desconhecido pairava aquele olhar disperso, D. Luísa comprimia seus ombros para baixo, era visível que internamente estava se contorcendo de dor, em reação ao desamparo que estava vivenciando, buscava encontrar culpados, em suas palavras:

Sem o projeto como vou sobreviver? Agora quero saber como vou comprar as coisas que comprava antes, todas nós vamos se “danar de fome”, é claro quem tem sua aposentadoria ainda vai sobreviver e nós que só o que tínhamos era esse serviço? Esse projeto acabou por causa daquela miserável líder que só pensava nela, foram contar para D. Camila Ferreira os fuxicos que estavam rodando o projeto, ela decerto ficaram com medo de ser denunciada e resolveu acabar o projeto.

Enquanto pesquisadora observava a situação de longe, não sabia ao certo como abordar alguém diante de tamanha frustração, um misto de raiva e tristeza também engendrava minhas entranhas, dormi pouco aquela noite pensando de que forma poderia ajudar a comunidade, no entanto, o sigilo social sempre foi um entrave imperado na minha pesquisa. Nesse momento da pesquisa tive que pausar as idas a campo, as mulheres não queriam participar das entrevistas em decorrência da expectativa de retornar ao projeto e uma das condições é sobre hipótese alguma discorrer sobre as intempéries compartilhadas durante a vigência do respectivo projeto. Meses depois, após decidir que deveria pesquisar tal temática e similarmente o alargamento do gargalho de pesquisa, já que decidi também mapear a realidade de Poção-PE, adentrei novamente no campo, nos anos de 2016 e 2017 observava todas as discussões internas do grupo, as questões problemáticas derivadas da convivência caótica, porém os acontecimentos eram tão desconfortantes que sequer conseguia transcrever no papel.

Em caráter recordativo em 2017 resolvi ir a uma reunião aprender alguns pontos de Renda Renascença, as paredes do grupo antigo estavam descascando, o ambiente era minúsculo, proporcionando uma sensação térmica desconfortante, o suor pingava sobre todas as faces, inclusive a minha, as mulheres levantavam constantemente para perguntar para líder se os pontos de renda estavam adequados. Nesse dia eu fui tentar aprender pelo menos pontos simples como dois amarrados, porém minhas habilidades não emergiram de forma eficiente, no entanto, o incomodo que me fez retornar para casa da minha avó que fica no sítio foi referente à hostilidade do ambiente, ninguém estava disposto a ensinar.

Cada rendeira cuidava simplesmente de si, um caráter individual pairava aquele local, dando entornos que as relações sociais ali eram inconciliáveis, meramente por necessidade e “cordialidade forçada”, até mesmo os presentes trocados no dia do aniversário eram forçados,

ligadas por códigos de trocas simbólicas, dissociadas de afetividade. Retornando para o campo de pesquisa no início do mês de outubro de 2019, continuei questionando sobre a importância da Renda Renascença nas atividades econômicas da comunidade. Como já supracitado D. Cecília visualizava o Bolsa Família como indispensável para o fortalecimento da renda, isso também ocorre na vida de D. Luísa que durante toda entrevista enaltece a importância do programa assistencialista em sua vida:

Primeiro o Bolsa Família e depois a Renda Renascença, na minha casa reside quatro pessoas, incluindo eu, fazia parte do projeto cerca de dez mulheres em cada grupo, o nosso “Mulheres Rendeiras do Cariri Paraibano – Artesanato de Luxo”, dez mulheres trabalhavam, cada uma recebia em torno de 500,00 reais, cada novelo de linha tinha valor econômico de aproximadamente 100,00 reais, representando um avanço, embora tivéssemos que produzir 1/3 por semana o que tornava o trabalho extenso e sem folga, tínhamos apenas 28 dias para produzir a metade de uma blusa ou saia (grifo nosso).

D. Luísa afirma que sua segunda fonte de renda advém da produção de Renda Renascença, essa relação também é visível no ponto posterior - *Andarilha na Capital da Renda Renascença: Entre Fábricas e Rendas*, onde todas as rendeiras relatam serem residentes da cidade de Poção- PE e na Zona Rural. A Renda Renascença é tida como fonte secundária, ficando atrás do Bolsa Família e aposentadoria, já que o número de pessoas trabalhando com Renda Renascença depois da aposentadoria foi relativamente alto. Na entrevista também se torna visível às longas jornadas de trabalho que ocorrem devido a inexistência de contratos legais, impossibilita que as mulheres que participam do projeto, reivindiquem seus direitos em prol de melhorias salariais e condições adequadas de trabalho, legalmente não há nenhuma documento que oficialize a realização do projeto, constituindo assim, vínculos líquidos de trabalho.

A Constituição de 1998, inspirada na Declaração Universal dos Direitos Humanos descreve em seu artigo 1º, inciso III, que a dignidade da pessoa humana será fundamental em um estado democrático de direito, prosseguindo é declarado no Artigo 5º, inciso III, que nenhum indivíduo deve estar submetido a procedimento de tortura, tratamento desumano ou degradante. De acordo com Marx (2010), outro fator para entender as desigualdades efetuadas pela presença irregular da distribuição do grande capital, é a remuneração, a correlação de forças entre a classe trabalhadora e a burguesia, proporciona diferenças exorbitantes nos salários, o lucro sobre aquilo que é produzido imensamente maior por a parte recebida pela classe operária. Ao analisar essa relação intrinsecamente semelhante na produção de peças de renascença pela alta costura, é visível a disparidade. Neste princípio torna-se nítido que D. Luísa e as demais rendeiras participantes no projeto, recebem um valor inferior ao seu custo

de produção, isso é uma característica da correlação de forças entre as classes sociais, a burguesia oferta um valor inferior pelo trabalho realizado.

Na visão de Marx (2010) a partir do momento que o homem utiliza um determinado material da natureza transformando em algo, nesse processo há a presença do trabalho humano, as sociedades industriais ocorrem no processo de produção das mercadorias, ou seja, nessa relação entre o trabalhador e os procedimentos de fabricação, na elaboração de peças de Renda Renascença o conceito que se aplica é a mais-valia absoluta quando o empregador no caso Sr.^a Camila impõe a fabricação de peças excedentes de Renda Renascença para obter maior lucro sobre a produção, exigindo longas jornadas de trabalho, a mais-valia relativa não é possível nesse processo, haja vista que o trabalho de Renda Renascença é feito manualmente, ou seja, não há a expropriação dos meios de produção, as rendeiras conhecem todos os procedimentos para a composição de uma peça. Estima-se conforme as entrevistadas que há a necessidade de dez mãos para produzir apenas uma peça de Renda Renascença, no entanto, apesar de haver esses compartimentos as rendeiras-mestres conhecem o percurso, o que ocorre na maioria das vezes são as habilidades de cada rendeira, cada uma desempenha uma função que melhor se enquadra no processo, isso também ocorre com os pontos de renda que são construídos com auxílios de rendeiras como maior domínio em determinado ponto típico doam ensinamentos ou cobram pela confecção.

Segundo Marx (2010), o trabalho não é mais realizado por um artesão que detém os meios de produção, ou seja, a questão procedimental do processo completo foi modificada através da industrialização, embora as mulheres da associação de Rendeiras saibam todo o processo de produção e, respectivamente, os vestidos são feitos de forma artesanal e exclusiva, isso não possibilita a valorização da mão-de-obra, isso ocorre pelas novas formas de exploração pós-modernas, constituídas principalmente, conforme Bauman (2008), na flexibilização das leis trabalhistas e no descarte de operários, o refugo humano, como o autor intitula essas relações pós-modernas e degradantes de expropriação dos meios de produção no trabalho. As mulheres são submetidas ao barateamento dos produtos confeccionados em detrimento das altas taxas de desemprego e, respectivamente, das condições estruturais da sociedade, segundo Cortez e Souza (2008), as mulheres constituem um grupo de vulnerabilidade econômica em consequências das desigualdades de gênero, neste aspecto, a remuneração pelo labor é desvalorizado de forma profunda e nitidamente essa relação causa uma dependência econômica e simbólica, visto que essa é a única renda que várias mulheres detêm, vejamos a seguir essa relação:

Conforme afirma Schernovski (2014), a ocorrência desses fatores corrobora para a desvalorização do trabalho e das pessoas, in verbis: “A escravidão está inteiramente reproduzida pelas atuais condições da economia – desemprego tecnológico, crescimento das migrações e redução ao absurdo da remuneração de atividades tradicionais, geralmente tecnologicamente atrasadas (SILVA, SILQUEIRA, 2018, p.223). Outro ponto que também deve ser ressaltada é o abandono das políticas públicas de seguridade social.

Na visão de Leonardo Secchi (2012), uma das fases do ciclo de políticas públicas (policycle) é a visualização do problema na esfera social, neste aspecto, o primeiro ponto da análise da trajetória é visualizar o percurso da problemática e, respectivamente, os motivos que são causadores ou atenuantes da questão em debate, nesse ponto, é visível existência uma problemática preocupante, no entanto, não há projetos governamentais que incentivem a produção da Renda Renascença de forma autônoma ou através de associações que busquem de fato a melhoria do grupo, temos no Brasil iniciativas públicas que não politizam os indivíduos para construção de sua autonomia economia e cidadã.

Após alguns dias voltei na casa de D. Luísa e perguntei como era sua relação com líder do projeto, sua resposta foi demorada a partir de muita reflexão, o receio era uma marca do seu olhar, sempre nervoso e desviante, não conseguia manter conversas fixas, um pouco nervosa, fala sempre meias palavras, mas a raiva que sentia pela líder do projeto transparecia em todos os momentos da entrevista, tanto que ao questionar: Como era sua relação com a líder do projeto? Em primeiro momento D. Luísa disse que a Líder Maria de Fátima tratava todo mundo bem, reclamando apenas sobre alguns pontos como disposto a seguir:

Nada, durante a vigência do projeto Maria de Fátima (Líder do Projeto), falava sobre as Rendas que ficavam imperfeitas, algumas mulheres já choraram nas reuniões porque não sabiam fazer os pontos de forma correta, sofrendo reclamações na frente das demais rendeiras, ela sempre dizia: “isso daqui está errado e todo mês eu reclamo e vocês fazem errado”; em dado momento uma rendeira ao fazer o caseado mal feito chorou depois de sofrer reclamações, D. Maria de Fátima também sofria pressão da dona da Renda, a Sr.^a Camila Ferreira Soares, não aceitava Rendas feitas de forma despadronizada, prezando sempre por peças feitas com requinte e perfeição. No projeto também havia competição pela produtividade, a líder Maria de Fátima e Maria Tamires tinha uma relação de conflito constante visível nas reuniões onde os quatro grupos de Renda Renascença se encontravam em datas especiais, por exemplo, o Natal onde Sr.^a Camila Ferreira Soares vinha trazendo presentes, Maria de Fátima queria ganhar o respeito de Sr.^a Camila Ferreira através do maior índice de fabricação, ou seja, produzir mais com menor quantidade de linha, isso na época causou uma grande polêmica. (grifo nosso)

Esses presentes “doados” por Sr.^a Camila representam a constituição de vínculos simbólicos, transformando a questão ainda mais problemática e, promovendo, o silêncio através de migalhas recebidas em forma de benesse, geralmente durante os encontros, as

rendeiras recebem inúmeras “lembrancinhas”, chegando a receber em dados momentos presentes caros, doados por grandes lojas que patrocinam o projeto, essas empresas disponibilizam utensílios como: roupas, joias, óculos de sol, eletrodomésticos, utensílios de cozinha, entre outros. Há anualmente ou semestralmente reuniões para discutir os avanços e retrocessos no projeto, onde a equipe de Sr.^a Camila está presente filmando todos os acontecimentos, D. Luísa relata que em diversos encontros as rendeiras relatam as melhorias do projeto em sua vida, afirmando que Camila representou – “Salvação”, relatos permeados por lágrimas tornam as reuniões um verdadeiro espetáculo, tornando a figura de Sr.^a Camila indispensável e messiânica.

No entanto, muitas das frases ditas são combinadas de forma prévia, algumas rendeiras são aconselhadas a chorar publicamente ao discorrer sobre as conquistas efetuadas em decorrência da inserção no projeto, em nenhum momento essas reuniões chegam a problematizar as discussões de sociabilidade e enfrentamento nos grupos e, por conseguinte, as relações de trabalho. A produção de vínculos simbólicos é intencional, promovendo a constituição de ligamentos indissolúveis, as construções realizadas por Sr.^a Camila demonstram que as peças de Renda Renascença fabricadas pelas rendeiras jamais poderiam pagar suas benfeitorias na comunidade de Lagoa Azul. Nas inúmeras filmagens são apresentadas narrativas enaltecendo os problemas enfrentados pela comunidade de Lagoa Azul, principalmente quanto a dificuldade do acesso a água potável, Sr.^a Camila Ferreira usa as descrições das rendeiras para trazer a questão da Seca, sendo o principal problema exposto no site oficial do Projeto, isso é uma estratégia de sensibilização para as empresas, empresários, artistas, entre outros se sentirem compelidos a ajudar.

5.2 O princípio da reciprocidade – trabalho e simbolismo

Conforme as análises efetuadas por Mauss (2003) ao vislumbrar as sociedades primitivas espalhadas por diferentes partes do globo terrestre, existe um princípio regulador intrínseco inconscientemente nas relações humanas, caracterizado pela tríade: dar, receber e retribuir, a reciprocidade é uma regra universal existente na teoria total de Marcel Mauss. É sabido que a antropologia e etnologia fomentada pelos autores franceses buscam drasticamente pela totalidade universalizante das regras que conduzem a esfera social, entender essas regras, é compreender a constituição do social e, similarmente, observar as estruturas de interdependências coexistentes, neste aspecto, tal autor buscou através de comparações, perceber tais mecanismos de coesão social. O antropólogo e sociólogo, como dito

anteriormente, debruçou-se sobre diversas localidades da esfera terrestre, tais como: Polinésia, Malanésia, Noroeste Americano, na tentativa de edificar a veracidade teórica da reciprocidade, demonstrar por intermédio dos dados compilados que o âmbito social é nordesteado por trocas simbólicas entre os indivíduos.

De acordo com Mauss (2003), em todas as civilizações existe a necessidade de retribuir os presentes recebidos, isso ocorre pelo princípio operante no inconsciente do ser humano, os objetos para as sociedades ditas primitivas são mais que meros artefatos, visto que, carregam consigo o simbolismo existente nas trocas de afetividade, determinado objeto estabelece um vínculo indissolúvel, interdependente, bilateral e obrigatório, já que a alma do outro é entrelaçada juntamente com o artefato, todavia, é importante ressaltar que tal autor, visualiza amabilidade, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, festas, feiras, entre outras coisas, como relações entrelaçadas pelo caráter simbólico imposto pelo princípio da reciprocidade, necessitando assim, de retribuição. A alma dos objetos (o *Hau*), sobretudo, é indispensável para compreender a obrigatoriedade de retribuição, os indivíduos acreditam que os presentes são uma espécie de extensão do ser, ou seja, ao presentear alguém, o sujeito está doando parte de si para o outro, analisando por esse prisma, pode-se notar que um simples cumprimento matinal, caso não obedecer ao princípio da reciprocidade, estabelece uma quebra de afetividade nas relações pessoais, como diz Mauss, à frente:

Tal fato esclarece dois sistemas importantes de fenômenos sociais na Polinésia e mesmo fora da Polinésia. Em primeiro lugar, compreendesse a natureza do vínculo jurídico criado pela transmissão de uma coisa. Voltaremos daqui a pouco a esse ponto. Mostraremos de que maneira esses fatos podem contribuir para uma teoria geral da obrigação. Mas, por ora, é nítido que, em direito maori, vínculo de direito, vínculo pelas coisas, é um vínculo de almas, pois a própria coisa tem uma alma, é alma (MAUSS, 2003, p. 200).

A obrigatoriedade voluntária é indispensável, entende-se que tal vínculo estabelecido de forma bilateral promove além de estabilidade social, a própria ideia de paz espiritual, visto que, aquele que recebe determinada dádiva, todavia, não retribui, detém em seu consciente uma dívida, tal autor, vislumbra que as esmolas são degradantes, já que aqueles que estão nesta situação de vulnerabilidade econômica, não podem retribuir, além disso, os indivíduos que não retribuem recebem sanções sociais espontâneas, por exemplo, o *potlach*, são caracterizados por festas anti-utilitarista, fomentadas entre tribos que detém o objetivo de não acumulação do capital, observa-se nestas cerimônias, a necessidade de retribuição quantitativa, isto é, ao realizar determinado *potlach*, a tribo convidada, detém por obrigação a

elaboração de outra cerimônia no ano seguinte, atendendo aos critérios, quantitativos e qualitativos presentes na cerimônia fomentada no ano anterior, como expõe Mauss, adiante:

obrigação de retribuirTM é todo o potlatch, na medida em que ele não consiste em pura destruição. Parece que nem todas essas destruições, muitas vezes sacrificiais e em benefício dos espíritos, precisam ser retribuídas incondicionalmente, sobretudo quando são obra de um chefe superior no clã ou de um chefe de um clã já reconhecido superior. Mas, normalmente, o potlatch deve sempre ser retribuído com juros, aliás toda dádiva deve ser retribuída dessa forma. As taxas são em geral de 30% a 100% ao ano. Mesmo se, por um serviço prestado, um súdito recebe uma manta de seu chefe, ele lhe devolverá duas por ocasião de casamento na família do chefe, da entronização do filho do chefe etc. É verdade que este, por sua vez, redistribuirá todos os bens que obtiver nos próximos potlatch em que os clãs opostos lhe fizerem suas oferendas (MAUSS, 2003, p. 208).

Os indivíduos que constituem a esfera social são exorbitantemente conectados com as regras que regem a eficiência do convívio entre os seres humanos, eficiência tratada neste aspecto, como uma obrigação positivada, imposta e devidamente cumprida pelos membros das sociedades. Observando a comunidade de mulheres rendeiras do cariri paraibano, é possível notar a existência de laços simbólicos, construídos com a finalidade de promover outros entornos à questão do Trabalho Análogo ao Escravo. Em outrora relato a questão das trocas simbólicas em torno da comunidade de Lagoa Azul, situada na Zona Rural de Monteiro-PB, durante os aniversários das rendeiras há uma troca de presentes, os indivíduos seguem regras, a tríade é uma imposição voluntária que busca promover a manutenção da harmonia entre as mulheres do grupo, obviamente, que como citado anteriormente, há toda uma questão simbólica, sendo que os objetivos carregam consigo a alma dos indivíduos, sendo consideradas extensões, neste aspecto, é dever, uma obrigação, retribuir essas dádivas espirituais existentes, assim como explica Mauss, a seguir:

Em tudo isso há uma série de direitos e deveres de consumir e de retribuir, correspondendo a direitos e deveres de dar e de receber. Mas essa mistura íntima de direitos e deveres simétricos e contrários deixa de parecer contraditória se pensarmos que há, antes de tudo, mistura de vínculos espirituais entre as coisas, que de certo modo são alma, e os indivíduos e grupos que se tratam de certo modo como coisas (2003, p. 202).

A coesão social, sobretudo, é critério possibilitado pela reciprocidade entre as mulheres. Tal mecanismo é promovedor de estabilidade, ao impor à coletividade cumprimento de diferentes padrões morais, as trocas indissolúveis representam uma aliança entre as mulheres, por exemplo, durante o aniversário de D. Maria de Fátima (líder do projeto da comunidade de Lagoa Azul), as rendeiras compraram presentes caríssimos, internamente

questionavam-se quais presentes seriam mais adequados para a ocasião, os rumores internos chegavam a suscitar que dependendo do valor material impresso no presente, a líder poderia não aceitar mais a rendeira no grupo, então no dia da reunião muitos presentes caros foram entregues para a líder, representando uma interdependência entre os membros.

Os indivíduos pertencentes desta comunidade detêm suas relações pessoais imbricadas, é importante salientar, por exemplo, que a obrigatoriedade é expressa pela misticidade imaginária presente nesta comunidade, além do vínculo jurídico, há a questão espiritual envolvida, neste sentido, a reciprocidade produz essa comunhão indissolúvel entre os indivíduos, tornando assim, uma forma de controle social, que conduz a suposta harmonização, a líder é uma representante política de Lagoa Azul, sendo responsável por várias demandas sociais internas, como questões ligadas a saúde dos membros da comunidade, como salienta o autor a seguir:

A vida material e moral, a troca, nele funcionam de uma forma desinteressada e obrigatória ao mesmo tempo. Ademais, essa obrigação se exprime de maneira mítica, imaginária ou, se quiserem, simbólica e coletiva: ela assume o aspecto do interesse ligado às coisas trocadas: estas jamais se separam completamente de quem as troca; a comunhão e a aliança que elas estabelecem são relativamente indissolúveis. Com efeito, esse símbolo da vida social - a permanência da influência das coisas trocadas - apenas traduz bastante diretamente a maneira pela qual os subgrupos dessas sociedades segmentadas, de tipo arcaico, estão constantemente imbricados uns nos outros, e sentem que se devem tudo (MAUSS, 2003, p. 211).

O entendimento da questão dos vínculos está situado nas sociedades primitivas, torna-se recorrente quando iremos analisar instituições presentes no mundo social, por exemplo. Nas sociedades primitivas, exatamente, na cultura *Maori*, o *taonga*, está interligado diretamente com a pessoa, o clã ou o solo, ao burlar as regras, não participando das trocas, o vínculo é drasticamente enfraquecido, como elucidado abaixo:

Ora, essa observação nos leva a uma constatação muito importante. Os *taongas* são, pelo menos na teoria do direito e da religião maori, fortemente ligados à pessoa, ao clã, ao solo; são o veículo de seu *mana*, de sua força mágica, religiosa e espiritual. Num provérbio, felizmente recolhido por sir G. Grey²¹ e C.O. Davis,²² lhes é rogado que destruam o indivíduo que os aceitou. É porque contém dentro deles essa força, caso o direito, sobretudo a obrigação de retribuir, não seja observado (MAUSS, 2003, p.197).

Como já exposto logo acima, entrelaçando tais questões no âmbito do trabalho, no tocante a questão da produção de Renda Renascença, entende-se que as relações burocráticas, dão lugar a interesses simbólicos, de cunho muitas vezes sentimentalizado, isto é as rendeiiras são compelidas a conviverem num sistema escravista, disfarçado de bem-estar social, neste aspecto, a tríade universal da dádiva pode ser enxergada de forma visível na comunidade de

Lagoa Azul. No entanto, é necessário salientar algumas questões, por exemplo, o desfazimento do projeto, dar-se em decorrência das frisões internas, ou seja, a partir do momento que a convivência torna-se insuportável entre os membros do grupo, inclusive as “batalhas entre as líderes do projeto” por hegemonia, Sr.^a Camila não visualiza o término como única solução viável.

Sr.^a Camila Ferreira não detinha uma relação amigável com Maria de Fátima (a líder do projeto), sendo excluída das discussões na maioria das reuniões. O núcleo de produção mais antigo era situado em Lagoa Azul, porém os projetos que sobreviveram foram decididos através de proximidade afetiva entre os dirigentes do projeto e as líderes. As quarenta rendeiras envolvidas no projeto trabalham de forma similar, visto que a renda é padronizada, sendo assim, não há disparidade de qualidade entre as peças produzidas. Além disso, no momento da entrega, que ocorre geralmente no final do mês, exatamente no dia 28 de cada mês, há uma análise meticulosa das peças, sendo o momento da reunião uma oportunidade de correção dos erros, nenhuma peça pode ser encaminhada com erros esdrúxulos, haja vista o alto preço das peças no mercado nacional e internacional.

5.3 Processos de sociabilidade e graus de campesinidade na comunidade lagoa azul – tecendo linhas e construindo histórias

O âmbito rural é um espaço de sociabilidade diferenciado, haja vista sua especificidade, a partir do século XIX, surge uma linha teórica dentro da Sociologia para estudar esse novo campo de estudo. Segundo Wanderley (2000), as relações concebidas no campo apresentam uma heterogeneidade, isto é, a ruralidade não consiste apenas na calmaria Bucólica, mas é constituída a partir de frisões com a sociedade industrializada e constrói um espaço com características únicas. A Sociologia Rural, enxerga atualmente duas ruralidades, a Tradicional e, por conseguinte, a Moderna, a comunidade estudada se insere no tradicionalismo detendo fatores que permitem visualizar a presença iminente de padrões tradicionais campesinos, obviamente que há em concomitância espaços dentro desta realidade que adentra no moderno, todavia, o tradicional se sobressai. Conforme Vieira (2014), o homem do campo não está preocupado na extração desenfreada dos recursos naturais, similarmente há um sentimento de pertencimento no ambiente, bem como o meio natural e o cenário social são intrinsecamente entrelaçados. Nas palavras de Vieira:

O rural tradicional traz um sentimento de sociabilidade, fazendo com que o camponês demonstre uma capacidade de ajustamento ao seu habitat, tendo a vida social como complemento do meio natural. Nesse sentido, não somente extrai recursos do meio ambiente com a prática agrícola, mas também preserva a subsistência da família, visto que, além de desenvolver atividades de agricultura, caça e pesca, o camponês realiza outros tipos de trabalho, como produção de artesanato, carpintaria e marcenaria, ou até mesmo exerce tarefas fora da unidade familiar, como empregados, jornaleiros, entre outros (VIERA, 2014, p.300).

Endossando as incongruências do método positivo, Nisbert (1973), elenca alguns critérios que norteiam uma disciplina científica ao rigor positivo. O primeiro ponto recai sobre a generalidade, tal quesito torna-se tão importante no campo das pesquisas sociológicas, visto que é um pilar central dos esquemas teóricos funcionalistas e estruturalistas, a generalidade é a capacidade de elaborar princípios universalizantes que sejam encontrados em diferentes esferas do ambiente social ou em partes do globo terrestre. Além disso, tal critério pode ser entendido como afirma Nisbert: “devem ser encontradas nos trabalhos de um número considerável de figuras destacadas de uma época e não limitar aos trabalhos de um grupo único indivíduo ou grupo” (1973, p. 23). Uma determinada categoria de análise do âmbito social deve ser legitimada a partir de sua congruência com outros trabalhos, utilizar como parâmetro uma categoria ou linha teórica, observada apenas por uma parcela razoavelmente pequena no índice geral de autores implica no erro de condução da própria epistemologia do conhecimento sociológico.

6 RENDA, FÁBRICA E SIMBOLISMO SOCIAL

6.1 Gênero e renda renascença – contradições e o papel social feminino

Moore (2000, p. 15), admite que: “a identidade de gênero é construída e vivida”, conforme tal autora a construção em torno da identidade de gênero não é algo estático, mas modificável ao decorrer das relações de sociabilidade comungada entre os indivíduos. A concepção de indivíduo neutro e racional é incoerente. Na visão de Moore (2000), esse prisma de análise está alicerçado na propositura Iluminista de razão como fundamento principal da construção da identidade humana e, respectivamente, dos seus papéis sociais, a autora discute principalmente a questão reprodutiva do termo gênero para analisar essa possível dicotomia “Homem e Mulher” e os possíveis desdobramentos, como vejamos a seguir:

Além disso, tais categorias e discursos participam da produção e reprodução de sujeitos marcados por gênero que os utilizam tanto como representações quanto como auto representações, como parte do processo de construir a si mesmos como pessoas e agentes. É por essa razão que as categorias simbólicas “mulher” e “homem”, e a diferença inscrita dentro delas e entre elas, têm alguma relação com as representações, auto representações e práticas cotidianas das mulheres e homens individuais (MOORE, 2000, p.18).

Adentrando na problemática inserida no debate de “empoderar mulheres”, Vasconcelos (2013) diz que o termo empoderamento feminino ainda detém um campo ideológico fluido e maleável, constituindo-se através de vários debates teóricos e de conflitos políticos sobre suas aplicabilidades na realidade sociológica. Conforme Carvalho (2014), o empoderamento feminino só é uma realidade quando a transformação pessoal atrelada está atrelada às mudanças estruturais, a concretização conceitual deste termo na realidade social, deve estar permeada na esfera intersubjetiva e política, o empoderamento feminino não existe quando há nitidamente presença de fragilidades estruturais, impossibilitando assim, sua efetuação. Além disso, ainda no vislumbre de Carvalho (2014), o empoderamento é concebido de forma pessoal e coletiva, visto que as subjetividades inerentes aos indivíduos na pós-modernidade são modificáveis, suas configurações sociais estão em constante mudança.

De acordo com Moore (2000), a concepção de indivíduo racional, permeado pelas luzes do pensamento lógico, o indivíduo concreto, constituído como mero produto é uma percepção sobre a própria construção do sujeito inadequada ao momento atual em que se encontra a sociedade e suas bases de edificação. Dessa maneira, ainda pelo prisma de análise de Moore (2000), as configurações conceituais fomentadas pelos indivíduos irão variar de

acordo com suas experiências subjetivas. Portanto, o conceito de empoderamento feminino perpassa por esse campo da construção cotidiana dos termos e da identidade móvel dos indivíduos que estão inseridos na sociedade.

Conforme Freire (2011), as modificações não devem ocorrer apenas no campo estrutural, o empoderamento ocorre quando há a inserção da educação libertadora, ou seja, quando a própria ideia de empoderamento é construída individualmente e coletivamente, promovendo assim, a elaboração dialógica do conhecimento, o saber na visão de Freire (2011), constrói-se a partir do dialogo entre as partes existentes no processo. Analisando o Projeto: “Mulheres Rendeiras do Cariri Paraibano: Artesanato de Luxo”, há nitidamente a inutilidade do slogan utilizado pelos idealizadores, visto que nas pesquisas de mapeamento foi identificado que as mulheres rendeiras desconhecem o significado da palavra, essa relação assemelhasse com uma perspectiva tecnicista, na visão de Freire (2011), os técnicos ao adentrarem as comunidades rurais visualiza os conhecimentos locais irrelevantes, inadequados e antiquados, sendo assim, não ocorria a construção do conhecimento, visto que era impostos de forma arbitrária, no caso deste Projeto, o empoderamento feminino é apenas um slogan “moderninho”, cujas bases ideológicas são insignificantes, promovendo assim, sujeitos passivos que não questionam a própria realidade, possibilitando a alienação, vejamos a seguir essa problemática:

Poder-se-ia dizer que a extensão não é isto; que a extensão é educativa. É por isto que a primeira reflexão crítica deste estudo vem incidindo sobre o conceito mesmo de extensão, sobre seu “campo associativo” de significação. Desta análise se depreende, claramente, que o conceito de extensão não corresponde a um que-fazer educativo libertador. Com isto não queremos negar ao agrônomo, que atua neste setor, o direito de ser um educador-educando¹, com os camponeses, educandos-educadores. Pelo contrário, precisamente porque estamos convencidos de que este é o seu dever, de que esta é a sua tarefa de educar e de educar-se, não podemos aceitar que seu trabalho seja rotulado por um conceito que o nega (FREIRE, 1983, p.13).

O termo empoderamento, de acordo com Shor (2011) é um processo político de libertação da dominação, assumindo primeiramente que há estruturas desiguais de poder entre homens e mulheres, com maior intenção de recurso por parte dos homens. De acordo com Rowlands (1997), uma das estratégias que podem promover o empoderamento feminino, está atrelado ao trabalho e a renda, a associação edifica-se nesse pressuposto, conforme o documento base da ONG, a renda extra promove que as mulheres tenham poder de decisão na sociedade e, respectivamente, sejam Independentes financeiramente.

Outro ponto também que fundamenta essa concepção, está sobreposto no tocante aos programas sociais, tal como analisado por Moreira et al (2011), ao analisar o Bolsa Família, o autor admite que em certa medida programas sociais promovem o empoderamento feminino.

No entanto, essa perspectiva analítica é fortemente descredenciada por Silva (2010), quando afirma a autora afirma que inúmeros programas sociais são políticas públicas que estão até certa medida integrando pessoas nos processos econômicos de consumo, contudo essa suposta integração é falsificada e promove apenas “integrados miseráveis”, mantidos em meio a situação de reprodução social.

Isso demonstra que, segundo Silva (2010), quando não há correlação de forças sobre as estruturas sociais, não existem mudanças quanto à integração, isso é visível na sociedade brasileira, os programas sociais não garantiram a construção da cidadania, dos direitos sociais e políticos, sendo apenas em certa medida, assistencialistas, embora sejam grandes avanços, ainda há um percurso árduo. Projetos sociais deturpados são construídos diariamente com a finalidade de mera exploração e, desse modo, desvirtuados das bases educacionais de liberdade da autonomia feminina em frente ao cenário contemporâneo permeado por desigualdades de gênero e classe. De acordo com Pátaro e Mezzomo (2014) as representações sociais masculinas e femininas que são transmitidas pela sociedade são pilares do processo de socialização, produzidos modelos comportamentais que são atribuídos de forma desigual aos homens e as mulheres. Scott (1990) afirma que a categoria gênero é história e não engloba apenas as mulheres, mas também os homens, visto que é a partir da relação de interdependência entre os gêneros que são instauradas as desigualdades e intercalados os comportamentos padrões que afetam ambos os gêneros.

Os papéis que são atribuídos desde o nascer são decisivos nas representações simbólicas que permeia a sociedade. Silva (2013) ao analisar a comunidade de Poção –PE na década de 1950 visualizou que a atividade de produção de Renda Renascença é assentada neste prisma de análise, verificamos também nos depoimentos das rendeiras da cidade essa conjectura ainda existente, mesmo com o passar dos anos, os papéis de gênero ainda estão sobrepostos na atividade de produzir renda, sendo concebido as mulheres os ideais de delicadeza e paciência, ao contrário dos homens que não tem paciência para trabalhos manuais meticulosos, isso faz parte do imaginário de ambos os papéis. Esses comportamentos preponderantes constroem não apenas as representações no mundo, mas a maneira pela qual as mulheres se veem socialmente falando, isso é demonstrando a seguir:

Assim, podemos verificar que as representações de homem e de mulher que são transmitidas pela sociedade contribuem intensamente para a formação dos indivíduos, trazendo modelos que cada um dos sexos deve ter como inspiração para seguir ou rejeitar. Dessa forma, tanto as mulheres como os homens trazem marcas de elementos externos que possibilitaram a criação de uma representação de si e do mundo (PÉTARO, MEZZOMO, 2014, p. 12).

Freire (2011) demonstra que o desejo do oprimido é torna-se opressor, as encarregadas da distribuição da Renda Renascença na comunidade rural de Lagoa azul, assim também como na cidade de Poção- PE demonstram uma postura apática em frente as condições de trabalho insalubres, isso compete dizer que a partir do momento que estão na condição de rendeiras-mestres ou líderes de projetos, acabam introjetando padrões de comportamento típicos dos opressores, embora D. Cecília e as rendeiras da fábrica de Sr.^a Joana Brado não tenham relatado isso em suas respectivas falas, no projeto situado na Lagoa Azul a rendeira D. Luísa discorre sobre a influência opressora da líder Josefa Elionor, as sanções dentro do trabalho escravo moderno não são necessariamente de ordenamento físico, mas através de sanções morais.

A próxima entrevistada é D. Helena Souza que faz Renda Renascença desde criança e aprendeu com a irmã. Afirma que se não trabalhar no ofício morre de fome. O lucro é extremamente baixo, essa narrativa da baixa lucratividade é enveredada por todas as participantes da entrevista, excerto por Maria Ilza que trabalha com Renda porque detém uma relação simbólica forte com a produção. A principal fonte de renda é a aposentadoria. O significado da renda é que impossibilita de estar “vadeando”, sendo uma atividade de passatempo, pode-se perceber que tanto D. Helena Souza, quanto D. Maria Ilza são aposentadas, então não discutem de forma tão profunda as questões de produção e o baixo custo, já que ambas detêm a produção de Renda Renascença como fonte de renda secundária, a continuidade da prática de tecer mesmo depois de deter outro modo de subsistência, dar-se em decorrência da construção do habitus conforme suscita Bourdieu (2007).

Segundo Maria Helena Neves os valores das peças são muito baixos, no entanto, o material é caro e é comprado no estabelecimento da Sr.^a Joana Brado. Embora venda suas peças para Sr.^a Joana Brado afirma não ser lucrativo essa relação. D. Helena lamenta o fato da Feira da Renascença não existir mais na região. Na sua visão trabalhar na roça é melhor que trabalhar com Renda. D. Helena tem dois filhos, uma menina e um menino, o menino trabalha na roça e a menina aprende a fazer a Renda. Helena Souza ao falar sobre a produção de Renda Renascença em sua vida deixa nítido o caráter de dependência financeira intrínseco nessa relação, essa configuração econômica é similar à situação dependente de D. Luísa e D. Cecília que dependem da renda para sobreviver, sendo uma fonte indispensável de compor as necessidades básicas da família. A entrevistada Maria José Monteiro tem 68 anos de idade, em suas palavras:

*Comecei a trabalhar desde criança, com 9 anos de idade. Aprendi com uma vizinha, porque minha mãe trabalhava na Roça. A principal fonte de renda é a Renascença porque no final é o que a gente tem aqui nesse Nordeste. É aposentada. Renascença significa tudo na vida. Não ensino o ofício para meus filhos porque são todos homens. A atividade de Renascença é apenas para mulheres porque não combina com homens. Dependendo da peça a duração para ser feita pode levar cerca de um dia ou mais. A peça feita em um dia é vendida por R\$ 10,00. O material é comprado na Loja da Joana Brado. Não é uma atividade muito valorizada na região. Antigamente quando tinha a Feira da Renascença era uma “estouro” e a atividade era mais valorizada. Não sei dizer se a Prefeitura ajuda as rendeiras em algo. Faço todo tipo de ponto. Não acha que o ofício da Renda é de família porque pode-se aprender com outras pessoas assim como ela aprendeu. Considera a atividade um serviço intelectual, **nesse sentido a Renda Renascença é um serviço especializado.** É uma atividade complicada e que requer paciência. Não produz roupas para si própria porque não acha a Renda algo bonito para se vestir. Faz peças para a Fábrica e também por encomenda. Antigamente as peças eram vendidas a preços mais justos, hoje os valores são muitos baixos. Vende em média 5 peças de Renda todos os sábados na Feira. Só ganha R\$ 5,00 de lucro por uma peça.*

Segundo as narrativas de Maria José, a Renda Renascença detém similarmente um caráter simbólico em sua vivência, Soares (2018) verifica essa relação quando estuda a comunidade de São João do Tigre-PB e a produção de Renda Renascença naquela localidade, isso ocorre em detrimento das questões simbólicas, quanto econômicas, assim como D. Helena sucinta em sua entrevista, não é vantajoso vender as produções para as grandes empresárias do ramo, no entanto, o poder político ausente nessa questão promove que muitas mulheres busquem nesse sistema exploratório o único meio de sobrevivência.

No âmbito da questão simbólica, visualiza-se que as rendeiras mais velhas por ter incorporado o habitus de tecer rendas desde a tenra idade detém uma relação de proximidade, impossibilitando o afastamento mesmo após terem meios de subsistência através da aposentadoria. Um ponto importante que Maria José cita é a questão da especialização, segundo Durkheim (1999) na modernidade não há espaço para a elaboração do indivíduo completo como defendido por Weber (1982), sendo fragmentado o trabalho para maior eficiência. Na visão de Maria José a Renda Renascença é um trabalho especializado e realizado com paciência que de acordo com seu vislumbre de mundo pode ser categorizado como um trabalho intelectual, de fato, se for recordar a institucionalização da Alta Costura transcrita de forma sintetizada na seção II, torna-se nítido o quanto a Renda Renascença é um trabalho meticuloso, além disso, desenham-se não apenas peças, mas sim “obras de arte imensuráveis”.

As entrevistadas Maria Valdecir da Silva e Jucelia citam em suas falas pontos já discutidos, tendo atenção para o relato de D. Jucelia que afirma ter feito um vestido de 10 peças e vendido apenas por 400, 00 reais, esse valor é consideravelmente baixo e insuficiente, o trabalho empenhado na costura das 10 peças é desconsiderado na hora do pagamento,

servindo apenas para ressarcir a D. Jucelia do dinheiro gasto na compra dos materiais. Ontem estava sentada de frente ao computador na cidade de Camalaú-PB, onde uma vizinha surgiu na porta, sentou-se com seu rolo de Renda Renascença e começou falar que o preço da matéria prima é altíssimo e quando leva para vender, geralmente os compradores pedem 30 reais por uma peça, visualizamos nesse ponto algo assustador, enquanto as mulheres de Poção-PE recebem 5,50 por uma peça, as mulheres de Camalaú-PB recebem 30, 00 reais, sendo que o material detém disparidade de valor entre as localidades, no entanto, Maria Rosa afirma que o dinheiro recebido não é suficiente nem para pagar o gasto com a matéria prima, quiçá lucrar com a atividade desenvolvida, imaginemos essa relação na cidade de Poção-PE, onde fica nítido que o preço por produção não equivale de maneira alguma o trabalho exercido, facultando assim, uma relação desigual entre forças produtivas, conforme Marx (2010) discute que no enfrentamento de classes o proletariado recebe um valor inconsistente com sua jornada de trabalho.

***Maria Valdeci da Silva:** Tenho 63 anos de idade. Fazem mais 30 anos que trabalho no ramo da Renda Renascença. O principal sustento da família vem da aposentadoria. Acho bom fazer Renda. Acho que as rendeiras da região não ganham valores justos. O antigo prefeito ajudava as rendeiras, o atual não ajuda em nada. Um dos meus pontos favoritos é “torre”. Antigamente era mais fácil de vender Renascença. Aprendi a fazer Renda sozinha, só olhava e fazia. Tanto faz homem como mulher fazer Renda, é uma atividade para todos. (Grifo nosso)*

***Jucelia:** tenho 50 anos de idade. Comecei a trabalhar na Renda quando eu tinha 10 anos de idade. Minhas irmãs e minhas filhas todas fazem Renascença e prendemos com minha mãe. Nenhuma dos homens da família fazem Renascença, mas já vi alguns homens da região que fazem. A principal fonte de renda da família é o Bolsa Família. O bom de fazer a Renda é serve para o entretenimento da mente. O serviço é desvalorizado e vendido quase de graça, **fiz um vestido de 14 peças e vendi por R\$ 400,00.** O prefeito sempre me ajuda. A Prefeitura sempre ajuda as rendeiras em algo. Eu gosto de “sianinha” porque é mais rápido de fazer. Hoje em dia é difícil vender a Renda, antigamente era mais fácil. Minha mãe tinha 10 filhos e criou todos com o dinheiro da Renda. O material a gente compra na Senhora Joana Brado. Nunca vi nenhum homem tecendo. Meus filhos trabalham no roçado. Nunca me interessei em fazer uma peça pra mim mesma usar. (Grifo nosso).*

Sempre nutri nítidos desejos em entrevistar as empresárias da Renda Renascença, como já relatei entrei em contato com a equipe de Sr.^a Joana Brado e prontamente fui recebida em sua fábrica para realizar entrevista com auxílio de um colega que foi essencial para colher as informações necessárias, Gabriel dos Santos Miranda é um jovem residente da cidade de Poção-PE, sendo responsável por adentrar no campo juntamente comigo, realizando em certa a cobertura de alguns dados da entrevista, isso ocorreu em detrimento da distância entre Camalaú-PB e Poção-PE, haja vista também a inexistência de transporte, sendo assim, necessitei da ajuda de um nativo para adentrar ao campo de pesquisa. Embora haja outros

trabalhos como o de Soares (2018), Nóbrega (2011), Silva (2013), nenhum realiza entrevistas com as grandes empresárias do ramo, restringindo a realizar análises de cunho de produção simbólica e não adentrando nas questões inerentes a produção e relações trabalhistas, isso ocorre em detrimento desse campo de estudo ser demasiadamente difícil, como já discutido no início desse capítulo, no entanto, diferentemente de Sr.^a Camila Ferreira que impossibilita à entrada no campo de estudos, ceifando o acesso às informações, Sr.^a Joana Brado detém uma postura complementemente oposta, apresentada na entrevista a seguir, que está transcrita na íntegra, contendo apenas algumas alterações de ordenamento da norma culta do uso da língua portuguesa, mas que de forma alguma, desvirtua as questões suscitadas e narradas.

Sr.^a Joana Prado mostra-se acessível perante a pesquisa de campo, sempre solícita em participar de mapeamentos sociológicos, recentemente postou na página do Instagram oficial, Brado Renda Renascença e Glamour, um grupo de jovens pesquisadores de uma Universidade Federal adentrou no campo de pesquisa, demonstrando seu caráter enquanto divulgadora regional da Renda Renascença. A entrevista foi gravada com a permissão de Sr.^a Joana Brado, cujo nome oficial fictício é Joana Ruth Brado Silveira, iniciei o quadro de perguntas questionando sobre a trajetória histórica do início de Sr.^a Joana na Renascença, gentilmente o transcurso da história foi sendo descrito, segundo a entrevistada:

*Minha avó fazia Renascença para sobreviver, a gente tinha uma aldeia de pão de açúcar, no distrito de Poção-PE, aí minha avó fazia renda para sobreviver juntamente com sua família, meu avô era agricultor e as mulheres da minha casa fazia Renda Renascença, até quando meu pai casou com minha mãe e aí minha avó por parte de pai já vendia Renascença, meu pai viajava vendendo a Renda Renascença dela, aí quando eles casaram mainha viu uma oportunidade de ajudar as rendeiras, ela também era rendeira, aí ela começou a fazer a Renda Renascença dela e meu pai começou vender nossa renda, até que aí meu pai passava muito tempo viajando, mandava dinheiro, **sendo que ele não fazia feira porque recebia ajuda de uma tia**, almoçava na casa dela e, na primeira vez que ele retornou para casa, já tínhamos material para outra viagem, minha mãe sempre se preocupada em deixar peças em Poção-PE para ajudar no desenvolvimento da cidade e suas colegas rendeiras, pela necessidade de ajudar as rendeiras locais, minha mãe funda a Joana Brado Renda Renascença e Glamour, em 1998 quando engravida de mim, mas somente é formalizada em 2000. Vivendo em 2 anos na informalidade, ela criou a marca “Joana Brado” com essa função – **para que toda rendeira de Poção-PE tenha dinheiro e trabalho, toda quarta e todo sábado.**(Grifo Nosso)*

Sendo criada dentro da fábrica de Renda Renascença, aprendeu a tecer desde pequena, conforme Sr.^a Joana Brado a produção de renda iniciou-se muito antes de 1989, a atividade de Renda Renascença é um negócio de família, sua narrativa demonstra que a proximidade com a arte de tecer foi primordial para o aprimoramento e expansão de sua fábrica, atualmente a herdeira que tem apenas 2 anos de idade também está sendo criada nesse âmbito artístico efervescente, tornando-se no futuro uma herdeira legal e, por conseguinte,

encarregada de fazer prosperar a marca da mãe, assim como Joana fez ao receber essa incumbência.

A trajetória de vida de Joana Brado sempre foi marcada pela produção da Renda Renascença, acordando 05h30min da manhã nos dias de feira, partilhava dos momentos de compra e venda de rendas na pequena cidade do Agreste. Anos atrás existia uma feira de Renda Renascença em Poção-PE, onde as rendeiras locais faziam exposição de suas peças, atualmente esse ambiente cultural não existe, sendo comercializadas as peças em lojas que são espalhadas pela cidade, isto é – não existe apenas um estabelecimento produtor de Renda Renascença, mas uma rede de compradoras, as empresárias da Renda estão se espalhando por todo nordeste brasileiro e na cidade de Poção-PE isso se torna mais evidente pelo aglomerado de lojas que existe na cidade, fomentando mesmo um grande epicentro de comercialização.

O custo de produção é demasiadamente baixo em comparação com as peças da Paraíba, resultando em uma disparidade de preços e barateamento do custo de produção, isso foi logo observado por mim, ao verificar que em média as peças em Poção-PE custam 60% menos que as peças comercializadas na Paraíba, em uma loja uma peça de centro de mesa, os chamados – “Centros de mesa”, que são panos de Renda Renascença usados para enfeitar as mesas de recepção ou de jantar, estavam custando 45, 00 reais, esse valor é baixíssimo quando comparado com as peças vendidas em Camalaú-PB, durante minha pesquisa de preço pela cidade, as peças são vendidas para as rendeiras ou rendeiros mestres por 30, 00 reais, na feira esse valor ultrapassa facilmente os 45,00 reais solicitados na compra em Poção-PB, não apenas Renascença na cidade do agreste pernambucano é barato, como também a feira de frutas e verduras ao ar livre detém vantagens consideráveis quando o assunto é o preço médio.

A história da fundação da marca “Joana Brado Renda Renascença e Glamour ” é embalada sempre pela preocupação com o desenvolvimento local e regional, na descrição é visível o quanto a entrevista envereda por esse percurso, demonstrando-se pautada na necessidade de expor o valor simbólico da Renda Renascença para a comunidade de Poção-PE, principalmente no tocante aos indivíduos com poder aquisitivo baixo, como salienta a empresária do ramo.

A Marca “Joana Brado Renda Renascença e Glamour” é um diferencial por regularizar um calendário, antigamente as rendeiras faziam renda fora da temporada, se vendiam ou não isso ocorria em detrimento da demanda, proporcionando muitas vezes prejuízos, muitas mulheres chegavam em Poção e não conseguiam vender, isso proporciona grandes déficit na produção artesanal da renda, a “Joana Brado Renda Renascença e Glamour”, busca pregar outra concepção, que as rendeiras devem ter dinheiro certo toda quarta e todo sábado, acredito que isso tenha sido algo de grande benefício para a população local, que hoje tem emprego e dinheiro graças os nossos esforços.

Os indivíduos são interpelados a compreenderem a dimensão positiva da “Joana Prado Renda Renascença e Glamour”, isso ocorre em detrimento da inexistência de políticas públicas de escoamento da renda e valorização dos aspectos regionais, ficando prescritas apenas as grandes empresárias do ramo, isso dificulta a autonomia das rendeiras, proporcionando o sucateamento da produção e, respectivamente, a venda a baixo custo das peças. O estabelecimento comercial apresenta-se como uma empresa ora predatória, inserindo-se através das fragilidades sociais dispostas no tecido social, ora aporte de “salvação”, haja vista sua participação na promoção de trabalho às rendeiras que até então estavam refém das irregularidades do mercado, tendo atualmente uma empresa que possibilita a segurança na produção, as rendeiras se sentem seguras ao saber que suas peças terão escoamento. Esse dilema é discutido por Soares (2018), quando a autora elucida a problemática da venda “predatória” da Renda Renascença, sendo visualizado uma relação de vassalagem entre as rendeiras “trabalhadeiras”²⁷ e as rendeiras-mestres.

Nos capítulos iniciais desse trabalho, há uma discussão sobre o Surgimento da Renda Renascença, no entanto, como já evidenciado, existem várias opiniões que configuram panoramas diferentes sobre a exatidão do surgimento, Sr.^a Joana Prado realiza um parecer sobre essa questão, elaborando suposições sobre os primórdios de Renda Renascença:

Então a Renda Renascença tem várias vertentes dizendo que ela veio da Bélgica, tem outras dizendo que ela veio da Itália, eu particularmente acredito que ela veio da Itália, precisamente de uma Ilha próxima a Veneza, que é chamada de Murano, conhecida pelos cristais de Murano, essa Ilha é precursora na produção de Renda Renascença, ainda há a produção da Renda Renascença nesse local, no entanto, lá o lacê é feito a mão e aqui é industrializado, houve essa aproximação entre a produção desta pequena ilha com poção, onde através do aprendizado da arte de tecer, Poção-PE ficou conhecido como “berço da Renda Renascença”.

Nos relatos de Sr.^a Joana Prado nos dias atuais três cidades do agreste pernambucano são consideradas “berço da Renda Renascença” – Poção-PE, Alagoinha-PE e Pesqueira-PE, consideradas a rota da arte de tecer, segundo a entrevistada, em outrora havia discussões em torno do surgimento, promovendo debates desnecessários. Atualmente há um consenso, o mais importante é que a produção de Renda Renascença continue se expandindo e atingindo outros públicos, proporcionando a divulgação da arte para o mundo e, respectivamente, melhorando a qualidade de vida das mulheres que tecem, em sua frase na íntegra: “A Renda Renascença é uma grande fonte de subsistência para a região”.

Na entrevista foi explicitada a importância do Marketing na promoção de uma marca, a empresária afirma que sua mãe teve uma postura visionária, percebendo desde o início que o

²⁷ As rendeiras trabalhadeiras são aquelas que propriamente tecem a renda, geralmente trabalham para a rendeira-mestre ou para grandes empresárias do ramo.

nome “Joana Prado Renda Renascença e Glamour”, tinha uma adesão mais eficiente, desde então a marca investe na qualidade de sua propaganda.

A descrição da empresa “Joana Prado Renda Renascença e Glamour” no mundo cibernético torna nítido o simbolismo por traz das peças vendidas, enveredado desde os povos tradicionais que são as raízes étnicas da atual empresária da marca, essa construção sucinta a visualização do feiticismo da mercadoria, quando determinada marca personifica os objetos que serão vendidos, atribuindo-lhes características humanas e, em medida igual “coisificando o ser humano”, essa questão é debatida por Marx (2017), essa estratégia de vendas das peças de Renda Renascença é apreendida em diferentes momentos elucidados adiante, o simbolismo apesar de está edificado no feiticismo da mercadoria, também é averiguado por um prisma de análise pós-moderno.

Conforme Giddens (2007), as distâncias sociais são diminuídas com o advento da Revolução Técnico Científica Informacional, os alargamentos sociais entre os indivíduos é reduzindo a partir de âmbitos de comunicação instantâneos, nesse emaranhado social, o transporte de bens culturais também tem uma transitoriedade efervescente. Em paralelo aos benéficos acarretados pelo desenvolvimento tecnológico, existem vastas discussões sobre a construção das identidades sociais.

Na visão de Bauman (2011), através das mercadorias os indivíduos incorporam valores simbólicos, usando-os como expressividade da essência humana, no entanto, devido à liquidez socialmente sobreposta nas relações de sociabilidade, a essência é mutável, apresentando-se inconsistente em diversos momentos. Ao discutir a construção de símbolos mercadológicos na Renda Renascença, torna-se palpável a visualização da construção de uma imagem personificada, por exemplo, em diversos momentos da entrevista de Sr^a. Joana Prado e em outras empresárias e estilistas, tais como – Fernanda Yanomamoto (que apresentou recentemente suas peças glamorosas e esteticamente “modernas” São Paulo *Fashion Week*) as peças de Renda Renascença são apresentadas como “joias eternas”, chamada por Sr.^a Joana Prado de “Ouro Branco”, utilizando-se do termo já destrinchado sobre Alta Costura, as peças apesar de deter um valor econômico altíssimo, também carregam consigo narrativas nordestinas das mulheres que tecem agregando simbolismo e, promovendo assim, uma construção identitária.

A construção de uma marca tipicamente regional enfrenta problemas, principalmente quanto à adesão por parte do público, sendo essa uma questão discutida ao decorrer da

entrevista. No entanto, Sr.^a Joana Brado afirmou que sua mãe tinha “sina”²⁸ para o negócio, sendo visionária e mesmo sem qualificação necessária, compreendia noções de administração, possibilitando o crescimento da marca, a entrevistada atribuiu-lhe a noção de dom na seguinte frase: *“acho que tem gente que nasce com aquela sina para a coisa, né? O Dom”*. Essa questão do dom não poderia passar despercebida pelo olhar sociológico, segundo Bourdieu (2007), a construção da noção de dom passa por um crivo concebido através das hierarquizações do conhecimento, ou seja, depende do ambiente de inserção do indivíduo, provavelmente o âmbito social possibilitou o surgimento da marca Joana Prado Renda Renascença e Glamour, promovendo o sucesso, uma série de questões sociais foram envolvidas, descartando o prisma analítico atribuído a partir da noção de predestinação, isto é – que os indivíduos detêm seus destinos inscritos desde o nascer, comprimindo-os e transformando suas alternativas restritas.

É importante elucidar que a abordagem de Bourdieu (2007) edifica-se ao analisar o ambiente escolar, demonstrando as condições desiguais de aprendizagem e mostrando as relações entre os diversos tipos de capital, entretanto, esse conceito cabe perfeitamente na discussão, pois como já supracitado, Manoel Anastácio, casado com Maria da Conceição Sebastiana (pais de Sr.^a Joana), tinha uma tia que ajudava na alimentação, promovendo que a compra de comida fosse dispensada, haja vista a ajuda financeira, isso proporcionou que ambos conseguissem guardar dinheiro extra, edificando um ambiente econômico favorável, ou seja, a partir do momento que os indivíduos não se preocupam com a subsistência, outras necessidades são colocadas em pauta, como por exemplo, a criação de uma empresa de Renda Renascença.

De acordo com a teoria de Maslow (1962), os fatores de satisfação humana estão edificadas em cinco pontos essenciais – necessidades fisiológicas, necessidade de segurança, necessidade de pertencimento emocional, necessidade de estima (ligada ao prestígio), autorrealização (esse nível inclui as atividades ligadas com a produção de criatividade), conforme essa teoria a partir do momento que um determinado indivíduo adquire as potencialidades do seu nível segue para o próximo sucessivamente, até atingir a autorrealização, as necessidades fisiológicas são consideradas nesse prisma as simples, no entanto, em país como Brasil, o número de pessoas vivendo em situação de pobreza em 2016 passou de 25, 7% para 26, 5% em 2017, demonstrando nítidos retrocessos. Diante desse cenário, torna-se nítido que suma parte dos brasileiros se encontra em condição de inercia

²⁸ Sina significa - (conforme o dicionário), nessa questão em análise significa a noção de Dom, que os indivíduos nascem com habilidades inatistas e que se desenvolvem sem influência no meio social.

quanto às necessidades fisiológicas. Ou seja, isso configura reafirmar que houve condições favoráveis para o surgimento de uma empresa de Renda Renascença na cidade de Poção-PE, durante os dias da pesquisa, andei por alguns departamentos, na entrada da fábrica, torna-se nítido o luxo e o requinte do ambiente, a fábrica pintada de vermelho de forma impecável. Juntamente com a fábrica fica a loja, onde adentrei para questionar sobre os preços das peças de Renda Renascença, a atendente foi receptiva e gentil.

Meus pais fizeram de tudo para que eu pudesse estudar, mas eles não conheciam muito sobre o mundo do negócio, aprenderam caindo e levantando, hoje eu ajudo no processo administrativo, no entanto, já são trinta anos no mercado de trabalho, então eles travaram um longo percurso. Poção-PE é muito longe de tudo, então tudo que a gente precisa em relação aos insumos, fica em Caruaru, São Paulo, até mesmo para realizar especialização na área, temos que contratar instrutores de São Paulo e de outras regiões, proporcionando muitos gastos, essa é uma das maiores dificuldades, à distância.

Ao perceber que Sr.^a Joana Prado narra as dificuldades quanto o acesso a Poção-PE, questionei sobre a possibilidade de abrir outras fábricas, assim como outras empresárias da Renda Renascença fazem atualmente, adentrando até mesmo em mercados internacionais como a estilista brasileira Martha Medeiros, reafirmando a necessidade de promover o desenvolvimento local, Sr.^a Joana Prado responde:

Já que minha mãe mora aqui e lá no início quis promover o desenvolvimento da comunidade, acredito que esse seja o local ideal, já fui convidada para abrir lojas em outras cidades, mas minha mãe nasceu aqui.

Sobre o crescimento da Renda Renascença no Brasil e no mundo, Sr.^a Joana Prado realizar severas críticas, pontuando o ambiente ainda refratário, em suas palavras: “eu acho que ainda falta muito, principalmente quanto o apoio político, por ser uma linha de artesanal deveria haver mais incentivo, o governo não investe no nome da região, por exemplo, como existem tantos polos, deveria existir um bolsa matéria, onde deveria haver um desconto, alguma coisa que incentivasse elas a trabalharem mais na Renda Renascença, acredito que ainda não seja tão divulgado, então isso é algo que acredito ser importante também, muita gente ainda não conhece a Renda Renascença, muita gente ainda nem sabe que é feita a mão, então eu acho que deveria haver um apoio nacional, algo que as pessoas vissem que não existe apenas poção, poção é o lugar onde a gente trabalha, mas atingimos o mundo inteiro, acho que precisaria de um apoio político de intervenção mesmo, porque é muito caro, já imaginou trazer materiais do Sul para chegar aqui em poção? Mas, as pessoas não veem isso, as pessoas tratam como a gente como se fosse uma fábrica, que corta tecido e produzimos, não é isso, a Renda Renascença é algo que é uma junção de tudo, eu digo que é uma pela de renda passa por 10 mãos, há a pessoa que risca, a pessoa que faz o acabamento, a lavadeira, é no mínimo

umas 10 mãos para produzir apenas uma peça, isso tirando a modelista (estilista), então as pessoas não veem, não é como pegar um tecido de 1 metro e meio e cortar e fazer uma peça, é muito além disso.

Completei dizendo: “quando começou ninguém nem imaginava que era um artefato de luxo”, essa frase foi colocada propositalmente no dialogo para adentrar na questão da Alta Costura, discutindo se as peças de Renda Renascença da fábrica de Sr.^a de fato pode ser considerada Alta Costura, levando em consideração como salienta Fonseca (2015) que as peças devem atender um sistema de normas para serem enquadradas.

*Existe uma marca de gosto bastante e me espelho, a conhecida Tiffany ela diz que todo mundo pode ter uma Tiffany, porque existe uma Tiffany mais barato e mais caro, igualmente é a Joana Prado Renda Renascença, há as peças mais caras e mais baratas para que todos possam ter acesso, no entanto, a qualidade é sempre a mesma, a gente produz muito pensando na qualidade
Atualmente eu conto com 130 funcionários registrados que trabalham aqui na empresa e são 5.000.00 rendeiras distribuídas em dez municípios, esse número pode aumentar ou diminuir, mas atualmente a gente trabalha com 5.000.00, mas isso é uma margem, depende muito da época.*

Os dados são impressionantes, essas cinco mil rendeiras trabalham de forma informal, ou seja, sem vínculo empregatício, essa realidade não esta disposta apenas em Poção-PE, mas também na comunidade de Lagoa Azul no Cariri Ocidental, sendo que as rendeiras que vendem suas rendas para Sr.^a Joana Prado detém a autonomia, isso ocorre em detrimento de não haver sanções morais caso as peças não forem entregues nos prazos, as rendeiras vão as quartas e sábados levar suas peças fabricadas, isto é – não há uma cobrança que atua de forma tão forte sobre a moral e o corpo que as rendeiras se sentem presas no sistema de produção da renda, isso ocorre e já foi exposto na análise das entrevistas da comunidade de Lagoa Azul. Entretanto, é necessário elucidar que o caráter explorador ainda persiste, haja vista o faturamento exorbitante sobre as peças vendidas, a inexistência de vínculos promove a autonomia e, respectivamente, fragilidade.

A Renda Renascença ainda não é muito valorizada, poderia melhorar muito no aspecto cultural de divulgação mesmo, quanto no aspecto de divulgação regional, muita gente em poção não sabe da existência que a renda é produzida aqui, até mesmo para a gente se orgulhar de quem somos, porque produzimos peças para o mundo todo.

*Na minha opinião a nossa fabrica de Renda Renascença ajuda imensamente no desenvolvimento local, tenho muito orgulho de dizer que não só ajudo as rendeiras, mas familias, são 150 familias beneficiadas em 10 municípios, eu costumo dizer que a nossa empresa vai muito além das fronteiras, até afirmo que a empresa tem mesmo um cunho social, porque além da Renda Renascença como sustento, é uma forma de terapia, é uma forma de sustento, é um aparo psicológico, em uma das nossas discussões falei que hoje em dia as **pessoas vivem muito no Facebook e Instagram, estão muito presas nas redes sociais e com seus amigos virtuais, a Renda Renascença já proporciona o inverso, reestabelece os laços sociais, a Renda Renascença acaba promove isso, porque muitas mulheres se reúnem do***

lado de fora para tecer e conversas, efetuando encontro, então é uma coisa que ainda promove a interação social (grifo nosso).

Essa parte demonstra a questão da reestruturação dos laços sociais através da interação social efetuado pela arte de tecer Renda Renascença, de fato, na comunidade de Lagoa Azul (embora não haja internet naquele sítio), as mulheres da comunidade rural se encontram para conversas sobre os problemas da produção e discutir outros assuntos da vida social, isso consolida os laços sociais, no mundo globalizado onde os indivíduos necessitam constante utilizar redes sócias para interação social, onde o distanciamento social não é espacial, mas sim emotivo, sociedade permeada por uma hibridização cultural e, respectivamente, individualismo exacerbado, a construções de momentos de interação é importante e escasso, essa problemática moderna é elucidada por Bauman (2011) e Giddens (2007)

Não há apoio político, atualmente na nova gestão, sempre há a ajuda de divulgação da nossa marca em eventos, como a gente é maior empresa daqui, a gente tem orgulho disso, mas ainda falta muito, o governo de Pernambuco deveria expandir os polos.

Assim como narrado por todas as rendeiras entrevistadas, não há apoio político, embora haja o Programa do Artesanato do Brasil (PAB) cuja intenção é promover geração de renda e trabalho para os indivíduos que atuam no ramo do artesanato brasileiro, o Decreto nº 1.508, de 31 de maio de 1995, detém como finalidade o desenvolvimento de atividades que promovam a valorização do artesão brasileiro, dando-lhes condições dignas de existência. Na íntegra:

O Programa é responsável pela elaboração de políticas públicas em nível nacional. Para tanto, conta com a parceria das Coordenações Estaduais de Artesanato, unidades responsáveis pela intervenção e execução das atividades de desenvolvimento do segmento. As Coordenações Estaduais integram a estrutura de órgãos do estado (BRASIL, 2012, p.9).

O PAB é dividido em alguns eixos de atuação visualizados a seguir:

Quadro 4 – Programa de Artesanato Brasileiro

<p>1º Gestão – visa promover a integração de iniciativas relacionadas ao artesanato e a troca de experiências e aprimoramento na gestão de processos e produtos artesanais.</p>
<p>2º Desenvolvimento do Artesanato – tem o objetivo de promover medidas para a melhoria da competitividade do produto artesanal e da capacidade empreendedora para maior inserção do artesanato brasileiro nos mercados nacionais e internacionais</p>
<p>3º Promoção Comercial – o foco é a identificação de espaços mercadológicos adequados à divulgação e comercialização dos produtos artesanais, a participação em feiras, mostras e eventos nacionais e internacionais.</p>
<p>4º Sistema de Informação Cadastrais do Artesanato Brasileiro – SICAB - visa conhecer e mapear o setor por meio de estudos técnicos e do cadastro do artesão no Sistema com vistas à elaboração de políticas públicas para o segmento.</p>
<p>5º Estruturação de núcleos para o artesanato – busca apoiar o artesão formalizado em associações, cooperativas ou microempreendedor individual envolvidos em projetos ou esforços para a melhoria de gestão do processo da cadeia produtiva do artesanato por meio da construção ou reforma de espaços físicos gerenciados pelos estados e municípios.</p>

Fonte: (BRASIL, 2012, p.10)

Compreende-se que conforme assinalado pelo documento oficial do programa de incentivo aos produtos confeccionados de forma artesanal, sua edificação é situada na valorização do artesanato, buscando vias de melhorias que possam promover o desenvolvimento dessa prática de forma consistente, exercendo competitividade. O documento também enaltece o caráter de mapeamento de dados, com o Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro –SICAB, que auxilia na realização de um panorama geral sobre os índices de artesanato no Brasil. Também há uma iniciativa constituída na fomentação de associações e cooperativas que buscam promover melhorias no setor de gestão de recursos e do escoamento das produções. O documento deixa explícita a diferença entre Artesão e Não – Artesão, conforme o documento Artesão é aquele que:

É o trabalhador que de forma individual exerce um ofício manual, transformando a matéria-prima bruta ou manufaturada em produto acabado. Tem o domínio técnico sobre materiais, ferramentas e processos de produção artesanal na sua especialidade, criando ou produzindo trabalhos que tenham dimensão cultural, utilizando técnica predominantemente manual, podendo contar com o auxílio de equipamentos, desde que não sejam automáticos ou duplicadores de peças (BRASIL, 2012, p. 11).

O documento deixa nítido na íntegra o que considera o Não – Artesão, sendo desconsiderado a ajuda e a implementação desse indivíduo no sistema de artesanato brasileiro, sendo beneficiado de diversas melhorias:

I – Trabalha de forma industrial, com o predomínio da máquina e da divisão do trabalho, do trabalho assalariado e da produção em série industrial; II – Somente realiza um trabalho manual, sem transformação da matéria-prima e fundamentalmente sem desenho próprio, sem qualidade na produção e no acabamento; III – Realiza somente uma parte do processo da produção, desconhecendo o restante (BRASIL, 2012, p.11).

Sr.^a Joana Prado acredita que a Renda Renascença detém um valor simbólico consideravelmente maior ao ser analisado outras peças produzidas pelo processo industrial, essa especificidade ocorre pela produção ser concebida por intermédio de muitas mãos, além do aspecto geracional, as entrevistas realizadas com as rendeiras deixaram clara essa questão, suma parte das mulheres entrevistadas aprenderam com familiares.

A Renda tem sim um valor simbólico acessível, como tem dez mãos fazendo isso já à torna especial, porque na minha cabeça não vejo nenhum outro produto que seja produzido de forma tão minuciosa, fora isso – a Renda Renascença é algo que passa de geração em geração, se você compra uma peça hoje, se tiver cuidado, ela vai durar 100 anos, 200 anos, a renda é igual uma joia, tendo manutenção dura muito tempo. Eu não tenho com exatidão quantas peças eu compro por mês, mas em média chega a 4.000.00 peças, não tenho com exatidão esse número.

Sr.^a Joana Prado deixa claro que uma peça de Renda Renascença é como uma joia ao ser cuidada de forma adequado, na página do Instagram da loja a equipe expõe um post de como cuidar das peças de maneira que façam sua durabilidade ser uma realidade.

Na tentativa de compreender as questões inerentes a padronização, questiono Sr.^a Joana Prado sobre suas peças terem características que proporcionem os indivíduos que estão usando identificar a origem, prontamente Sr.^a Joana Prado deixa claro que isso não é possível devido a piratagem que ocorre, relatando ser impossível de controlar que as pessoas copiem suas criações, defende similarmente que a Renda Renascença é patrimônio de todos, sendo incorreto edificar parâmetros tão rígidos, visto que seu maior desejo é que todos conheçam esse tipo de artesanato e, não necessariamente.

Renda produzida pela “marca Joana Prado”, como já enaltecido isso não ocorre com Sr.^a Camila Ferreira visto que proíbe que as rendeiras copiem suas peças, até mesmo usem os modelos de sua criação em si próprias ou para outros familiares, em 2017 ocorreu um caso curioso anotado por mim, uma rendeira na mesma faixa etária de D. Ilza resolveu fazer um vestido para sua filha usar na formatura dos netos, utilizando como molde os desenhos de Sr.^a Camila. A partir do momento que a informação adentrou nos ouvidos dos dirigentes, haja vista que há toda uma hierarquia não muito bem explicada para as rendeiras, foi realizada uma reunião de proibição de uso dos moldes das peças, Sr.^a Camila Ferreira trabalha com a exclusividade de suas peças, sendo assim, quanto maior o número de indivíduos que tiverem acesso a dado objeto, menor será seu preço por não representar um elemento de distinção social.

As nossas peças não detém uma padronização estética, infelizmente sofremos muito com cópias, lançamos peças a cada quatro meses, mas é a gente mostrando e as pessoas já copiando, mas isso é uma meta minha, tornar os pontos reconhecidos em todo mundo. A diferença da minha marca é o amor, a gente faz com muito amor, nos trabalhos muito com exclusividade, as peças que são feitas em

grande quantidade, mas sempre com grande cuidado e qualidade, a gente é conhecido como os “baratos” e gostamos mesmo desse título, porque o mais importante é ser acessível. Fazemos muito para termos volume, por isso é barato, para toda quarta e sábado temos renda, emprego e dinheiros para nossas rendeiras.

Sr.^a Joana Prado diz que o grande diferencial de sua Marca é o amor, que todas as rendeiras participantes no processo de produção detêm essa característica como essencial. Embora não haja uma padronização Sr.^a Joana Prado explicita seu desejo em realizar sempre o serviço mais eficiente, valorizado sempre a elegância, o lema central é que todos os indivíduos podem adquirir uma peça de Renda Renascença, já que a empresa produz em diversas faixas de preços.

A gente sempre tenta fazer modelagens melhores, estudamos muito para ofertar para o mercado as melhores peças possíveis, queremos que nossa marca seja referência, eu busco cada vez mais ser reconhecidas. Meu ponto de Renda predileto é o dois amarelos, porque é simples, é o ponto base de tudo, onde a partir dele se constroem peças lindíssimas de Renda Renascença. A renda renascença é imensurável, em termos financeiros, psicológicos, enquanto comunidade, enquanto terapia.

Conforme o relato apresentado a Renda Renascença na visão da empresária do ramo detém um valor simbólico imensurável, isso é algo importante ao decorrer do desenrolar da pesquisa, compreender os motivos que fomentam a Sr.^a Joana Prado narrar o valor simbólico da renda e suas propriedades enquanto terapia e não problematizar o baixo custo de produção e sua característica de distinção social.

7 CONSIDERAÇÕES INCONCLUSIVAS

Geralmente é utilizado para esse último momento do texto “considerações finais”, no entanto, o escopo de pesquisa é extenso. Neste aspecto, as considerações são inconclusivas, pois a pesquisa ainda tem um grande trajeto enveredado. Diante do levantamento bibliográfico realizado na primeira Sessão, compreende-se que para determinada vestimenta de roupa ser considerada Alta Costura, tal deve atender critérios normativos de distinção social, tais como: exclusividade das peças, público seletivo e de camadas sociais com poder aquisitivo alto, trabalho manual/artesanal padronização estética e de designer, assinatura de um estilista de renome nacional ou internacional. É importante salientar que segundo Soares (2018) há também o caráter diferenciador da marca, a partir do momento que determinada franquia de Renda Renascença, torna-se uma marca legitimada, a probabilidade de adentrar para o grupo minúsculo de estilistas que são considerados designers de peças de Alta Costura aumenta.

O segundo capítulo constata que o Trabalho Análogo ao Escravo perpassa por questões de ordenamento de legitimidade, sendo um campo de estudos ainda escasso e tendo fiscalizações incipientes, como salienta Almeida (2013), isso promove à dificuldade inerente a tipificação dessa prática arbitrária contra a dignidade humana. Além disso, no aporte teórico do respectivo artigo há uma discussão sobre Renda Renascença, Ruralidade e Trabalho Análogo ao Escravo, sendo enveredado pela discussão de dependência do setor rural em frente ao ambiente nacional e a oportunidade dos empresários rurais se apropriarem desses espaços com fins meramente mercadológicos.

Nas sessões III e IV, podemos visualizar o estudo de campo, discutindo questões trabalhistas e de produção da Renda Renascença. No tocante a comunidade rural de Lagoa Azul, pode-se notar que há sanções morais, longas jornadas de trabalho e caráter de dependência das rendeiras para com a Sr.^a Camila Ferreira dão entornos de Trabalho Análogo ao Escravo, embora a realidade circunscreva essa problemática social, é necessário de averiguações de ordenamento técnico especializado, durante a pesquisa de campo, é possível comprovar que a realidade analisada sofre com o abandono público, sendo um cenário propício para os empresários rurais se apropriarem do espaço e, por conseguinte, explorarem a mão de obra barateada através de recursos de dominação, como salienta Fernandes (2008). Além disso, analisando a questão da Alta Costura é comprovável que as peças de vestuários fabricados na comunidade podem ser consideradas Alta Costura, por seguir de forma correta

os elementos elencados por Fonseca (2015) no que consiste a produção artesanal e os adornos distintivos como discute Bourdieu (2007)

Em Poção-PE foi disposto um alargamento da pesquisa, evidenciando questões que suscitam olhar crítico, por exemplo, o trabalho infantil na fábrica de Renda Renascença, a inexistência de contratos jurídicos entre as rendeiras e a Sr.^a Joana Prado, bem como visualizamos a desvalorização do trabalho artesanal das rendeiras, causado pelo baixíssimo preço das peças. No caso da produção de Renda Renascença em Poção- PE, não é possível tipificar como Escravidão Contemporânea, apenas dentro da ótica do capitalismo predatório como salienta Soares (2018) ao analisar a empresária de Poção-PE e Pesqueira- PE, isso é derivado de questões circunstanciais, por exemplo, as rendeiras não são contratadas através de acordos jurídicos nem são compelidas através de contratos morais, isso resulta numa certa “autonomia criativa” e “autonomia do saber-fazer renda”, as rendeiras podem fabricar peças para outras pessoas, não sendo restrito apenas a Sr.^a Joana Prado. Ademais, vemos o caráter simbólico apresentado de forma forte na maioria das rendeiras, ainda há aquelas que trabalham pelas condições de existência difíceis, no entanto, o grupo pesquisado há um número considerável de mulheres que fazem renda pela identificação cultural tradicional e como atividade de lazer, saindo assim, do prisma de “obrigação moral de subsistência”.

Destarte, torna-se evidente que o trabalho suscita questões que necessitam de aprofundamento, haja vista a ausência de trabalhos acadêmicos de mapeamento dessas realidades, as hipóteses estipuladas no início foram comprovadas, o campo, embora norteado por dificuldades teve sua contribuição para promover essas considerações inconclusivas. Esse estudo engloba o grupo de pesquisadores que estudam Renda Renascença e questões econômicas, progredindo no que consiste a discutibilidade das relações de trabalho, nunca antes discutidas utilizando bibliografia específica, mas sim como uma questão secundária, ao contrário do estudo descrito aqui, enaltecendo essa questão como central no trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. A. **Marcados pela desigualdade: o trabalho escravo na cana de açúcar no Estado de São Paulo (1995-2010)**. Tese de Doutorado (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC, 2011.
- ALVES, G. **Trabalho e Mundialização do Capital**. Londrina: Praxis, 1999.
- ARENDT, Hannah. **As Origens do Totalitarismo: imperialismo, a expansão do poder**. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1976.
- ASSIS, M. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Ática, 1992.
- AVANCINI, C.J. **Rendas Nordestinas, Cultura, Identidade, Designer.Trabalho de conclusão de curso**. (Universidade de Designer). Universidade de São Paulo, São Paulo,2017.
- AZEVEDO, A. **O cortiço**. São Paulo: Editora Klick, 1997.
- BAUMAN, Z. **Ética Pós-moderna**. São Paulo: Paulus, 1997.
- BAUMAN, Z. **Em Busca da Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 2019.
- BERNADES; VIEIRA et al. O uso das tecnologias de informação e comunicação na agricultura familiar: um caminho para a sustentabilidade. **Produção e as tecnologias sustentáveis**. São Paulo, v. 11, n 9, p. 113-127. 2015.
- BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, 2007.
- BOURDIEU, P. **A Produção da Crença: Contribuição para uma economia de bens simbólicos**. Porto Alegre: Zouk, 2008
- BRAGA, João. **História da Moda**. São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, 2005.
- BRASIL. **Programa Brasil do Artesanato**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento, 2012.
- CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. Duas Cidades: Livraria Duas, 1987.
- CARDOSO, A. M. **A Construção da Sociedade do Trabalho**. Rio de Janeiro: Amazon, 2019.
- CASTARÈDE, Jean. **O luxo**. São Paulo: Ed. Barcarolla, 2005.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DeJean, Joan, **A essência do estilo - como os franceses inventaram a altacostura, a gastronomia, os cafés chiques, o estilo, a sofisticação e o glamour.** Rio e Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011.

DURKHEIM, É. **Da Divisão do Trabalho Social.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999.

entre empresas e terceiro setor. São Paulo: Gente, 2002.

ELIAS, Norbert. **Sociedade de Corte, A: Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FERNANDES, Florestan. **Sociedades de Classes e Subdesenvolvimento.** 5. ed. São Paulo: Global, 253 p. v. 1. 2008.

FERREIRA, J. G. A transposição das águas da bacia do rio São Francisco no contexto da resposta à seca do Nordeste. Rio Grande do Norte, 2017.

FERREIRA, J. G.; FIGUEIREDO, F. F. Seca, memória e políticas públicas na região nordeste do Brasil. XXXI Congresso Alas Uruguay. Montevidei, 2017.

FERREIRAS, N. O. A escravidão depois da escravidão: a questão do trabalho compulsório na constituição das organizações no período entre guerras. **Dossiê: Novas Perspectivas.** V.22. nº41. Set/dez, 2016.

FISCHER, Rosa Maria. **O desafio da colaboração:** práticas de responsabilidade social

FLUSSER, V. **O Mundo Codificado:** por uma filosofia do design e da comunicação. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

FONSECA, J. X. **Alta Costura e a Moda do Século XXI.** UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2015.

GAUDÊNCIO, E. O. **Sociologia da maldade e maldade da sociologia: arqueologia do bandido.** Tese de Doutorado (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, 2004.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 2008.

GIDDENS, Anthony. **A Terceira Via e seus críticos.** Rio de Janeiro: Record, 2007.

GODART, Frédéric. **Sociologia da moda.** São Paulo: Editora Senac, 2010

GOSDAL, Thereza Cristina. **Dignidade do trabalhador:** um conceito construído sob o paradigma do trabalho decente e da honra. São Paulo: LTR, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HOBSBAWM, E. J. **A era das revoluções.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KASSOUF, A. L. O que conhecemos sobre trabalho infantil. **Nova Economia,** Belo Horizonte. V. 17. nº. 2, mai/ago, 2007.

- KLAAS, woortamann, Com parente não se neguceia. **Anuário antropológico, Brasília**. V. 12 n. 1, p.11-73, jan. 2018
- KORTEN, David. 1990. **Getting to the 21st Century: Voluntary action and the global agenda**. West Hartford, Conn: Kumarian Press.
- LAKATOS, E. M, MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.
- LANDIM, Leilah. Para Além do Mercado e do Estado? Filantropia e Cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: ISER, 1988.
- LANDIM, Leilah; BERES, Neide. **As organizações sem fins lucrativos no Brasil**: Rio de Janeiro, ISER, 1988.
- LANDIM, Leilah. **As Organizações Não-Governamentais no Brasil**. Rio de Janeiro: ISER, 1988.
- LIPOVETSKI Gilles. **O império do Efêmero**. São Paulo: Companhia das Letras. 2009.
- LIPOVETSKI, Gilles e ROUX, Elyette. **O Luxo Eterno: da idade do sagrado ao tempo das marcas**. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2005
- MARINHO, Roberto Alves da silva. Entre dois Paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, V 18, n 1/2. p. 361- 385. Dez. 2003
- MARTINS, José de Souza et al. (Org.). **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- MARX, K. **Contribuição para a crítica à economia política**. São Paulo: Mandacaru, 1989.
- MARKX, K. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MASLOW, A. **Introdução à psicologia do ser**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1962.
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Editora Eletrônica, 2003.
- MATOS, M. P. R. S. Famílias desagregadas sobre a terra ressequida: Indústria da seca e deslocamentos familiares no Nordeste do Brasil. Nômadas. **Revista Crítica de Ciências Sociais y Jurídicas** | Núm. Especial: América Latina, 2012.
- MATOS, M. P. R. S. Famílias desagregadas sobre a terra ressequida: Indústria da seca e deslocamentos familiares no Nordeste do Brasil. Nômadas. **Revista Crítica de Ciências Sociais y Jurídicas** | Núm. Especial: América Latina, 2012.
- MEDINA, N. M; SANTOS, E da C; **Educação Ambiental: Uma Metodologia Participativa de Formação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- MELLO, R. O Silêncio Faz sentindo. In: José Sueli de Magalhães; Luiz Carlos Travaglia (Org). **Revista Múltiplas Perspectivas em Linguística**. Uberlândia: EDUFU, 2008, V.1, p.2588-2594

MENEGHETTI, Sylvia Bojunga. **Comunicação e marketing: fazendo a diferença no dia-a-dia das organizações da sociedade civil**. São Paulo: Global, 2001.

MENESES, V. F. **saúde e rusticidade: reconversões sociais e convivência com as secas entre elites pecuaristas do cariri paraibano**. Tese de Doutorado. (Tese em Instituto de Ciências Humanas). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

MENEZE, A. J. S.; OLIVEIRA, A. D. A água e a indústria da seca: análise político-social no Nordeste. **II CONIDIS**, 2017.

MENEZE, A. J. S.; OLIVEIRA, A. D. A água e a indústria da seca: análise político-social no Nordeste. **II CONIDIS**, 2017.

MIRANDA, A. P. C. de . Consumo de Marcas de Moda: Aspectos Funcionais e Simbólicos. **Dobras** (Barueri, SP) , v. 1, p. 82-89, 2007.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2010.

MONTEIRO, J. M. **A política como negócio de família: os herdeiros e a força dos capitais no jogo político das elites na paraíba (1985-2015)**. Tese de Doutorado. (Tese em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2016.

MOORE, H. L. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. **Cadernos Pagu**, V.14, p13-44, 2015.

MORAES, C. G. M. S. M. **Renascença Extraordinária: Dinâmica Social e Produtiva em Transformação no Cariri Paraibano**. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

NASCIMENTO, A. R. **Políticas públicas de combate ao trabalho escravo rural contemporâneo no Brasil**: Dissertação de Mestrado (Faculdade de direito). Universidade Federal de Goiás. Goiás, 2012.

NASSAR, Paulo. **Tudo é comunicação**. São Paulo: Lazuli, 2003.

NÓBREGA, Christus. **Renda Renascença: uma memória de ofício paraibana**. João Pessoa: SEBRAE/PB, 2005.

ORLANDI, E. P. **As Formas do Silêncio: no Movimento dos Sentidos**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

OITICICA, Leite. **A Arte da Renda no Nordeste**. Recife: museu do açúcar, 1974.

OSÓRIO, Carlos. **O artesanato das Rendeiras de Renascença, no Agreste do Estado de Pernambuco, no Nordeste do Brasil**. Recife: PIMES/UFPE, 1983.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

Rio: ISER, 1993.

ROCHA, E. Totemismo e mercado: notas para uma antropologia do consumo. **Revista Brasileira de Administração Contemporânea**. v. I - nº 5, setembro, 1995.

SANTOS, G. A. Selvagens, exóticos, demoníacos. Ideias e imagens sobre uma gente de cor preta. **Estudos Afro-Asiáticos**. Ano 24, nº 2, 2002

SILVA, Alexandre Antônio Bruno da; SILVEIRA, WhenryHawlysson Araújo. Análise do trabalho escravo nas grandes magazines: uma leitura moderna acerca do novo modo de exploração. **Revista: Scientia Iuris**, Londrina, v. 22, n. 1, p.223-257, mar. 2018.

SILVA, Gezenildo Jacinto da. **Rendas que se Tecem, Vidas que se Cruzam**: Tramas e vivências das rendeiras de Renascença do Município de Pesqueira/PE (1934-1953). Mestrado, UFPECFCH, Recife, 2013. Orientador: Prof. Dr. Severino Vicente da Silva.

SILVA, R. M. A da. **Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semiárido**: Transições Paradigmática e Sustentabilidade do Desenvolvimento. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

SILVA, S. S. M. O. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 155-163 jul./dez. 2010.

SOUZA, G. S.; MACHADO, P. B.; REIS, V. R.; SANTOS, A. S.; DIAS, V. B.; Educação Ambiental como Ferramenta para o Manejo de Resíduos Sólidos no Cotidiano Escolar. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, Rio Grande, V. 8, No 2:118-130, 2013.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais**: Afinal do que se trata: Minas Gerais: UFMG, 1999.

VEIRA, Jessica da silva. As transformações do mundo rural: entre o tradicional e o moderno. **Revista Inter-legere**, Rio Grande do Norte, v I, n. 16, p. 296-3016, set. 2014.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, São Paulo, p. 87-145, out. 2000.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Olhares sobre o “Rural” Brasileiro. **Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande, V 23, n 01 e 02, p 82-97, jan.2004.

WEBER, C. **Rainha da Moda: como Maria Antonieta se vestiu para a Revolução**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

WEBER, M. **Classes, estamento e Partido**. In: Ensaio da Sociologia. Rio de Janeiro:LTC,1982.

APÊNDICE A



QUESTIONÁRIO – ANÁLISE DE TRAJETÓRIA DA RENDA RENASCENÇA EM POÇÃO-PE

Nome: _____

Idade: _____ Data da entrevista: ___ / ___ /

01- Quando a Sr.^a iniciou sua produção na Renda Renascença?

02- Com qual idade a Sr.^a começou a tecer a Renda Renascença?

03- Conte um pouco sobre o surgimento da Renda Renascença em Poção- PE?

04- Porque Poção recebeu o título de “Capital da Renascença”?

05-Relate sobre o processo de construção da marca “Joana Prado Renda Renascença e Glamour”?

- ❖ De onde surgiu a ideia?
- ❖ Quais foram as principais dificuldades no surgimento de uma marca tipicamente regional?
- ❖ Hoje em dia, como a Sr.^a avalia o crescimento da Renda Renascença no Brasil e no mundo?

06- A sua equipe atualmente conta com quantas pessoas?

07- Na sua visão a Renda Renascença é valorizada atualmente?

A Sr.^a acredita que a sua fábrica nos dias atuais está promovendo o desenvolvimento econômico de Poção-PE e, por conseguinte, a valorização da profissão de artesã das rendeiras?

08- Quanto o apoio político, como à senhora enxerga – os líderes políticos reforçam seu compromisso em tornar a Renda Renascença um patrimônio cultural de Pernambuco?

- ❖ Ajudando em questões financeiras através de elaboração de políticas públicas?

9- Enquanto empresária da Renda Renascença regional, acredita que a Renda tenha um valor simbólico inestimável?

Valor Simbólico nesse caso refere-se às histórias que são contadas através da Renda Gabriel, impressões culturais, entende? A construção de símbolos a partir da Renda, caso ela não entender você explica.

10 - Em média quanta peças a Sr.^a compra mensalmente de Rendeiras locais?

11- Existem Rendeiras contratadas com vínculo empregatício como as costureiras da fábrica?

- 12** - As peças da marca Joana Prado Renda Renascença detém uma padronização estética, ou seja, algo que identifique as produções de Poção-PE?
- 13** - Qual é a diferenciação da sua marca?
- 14**- O seu ponto de Renda predileto é? Porque?
- 15**- Se a Sr.^a pudesse descrever em uma frase a Renda Renascença será:

APÊNDICE B

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCEG CENTRO DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO – CDSA
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS – UACIS**

Nome: _____

Idade: _____ **Data da Entrevista:** ____/____/____

1. Quantos anos faz que você trabalha com Renda Renascença?
2. Qual é a sua principal fonte de renda?
3. Quais são os significados que a Renda Renascença tem para você?
4. A atividade de artesã é valorizada em Poço-PE segundo sua visão?
5. Os valores das peças de Renda são justos levando em consideração o tempo de produção?
6. Em sua opinião, as entidades públicas de Poço-PE apoiam a produção da Renda?
7. De que forma a Renda Renascença mudou sua vida?
8. Qual é seu ponto de Renda predileto?
9. O ofício de Rendeira herdou de qual familiar ou aprendeu sozinha?
10. A Renda Renascença é uma atividade apenas de mulheres?
11. Você tem filhos, caso tiver algum deles (a) trabalha com a Renda Renascença?
12. Você teria condições de fabricar uma peça para você usar em alguma ocasião especial?

APÊNDICE C**QUESTIONÁRIO – LAGOA AZUL**

1. Quantos anos faz que você trabalha com RendaRenascença?
2. Você se considera: Branco () Pardo () ou Negro ()
3. Qual é a sua principal fonte de renda?
4. Quantos membros moram em sua casa?
5. Como você aprendeu a fazer a Renda?
6. De que maneira você foi selecionada para participar do projeto?
7. Você acredita que o projeto mudou sua?
8. Qual é sua jornada de trabalho?
9. As obras que foram construídas são um incentivo para continuar no projeto?
10. Qual era sua relação com a líder e os demais membros do grupo?
11. O valor recebido era considerável pelo tempo trabalhado?
12. Defina alta costura:
13. Quando o projeto terminou o que você sentiu?
14. O que você entende por liderança?
15. Você teria condições de fabricar uma peça para você usar em alguma ocasião especial?
16. Conforme sua visão, o projeto proporcionou empoderamento feminino?